

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
JAMILE CAMPOS DA CRUZ

AS NEGRAS QUE CONHECI:
uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da
cidade de Cruz das Almas – BA.

Cachoeira, BA

2012

JAMILE CAMPOS DA CRUZ

**AS NEGRAS QUE CONHECI:
uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da
cidade de Cruz Das Almas – BA.**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Ângela Figueiredo

Cachoeira, BA
2012

JAMILE CAMPOS DA CRUZ

**AS NEGRAS QUE CONHECI:
UMA ANÁLISE SOBRE O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS NEGRAS DA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS – BA.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Ângela Figueiredo (orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Osmundo Pinho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Joaze Bernadino-Costa
Universidade de Brasília

Aprovado em ____/____/____

Agradecimentos

Não poderia deixar de agradecer imensamente a algumas pessoas que contribuíram para o sucesso desse trabalho e que ao longo dessa extenuante caminhada foram imprescindíveis para a realização do mesmo, que muito mais que um mero instrumento para a obtenção de um título é a realização de um sonho.

Agradeço minha mãe Aurea pela força e sabedoria que me foram fundamentais no processo de construção textual, ao meu padrasto José Francisco (*In memoriam*) que sempre lutou junto comigo em minha trajetória acadêmica, aos meus irmãos Diego, Aldo e Andreson pela força e aos meus tios e primos – em especial Atonina, Átila e Lara - que sempre me incentivaram na superação dos obstáculos. Agradeço de igual forma a minha amada avó Carmelita que sempre me estimulou a estudar e me compreendendo pelos momentos de ausências.

Aos meus amigos que sem sobras de dúvidas me auxiliaram em muitos momentos de dúvidas, pela paciência em me escutar e principalmente por caminhar comigo nos momentos de angústia no qual precisei de um braço forte. Principalmente a vocês Anna Paula, Débora, Larisse, Amanda, Mara e Isana que foram verdadeiras companheiras, muito obrigada!

As trabalhadoras domésticas que foram fundamentais a execução dessa pesquisa servindo não apenas como fonte inspiradora, mas, sobretudo, como exemplo de luta na batalha da sobrevivência. A essas negras fortes, meu muito obrigado!

Por último e não menos importante agradeço a minha orientadora Ângela pelas conversas, estímulos e sugestões ao longo de todo esse processo. Aos funcionários e funcionárias da UFRB em especial aos servidores do Hansen e a CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa.

Dedico este trabalho a minha amada e querida mãe Aurea Campos, do seu amor incondicional encontro forças para seguir.

“Você se fez presente em todos os momentos firmes ou trêmulos, e passo a passo pude sentir sua mão na minha transmitindo-me a segurança necessária para enfrentar meu caminho a seguir... sua presença é qualquer coisa como a luz e a vida e sinto que, em meu gesto, existe o seu gesto e em minha voz, a sua voz.”

Vinicius de Moraes.

Mulheres negras

Ah! mulheres negras
essas impressionantes
sempre a importar a mais funda ancestralidade!

Ah! mulheres, úteros de verdades
tamanhas!
Geração de vida permanente
junto ao silêncio da profusão de cores das formas de vida!

Ah! mulheres-esteio! Sois marcas do fundamento da humanidade
desde África
se espalhando por um planeta sem sentido
onde dar depende do que se tem de volta!

Ah, essas mulheres, essas negras
veludos de conforto e aflição.

Ah! mulheres, velhas mulheres negras
portando a sabedoria do porvir
que não perdoa
aqueles que não se fazem irmãos!!!

Ana Maria Felipe

Resumo

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é uma das atividades mais desvalorizada socialmente, concentrando uma série de aspectos excludentes, como baixa remuneração, ampla jornada de trabalho e contratação as margens da legalidade. Diversos autores da temática racial, de gênero e os que se debruçam especificamente sobre o trabalho doméstico compreendem uma relação entre essa atividade e o passado colonial escravista que marcou de maneira perversa a população brasileira (GRAHAN 1992, BACELAR 2008, KOFES 2001). Sendo essa atividade executada pela população feminina mais preta e pobre, incorpora discriminações de gênero e raça ao eleger o papel específico da mulher negra na sociedade. Como consequência essa é uma atividade extremamente desvalorizada nacionalmente, entretanto, as cidades menores que fogem a lógica dos grandes centros - como a cidade de Cruz das Almas – BA - resguardam algumas características que alargam essa desvalorização – como a extrema subordinação e exploração das trabalhadoras domésticas.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico, Relações de Gênero e Raça, Identidade e Diferença, Inserção Precária.

ABSTRACT

The domestic labor in Brazil is one of the most socially undervalued, focusing a series of exclude features such as low pay, working hours and extensive contracting margins of legality. Several authors of the racial issue, gender, and that focus specifically on domestic labor comprise a relationship between this activity and colonial past of slavery that marked perversely the Brazilian population (GRAHAN 1992, BACELAR 2008, KOFES 2001). This activity being performed by the female population black and poor, incorporates gender and race discrimination to elect the specific role of black women in society. As a result this is a vastly undervalued nationwide, however, smaller cities that are beyond the logic of the great centers – like the city of Cruz das Almas- BA - protecting some features that extend this devaluation - as the extreme subordination and exploitation of the home-mades.

Key Words: Household Tasks, Gender Relations, Gender and Race Relations, Identity and Difference, Insert Precarious.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
I. O tema da pesquisa	11
II. O problema da pesquisa	12
III. Os procedimentos metodológicos	13
IV. Caracterização do Município	17
V. Plano de Dissertação	18
CAPÍTULO 1 – DISCUTINDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO DOMÉSTICO	20
1.1 Definindo o trabalho doméstico	20
1.1.1 Direitos Trabalhistas e organizações coletivas	22
1.1.2 Os direitos e deveres das trabalhadoras domésticas	23
1.1.3 Os direitos que ainda faltam	24
1.2 A instituição do trabalho doméstico feminino negro no Brasil: as reminiscências do escravismo na contemporaneidade	25
1.2.1 A atividade doméstica no período da escravidão colonial	25
1.2.2 O trabalho doméstico no período pós-abolição: de escravas a criadas	27
1.2.3 E no cenário atual, o que dizem os números	28
1.3 O trabalho doméstico feminino negro: de que forma cabe uma discussão de gênero e raça	33
1.3.1 O diálogo das categorias gênero e raça	33
1.3.2 Gênero e raça no trabalho doméstico	38
1.4 Importantes contribuições para o tema no Brasil	40
CAPÍTULO 2 - UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS EM CRUZ DAS ALMAS – BA	47
2.1 Perfis e indicadores das trabalhadoras domésticas	48
2.1.1 As trajetórias e os caminhos percorridos	51
2.1.2 Moradia	53
2.1.3 Família	57
2.1.4 Trajetória escolar e profissional	60
2.2 O trabalho doméstico: as relações de trabalho	64
2.2.1 A relação com a patroa	68
2.2.2 Estratégias de sobrevivência: desenvolvendo outras atividades	70

CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CRUZ DAS ALMAS E A DISCUSSÃO ACERCA DA SUA EXCLUSÃO/INSERÇÃO SOCIAL	75
3.1 As trabalhadoras domésticas em foco: identidade e diferença entrecruzam-se	80
3.2 Naturalização do trabalho doméstico	83
3.3 Trabalhadora e patroa: A relação com o outro	89
3.4 Identidade, negritude, beleza e classe social	90
3.5 Uma análise da exclusão/inserção social das trabalhadoras domésticas de Cruz das Almas	101
Considerações Finais	105
Referências Bibliográficas	108
Anexos	114

INTRODUÇÃO

I. O tema da pesquisa

No contexto contemporâneo presenciamos uma concentração bem elevada de trabalhadores e trabalhadoras assalariados no terceiro setor da economia. O capitalismo periférico que aqui se instituiu além de acentuar as desigualdades sociais e elevar os índices de concentração de renda deixa as suas margens um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse terceiro setor, mas precisamente na categoria de prestação de serviços encontramos um elevado número de trabalhadoras domésticas: algo em torno de 7,2 milhões de mulheres economicamente ativas¹. Essa atividade constitui-se na categoria ocupacional que mais absorve a mão de obra feminina negra, pobre e com baixa escolaridade em todo o Brasil.

Esse fato está relacionado ao nosso passado colonial e escravista que somado as concepções de gênero, constroem o papel da mulher negra em nossa sociedade. Atividade das mais pobres e necessitadas caracteriza-se como um recurso de sobrevivência e uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho como aponta o IPEA.

O trabalho doméstico remunerado é de extrema importância para a sobrevivência de milhões de mulheres – e famílias – em todo o Brasil. Profissão das mais antigas vem demonstrando ao longo dos anos sua importância na dinâmica social já que a inserção de muitas mulheres – especialmente as de classe mais elevadas – em diversas áreas de trabalho se deve em boa parte pela presença dessas trabalhadoras em seus lares.

A bibliografia que se propõem a discutir o importante tema do trabalho doméstico no Brasil sugere quase que unilateralmente a existência de uma relação conflituosa e/ou tensa entre patroas e empregadas as quais refletem as hierarquias sociais de raça, gênero e classe (KOFES 2001, BRITES 2000). Além disso, aponta para o fato do nosso judiciário tratar de maneira discriminada o trabalho doméstico remunerado, não garantido em lei todos os direitos conferidos as demais categorias.

¹ Dados do IPEA 2011.

Apesar de essa mesma bibliografia apontar para diversos aspectos que permeiam essa atividade, existem especificidades importantes que ainda não foram analisadas – como as características do desenvolvimento dessa atividade fora dos grandes centros urbanos e as conseqüências destas nos processos de construção da identidade no trabalho doméstico. Tanto as pesquisas censitárias – que ao traçarem um perfil mais geral das trabalhadoras domésticas, escamoteiam aspectos importantes do trabalho doméstico – tanto as pesquisas acadêmicas – que priorizam, sobretudo, o estudo em grandes capitais ou regiões metropolitanas – não se propõem a analisar de que forma se dá o desenvolvimento dessa atividade em cidades do interior do país.

Há uma necessidade nesse entremeio de deslocar o olhar para a execução do trabalho em cidades do interior onde a produção e a reprodução da desigualdade possui uma dinâmica diferenciada, onde as desigualdades sociais são facilmente identificáveis e onde o trabalho doméstico exerce uma função muito importante para milhares de mulheres que o executam. Esta é justamente a proposta desse trabalho, uma ampliação do debate acerca da atividade doméstica a partir de pesquisa realizada no interior da Bahia, na cidade de Cruz das Almas.

II. O problema

O presente trabalho tem como objetivo analisar a experiência, o cotidiano e as condições de trabalho das mulheres negras trabalhadoras domésticas em Cruz das Almas, município integrante do Recôncavo baiano. O trabalho busca ainda compreender como as relações de gênero influem ou determinam as estratégias de sobrevivência destas mulheres.

Com esse intuito é interessante o levantamento de alguns questionamentos: Como se opera a inclusão ou exclusão social das trabalhadoras domésticas negras em Cruz das Almas? De que forma essa inclusão/exclusão interfere no processo de construção de identidade das trabalhadoras domésticas negras? Como essas agentes representam um olhar sobre si mesmas e sobre os outros? Quais são os valores culturais, sociais e afetivos consolidados por suas experiências? Qual é a relação delas com os espaços em que convivem, incluindo aí as relações sociais – família, vizinhos, patrões – e o perfil da sociedade a qual fazem parte?

Assim, o que se vislumbra nessa pesquisa é o adentrar no cotidiano dessas agentes, buscando perceber em suas falas, como o exercício do trabalho doméstico é percebido, através das trajetórias de vida e dos caminhos percorridos. Buscaremos compreender também o modo

como estas estão inseridas socialmente e de que forma todos os elementos que envolvem o exercício do serviço doméstico interferem na maneira como estas percebem o mundo a sua volta. Não menos relevante é válido conhecer as estratégias de sobrevivência destas, já que o desenvolver dessa atividade está envolto a condições precárias de trabalho.

Para a excussão desta pesquisa, é imprescindível a definição dos procedimentos metodológicos a serem adotados na tentativa de elucidar os questionamentos que formam de antemão levantados.

III. Os procedimentos metodológicos

O ensino e a pesquisa têm sentido se responderem aos problemas práticos colocados pelos agentes sociais, pelo que a comunicação universidade/sociedade torna-se essencial (CASTRO, 2006). Assim sendo a pesquisa cabe possibilitar um retorno social a esses problemas práticos colocados pelos sujeitos sociais nas suas diversas relações desenvolvidas no cotidiano.

Para viabilizar a execução da pesquisa, é fundamental a adoção de procedimentos metodológicos coerentes, que contribuam para a definição dos encaminhamentos, articulação e elucidação dos questionamentos previamente suscitados. Com isto foi e feito inicialmente uma revisão bibliográfica com o auxílio, sobretudo do acervo das bibliotecas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Centro de Estudos Afro- Orientais (CEAO), além de outras bibliotecas e acervos particulares.

A esse respeito pontua Gil (2007: 64) que *o estabelecimento desse marco teórico ou sistema conceitual é essencial para que o problema assumo o significado científico*. Assim, há uma necessidade de se consultar um material adequado à definição o sistema conceitual da pesquisa e a sua fundamentação teórica. A pesquisa bibliográfica também auxiliará na identificação do estágio em que se está o conhecimento acerca do tema investigado.

No intuito de analisar os processos de inserção/exclusão das mulheres negras que desenvolvem o trabalho doméstico remunerado em Cruz das Almas, buscou-se compreender como as relações de gênero e raça influenciam ou determinam as estratégias de sobrevivência

destas trabalhadoras, sendo para isso utilizadas técnicas qualitativas de pesquisa com a aplicação de questionários e entrevistas com roteiro previamente estabelecido.

A opção pela abordagem qualitativa deve-se ao fato já discutido por vários autores, a exemplo de T. Wilson (1986), de que em muitos casos a realidade não se enquadra nas análises quantitativas já que nem todos os fenômenos sociais podem ser mensurados, quantificados e descritos. Em concordância com o autor supracitado e com as idéias de Koche (2006) considera-se o objeto é quem deve delimitar o tipo de abordagem e especificamente no projeto de pesquisa aqui discutido a abordagem qualitativa é imprescindível na tentativa de aproximação com o universo estudado, na busca pelas representações que as domésticas fazem de si mesmas e do trabalho.

Para Paulilo (2010:1) *a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos*. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. A análise dos discursos não se capta adequadamente por técnicas quantitativas fazendo assim necessária a utilização de técnicas mais amplas, que permitam uma aproximação maior às histórias de vida, das estratégias de sobrevivência e das relações sociais mantidas nos espaços de vivência.

A pesquisa empírica foi feita com 17 trabalhadoras domésticas da cidade de Cruz das Almas, sendo executada tanto em horário de serviço – na casa da empregadora – como após o expediente – na sua própria residência. Assim foram aplicados 17 questionários e 17 entrevistas no intuito de colher dados que envolvesse o desenvolvimento da atividade e de colher através da análise dos discursos as impressões, as experiências, os conhecimentos de quem arduamente executa essa atividade.

A respeito do número de empregadas investigadas e em concordância com Gaskell (2003) a finalidade da pesquisa qualitativa não é levantar dados que busquem representar uma intensidade do fenômeno social. A intenção é explorar as possibilidades de interpretação do fenômeno.

Com relação às entrevistas, é válido salientar que esta é uma técnica bastante utilizada no âmbito das ciências sociais, por ser considerada a técnica por excelência na investigação

social (GIL, 2007). Por sua flexibilidade é adotada como técnica imprescindível às ciências sociais, contribuindo relevantemente para o desenvolvimento dessas ciências. Nesse sentido acrescenta Poupart (2008):

As condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais. A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores sociais (POUPART 2008: 216-215).

A entrevista é, portanto, *um ato de interação social, uma forma de diálogo* em que uma das partes busca coletar dados e a outra apresenta-se como fonte de investigação (GIL 2007: 117). Nesse ínterim, a opção do projeto de pesquisa pela entrevista semi estruturada deve-se ao fato desta permitir uma interação maior entre pesquisador e pesquisado, permitindo que este último se sinta a vontade para discorrer sobre o que lhe é solicitado, sem uma interferência constante do pesquisador.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas pensam, sabem, crêem e etc. Propõem-se adotá-la para compreender os diversos aspectos da vida social das domésticas negras, no intuito de compreender as relações sociais das trabalhadoras, suas interações com os espaços em que vivem, e de que forma as relações raciais e de gênero interferem na inserção/exclusão destas no município de Cruz das Almas.

As técnicas de pesquisa discutidas aqui não são infalíveis, sendo importante discorrer a respeito de suas possíveis limitações, dentre as quais pode-se destacar a falta de motivação do interrogado, inadequada compreensão dos questionamentos, fornecimento de respostas falsas, dentre outras. Essas adversidades podem de alguma forma intervir na qualidade das técnicas, mas, o esforço do pesquisador deve seguir a objetividade da pesquisa e o fato dessas técnicas serem mais flexíveis, possibilita que muitas dessas dificuldades como aponta Gil (op. Cit.) possam ser contornadas.

Ainda com relação às entrevistas, optamos por não fazermos uma correção dos desvios da norma culta da língua portuguesa por entendermos assim como Bagno (1999) que não existe uma única forma de se expressar através da fala sendo a norma culta apenas uma tentativa de unificar as diversas formas de se falar o português no Brasil. Não desprezando a

importância da norma culta no sentido de a partir do padrão lingüístico estabelecido permitir a compreensão do que se expressa. Todavia, não pretendemos ser somente fidedignos as falas das entrevistadas como também garantir o direito destas se expressarem a partir de um lugar social, onde como indica o autor supracitado nem todos tem acesso ou reproduzem a norma culta.

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito lingüístico (BAGNO 1999, p.9-10).

Para o autor, no Brasil de múltiplas realidades sócio-econômicas, regionais, de escolarização dentre outras, é um mito acreditar que todos os habitantes possam falar ou compreender uma normalização culta. A imposição dessa norma a todos os brasileiros pode fortalecer o que o autor denomina de preconceito lingüístico, que ocorre devido ao fato de não legitimarmos a diversidade lingüística de nosso país em detrimento da normalização e da padronização lingüística. Em suas palavras:

Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os sem-língua. É claro que eles também falam português, uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal — por isso podemos chamá-los de sem-língua (BAGNO 1999, p 16-17).

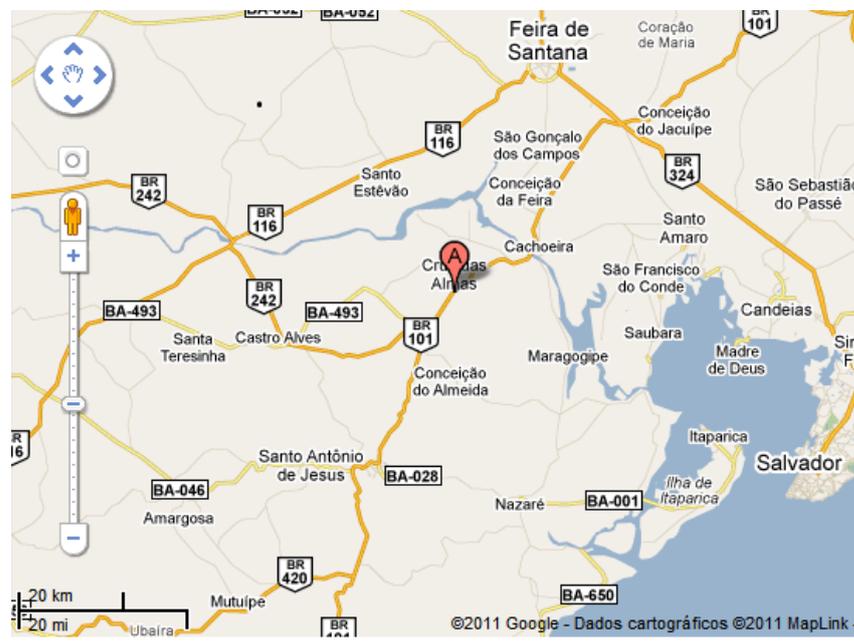
O intuito nesse sentido é de contribuir na desconstrução de preconceitos com relação a língua falada pelos subalternos, por acreditarmos que a revisão gramática feita aos discursos emitidos pelas trabalhadoras entrevistadas reforça e fortalece o preconceito com relação aos seus saberes.

IV. Caracterização do Município

A parte empírica da pesquisa foi realizada em Cruz das Almas, município integrante do Recôncavo baiano, região importante na história do nosso país. O recôncavo carrega consigo as marcas do regime escravista que perdurou durante séculos, possuindo assim uma população predominantemente negra, que por causa de diversos aspectos sociais e econômicos que caracterizam a desigualdade em nosso país, hoje compõem a parcela pobre da população. Cruz das Almas não foge a esta realidade possuindo tem uma população significativa de habitantes negros.

Cruz das Almas está localizada a cerca de 146km da capital baiana Salvador, estando estrategicamente localizada as margens da BR 101. O município possui cerca de 58.606 habitantes (IBGE 2010) e faz limite com os seguintes municípios: Muritiba ao norte, São Felipe ao Sul, São Felix ao Leste e Sapeaçu ao oeste como indica o mapa abaixo.

Figura 1: Mapa de localização de Cruz das Almas – BA.



Fonte: Google dados cartográficos acesso em julho de 2011 escala 20: 20000.

Sua economia está baseada na agricultura centrada nos minifúndios, tendo o fumo, os citros e a mandioca como principais culturas. Este primeiro, emprega cerca de 22% da

população, sendo que 85% desse total é do sexo feminino e é cultivado nessa região desde que foi implantada a primeira sociedade brasileira escravista.

Devido à visibilidade das atividades agrícolas, Cruz das Almas é o único município baiano a possuir um Centro Nacional de Pesquisa da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o que faz com que um grande número de pessoas procurem o município para trabalhar, estudar, participar de congresso, seminários e cursos de qualificação profissional. Soma-se a isso a presença da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).

O pequeno parque industrial da cidade conta com 6 fábricas: Bibi calçados, Mosquem & Mosquem, Marfim Textil, Solagite, Alfredo Maus e Gilsom. O comércio, segundo os dados oficiais encontra-se em desenvolvimento, sendo o segundo setor que mais emprega no município. O município possui PIB de R\$ 158.171.336,00 e PIB per capita de R\$ 2.830, 30².

Por fim e não menos importante podemos afirmar que a cidade vem se destacando como um pólo educacional em desenvolvimento, sendo sede da Universidade Federal da Recôncavo da Bahia (UFRB), e tendo em seu território diversas instituições de ensino superior como a Faculdade Maria Milza (FAMAM), o que também confere um fluxo maior de estudantes na região.

V. Plano de dissertação

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. O mesmo se inicia com uma discussão acerca do tratamento jurídico conferido ao trabalho doméstico, onde os direitos trabalhistas e as lacunas jurídicas são debatidas e problematizadas. Em seguida fazemos um resgate do histórico desta atividade no Brasil assinalando que desde o período colonial esta atividade precarizada vem se desenvolvendo majoritariamente por mulheres negras, que relegadas às margens da sociedade pelo projeto abolicionista encontram nessa atividade um campo aberto para sua inserção no mercado de trabalho. Evidenciamos por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizado pelo IBGE no ano de 2010, de que forma esta atividade vem sendo desenvolvida no país. Baixos salários, longas jornadas de trabalho e baixa escolarização são os elementos inerentes a este ofício que se constitui na maior categoria ocupacional feminina no Brasil.

² IBEG 2010 disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

Posteriormente levantamos um debate acerca das discussões de gênero e raça no trabalho doméstico. Recuperando o uso da categoria analítica gênero, observamos nas contribuições de Joan Scott, Bourdieu e Saffioti de que forma este constructo organiza e estrutura nossa sociedade. Em seguida com a inserção da discussão racial apontamos para necessidade de se debater o elemento fenotípico que de igual forma dá estrutura ao social. Nesse sentido, as hierarquias de gênero, raça e classe entrecruzam-se na construção da sociedade. Por último fazemos uma discussão a respeito de alguns estudos importantes na análise do doméstico no Brasil, no intuito de verificarmos como a temática vem sendo abordada nas análises acadêmicas.

O segundo capítulo buscará apresentar nossa interpretação sobre os dados empíricos. O perfil geral, o cotidiano e as especificidades do desenvolvimento desta atividade em Cruz das Almas são apresentados e a busca pela compreensão dos elementos que constitui o ser uma trabalhadora doméstica negra e pobre de uma cidade do interior vão sendo discutidos. Assim, por meio da análise das trajetórias de vida, da trajetória escolar, das condições de moradia, da relação familiar e das estratégias de sobrevivência, buscaremos problematizar de que forma esta atividade vem se constituindo no município e de que forma esta estabelece uma condição precária de sobrevivência.

No terceiro capítulo faremos uma discussão acerca dos processos de construção da identidade dessas trabalhadoras. O debate sobre a identidade e diferença e identidade no trabalho doméstico nos ajudará a refletir acerca das avaliações decisivas que estas mulheres tomam, sobre como estas se vêem nos julgamentos que fazem de si mesmas e se apresentam conseqüentemente perante a sociedade. O conceito de interseccionalidade nos é um recurso valioso para compreendermos as múltiplas dimensões que compreende a vivência da mulher negra numa sociedade racista e sexista. Nessa análise as experiências, as subjetividades e as relações sociais são elementos fundamentais, pois, estão intimamente ligados aos processos fundadores das identidades que como estes sofrem constantes transformações.

A conclusão visa apontar para novas questões que envolvem o desenvolver dessa atividade. Não pretendemos esgotá-las, entretanto, nem tampouco trazer respostas definitivas e sim apresentarmos e discutirmos acerca de algumas constatações das especificidades do trabalho doméstico desenvolvido em outros lugares que não os grandes centros.

CAPÍTULO 1 – DISCUTINDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO DOMÉSTICO

1.1 Definindo o Trabalho Doméstico

1.1.1 Direitos trabalhistas e organizações coletivas

Embora o trabalho doméstico seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em ambiente residencial, a legislação que o rege com base na última definição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o define como prestação de serviço residencial contínuo, sem finalidade lucrativa para o empregador. Nesse sentido enquadram-se como trabalhadoras (es) domésticas(os) babas, cozinheiras (os), lavadeiras (os), arrumadeiras (os), caseiras (os), jardineiras(os), acompanhantes de idosos e auxiliares de enfermagem que trabalhem no domicílio. Em todas essas especialidades a trabalhadora (r) deve possuir dezesseis (16) anos ou mais.

Ao iniciarmos uma discussão acerca da legislação que rege o trabalho doméstico no Brasil, é imprescindível levantar um breve debate sobre o desenvolvimento da mesma frente à atual definição do que é o trabalho doméstico remunerado e aos desafios do presente.

Após serem excluídas na emergência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT Decreto Lei 5.442 de 1º de maio de 1943) que surge para garantir direitos trabalhistas para as (os) trabalhadoras (es), o trabalho doméstico só passa a ser regulamentado em 1972 com a edição da Lei 5.859/72 regulamentada pelo Decreto nº 71.885/73 que o define e garante direitos trabalhistas, sociais e previdenciários com o tratamento diferenciado das demais categorias profissionais.

Entretanto, essa categoria esteve excluída de muitos direitos alcançados por outros grupos e, além disso, somente para a execução do trabalho doméstico era obrigatória a apresentação de “atestado de boa conduta” que submetia a seus executores uma subserviência ultrajante em vista de uma boa indicação para outros trabalhos.

Como evidencia Santos (2010) em sua pesquisa, quando se discute a respeito do tratamento jurídico desta atividade em seus meandros, percebe-se a relação entre os avanços jurídicos e as discussões sobre políticas públicas para as mulheres engendradas no Brasil, sobretudo, na década de 1980. Nesse período, segundo Tait (2010) a expressão “políticas

públicas para as mulheres” começou a ser utilizada devido aos processos reivindicatórios de grupos organizados como os sindicais e os feministas. Nessas discussões estavam envolvidas questões como a desvalorização salarial das mulheres, a violência doméstica e no local de trabalho, a falta de infraestrutura para as trabalhadoras gestantes dentre outras.

Surgiram nesse mesmo período movimentos organizados por mulheres de bairros populares que reivindicavam melhor infraestrutura e condições sanitárias para os bairros periféricos. Junto a isso ocorre a incorporação das lutas feministas pelos partidos de esquerda, com o aparato estatal para tratar e implementar as políticas públicas, principalmente nas área de saúde e segurança da mulher.

Entretanto, é importante evidenciar que no caso do trabalho doméstico, desde a década de 1930 as primeiras organizações profissionais vinham pressionando o Estado frente à necessidade de se regulamentar essa atividade desenvolvida desde o pós-abolição sem direitos trabalhistas ou qualquer tipo de regimento. A luta por direitos que as demais categorias já desfrutavam se dá até o presente sendo sobremaneira fortalecido pelas discussões iniciadas na década de 1980.

A exemplo disso, podemos nos referir a associação de empregadas domésticas organizado na cidade de Campinas – SP no início dos anos de 1960 sob a liderança de Laudelina de Campos Melo. Esta organização já assinalava em suas pautas as reivindicações pela ampliação dos direitos trabalhistas pensando sempre na conscientização da trabalhadora doméstica na superação dos problemas do cotidiano de trabalho, como afirma Bernadino-Costa (2007). Nesse momento eclodem também a preocupação com a alfabetização e qualificação das trabalhadoras, a necessidade e o direito de se sindicalizar, a importância do lazer e das atividades culturais e etc.

A Associação dos Empregados Domésticos de Campinas – como ficou posteriormente conhecida – enfrentou diversos empecilhos ao longo de sua trajetória, mas sem sombra de dúvidas possui um importante papel na busca e luta por direitos que vinham sendo negligenciados.

1.1.2 Os direitos e deveres das trabalhadoras domésticas

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, houve algumas reformulações nas antigas leis e as trabalhadoras acessaram alguns direitos como, por exemplo, salário mínimo e

licença maternidade de 120 dias. Nesse sentido, pode-se enumerar alguns dos principais direitos conferidos a essa categoria como:

1. Carteira de trabalho e recolhimento do INSS;
2. Salário mínimo fixado em lei
3. Irredutibilidade salarial
4. 13º salário
5. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
6. Feriados civis e religiosos
7. Férias de 30 dias remuneradas
8. Férias proporcionais no término do trabalho
9. Estabilidade no emprego em razão de gravidez
10. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário
11. Auxílio – doença pago pelo INSS
12. Aviso prévio de no mínimo 30 dias
13. Aposentadoria
14. Integração a Previdência Social
15. Vale – transporte
16. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) opcional
17. Seguro – desemprego concedido exclusivamente à empregada inclusa no FGTS.

O fundo de garantia por tempo de serviço por ser opcional é freqüentemente negligenciado pelos empregadores que formalizam a relação de trabalho. Com a ausência do repasse mensal ao FGTS o seguro desemprego também não se efetiva, e mesmo as trabalhadoras registradas não usufruem desse benefício garantido a maioria dos trabalhadores.

O que diferencia o trabalho doméstico dos demais trabalhos é o fato desta atividade não gerar renda. Desta forma este trabalho não se encaixa na categoria de micro-empresa e por não gerar capital “requer” uma legislação específica em vista desta prerrogativa.

Neste sentido, se de um lado houve avanços no que concerne a legislação e aos direitos trabalhistas que até então viam-se muito defasados em contraste com os avanços legais das demais categorias, do outro os direitos conquistados encontram vários percalços pelo caminho. Como foi explicitado anteriormente, alguns dos direitos foram conquistados pela categoria, entretanto o que se vê no cotidiano brasileiro – e há diversas pesquisas

comprovando – é a precarização dessa atividade, onde as conquistas não conseguem se efetivar na plenitude dos trabalhadores. Antes, o que os números provam é que vem ocorrendo no país um constante burlamento da lei, e a categoria que deveria ser beneficiada pela legislação já alcançada tem se submetido a constantes explorações pelo patronato.

Como deveres de toda trabalhadora doméstica encontramos a apresentação na hora da contratação dos seguintes documentos: 1. Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2. Comprovante de inscrição no INSS; 3. Atestado de saúde fornecido por médico – caso o empregador julgue necessário –.

Ainda elencando obrigações no desenvolvimento deste serviço o regulamento impele a toda trabalhadora a : a) Ser assíduo(a) ao trabalho e desempenhar suas tarefas conforme instruções do(a) empregador(a); b) Ao receber o salário, assinar recibo, dando quitação do valor percebido; c) Quando for desligada do emprego, por demissão ou pedido de dispensa, deverá apresentar sua Carteira de Trabalho a fim de que o(a) empregador(a) proceda às devidas anotações; d) Quando pedir dispensa, deverá comunicar ao(à) empregador(a) sua intenção, com a antecedência mínima de 30 dias.

1.1.1 Os direitos que ainda faltam

Acerca das lacunas ainda existentes por falta de previsão legal, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) assinala que faltam: 1) recebimento de abono salarial e rendimentos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), em decorrência de o empregador não contribuir com este programa; 2) benefícios por acidente de trabalho; 3) salário-família; 4) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório – já que o mesmo é opcional e por isso quase nunca é utilizado – ; 5) adicional por trabalho noturno; 6) Jornada de trabalho fixada por Lei; 7) adicional por periculosidade e insalubridade; 8) horas extras.

Como se vê, faltam ainda diversos benefícios que visem incluir socialmente a categoria no universo do trabalho legalizado e que permitam a desconstrução de uma imagem inferiorizante da trabalhadora e do trabalhador doméstico.

Melo (1998) aponta que isso se deve ao fato de a sociedade ainda visualizar nessa atividade um caráter especial, que fica explícito pela utilização de uma legislação especial para regulamentar suas funções. Os trabalhadores domésticos são excluídos da CLT e regidos por uma legislação especial, que neste contexto tem conotação excludente. Para a autora até mesmo a Constituição Federal de 1988 e as leis infraconstitucionais tratam o trabalho doméstico como um sub-trabalho ao dar a este um tratamento desigual, em vista de não possuir os mesmos direitos que os demais possuem.

Vê-se assim que a desvalorização desse está presente não somente no social, mas também no judiciário e a soma desses fatores corroboram demasiadamente para a não formalização do mesmo e dificulta a expansão dos direitos da categoria.

1.2 A instituição do trabalho doméstico feminino negro no Brasil: as reminiscências do escravismo na contemporaneidade

O trabalho doméstico no Brasil caracteriza-se pela grande presença de mulheres negras, pela informalidade e pela precariedade salarial – como aponta o Dieese (2005). Segundo assinala o departamento:

Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, caracterizando –se pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência (DIEESE, 2005 p.5)

Nesse sentido cabe-nos refletir de que forma essa atividade vem se constituindo ao longo dos anos no Brasil como uma atividade feminina, majoritariamente negra e excludente socialmente.

1.2.1 A atividade doméstica no período da escravidão colonial

Diversos autores da temática racial, de gênero e os que se debruçam especificamente sobre o trabalho doméstico compreendem uma relação entre essa atividade e o passado colonial escravista que marcou de maneira perversa a população brasileira.

Durante o período colonial, como aponta Kofes (2001) a relação entre o desenvolvimento de determinadas atividades, o mandar e o obedecer e as linhas de cor era tida como natural, indicando com isso uma equivalência social entre o trabalho e seu executor.

Nesse sentido ser negro e ser escravo eram equivalentes, e as atividades encarregadas a este também. O pensamento colonial produziu nesse sentido a imagem da mulher negra e do homem negro intrinsecamente ligados a trabalhos manuais, de força e servis, naturalizando a idéia de que estes nasceram sobretudo para executar estas funções.

Em se tratando das mulheres negras, estas nasceram para serem mucamas, amas de leite, cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, costureiras dentre outros, possuindo para isso dotes inatos, ao contrário do branco que de igual forma nascera para mandar. Kofes (2001) afirma que durante esse período a equação social e racial indicava equivalência entre o desenvolver de determinadas tarefas e as linhas de cor.

Vemos nesse sentido, como o elemento fenotípico é utilizado para demarcar poder sobre os corpos racializados, justificando opressões, subjugações e dominações. O conceito de raça e raça negra manipulado neste momento apresenta-se enquanto um constructo elaborado a fim de justificar a exploração do povo recrutado da África.

[...] o apelo à raça foi inventado por teóricos que necessitava de ideologias que contribuíssem para a unidade nacional [...] mais uma vez se percebe que o racismo só pode ganhar vida a partir do momento em que essas nações, que inicialmente pensaram a si mesmas como raça, lançaram seu olhar imperialista a outros povos de modo a submetê-los mais facilmente. A ciência, dessa forma, torna-se o artifício que justifica a dominação e que cria uma nova necessidade (Santos, 2002 p. 61)

Em seu trabalho sobre a escravidão no Rio de Janeiro antigo, Ghaham (1992) enfatiza o desenvolver das atividades domésticas, identificando uma divisão entre os escravos de dentro de casa – os quais desenvolviam suas tarefas na esfera doméstica – e os de fora – o que se ocupavam das atividades fora da casa. Vendo uma mesclagem entre o patriarcalismo português e as práticas escravocratas, a autora conclui que as escravas domésticas, contrariando as leis patriarcais de proteção mediante subserviência e zelo no cumprimento das

atividades dentro da casa, rompiam facilmente com essa divisão entre a casa e a rua já que vários dos seus afazeres dependiam de uma transição entre estes ambientes.

Kofes (2001) do mesmo modo que Ghaham (1992) sinaliza para a grande quantidade de negros e negras desenvolvendo atividades domésticas no período colonial, revelando com isso a grande dependência do sistema instituído da força escrava mesmo em atividades dentro das residências. A autora relata o caso de uma viajante estrangeira que ao chegar no Brasil no início do XIX escreve uma carta na qual questiona: “Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto que nos conduz, uma preta que nos serve junto ao fogão, o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos” (p. 134).

Kofes (op. cit.) afirma que nesse período nas áreas urbanas era generalizado o aluguel de escravo para o serviço doméstico. As mucamas e as escravas para dentro de casa eram escolhidas mediante seus dotes físicos e boa aparência - as mais semelhante a cultura dominante - . A população se encontrava tão habituada ao trabalho de servidão que o termo alugado passou com o tempo a designar o empregado doméstico (p. 135) .

Vemos assim se desenrolar nesse cenário uma dependência muito grande dos escravizados oriundos da África para a execução dos serviços domésticos. A vinda destes para o Brasil representou uma forma de organizar, como foi posto anteriormente, o trabalho negro numa sociedade escravagista. Destarte como aponta Viana Filho (1988), desde a sua retirada forçosa de seus locais de origem, estes produziram riquezas para a Metrópole portuguesa e seus signatários, sustentando com o suor dos seus corpos a colônia portuguesa em terras sul-americanas.

O negro era máquina de trabalho, trazido para essas terras como simples mercadoria que cumpria o dever de explorar da “melhor” forma possível. Nesse processo, negros e brancos foram se “aproximando”, formando segundo o autor uma nova sociedade que surgia abalada pelo choque das duas culturas e pelas injustiças do regime servil.

1.2.1 O trabalho doméstico no período pós-abolição: de escravas a criadas

Ironicamente, o negro e a negra que antes eram imprescindíveis à manutenção produtiva da economia nacional, agora não eram importantes para a mão-de-obra assalariada, ficando assim relegados às margens da sociedade e sem perspectivas de inclusão social. Desta forma, o Brasil que se favoreceu do trabalho escravo ao longo de séculos, colocou às margens um dos seus principais agentes construtores, o negro, que com isso passou a viver na miséria, sem trabalho e sem possibilidades de sobrevivência em condições minimamente dignas.

Nesse momento, as atividades desenvolvidas pelos ex-escravos não possuíam muito peso na economia e detinham pouca rentabilidade como aponta Matos (1994). Além disso, o processo de decomposição escravagista é simultâneo à vinda de trabalhadores imigrantes europeus que em muitos casos eram preferidos na execução de determinadas funções pela ideologia de embranquecimento da população brasileira.

A respeito das atividades desenvolvidas pelas negras, nem o processo de abolição e nem mesmo a vinda de trabalhadoras brancas estrangeiras as excluiu do serviço doméstico. Antes, aumento da população urbana, o processo de expansão industrial e os surtos epidemiológicos trouxeram uma nova dinâmica para o trabalho doméstico, ampliando a importância e as responsabilidades das trabalhadoras com a limpeza e higiene (MATOS 1994).

A transformação de escravas em criadas não alterou significativamente a rotina de trabalho da mulher negra. Esta continuava submetida a um longo período de trabalho exaustivo, alojamento úmido, dieta inadequada ou a doenças que caracterizavam a vida do trabalhador pobre (Graham 1992). Soma-se a isso a intensa supervisão por parte dos patrões.

Em meio às inovações tecnológicas, um novo modo de viver o trabalho doméstico foi se constituindo; as criadas tiveram que se adaptar a introdução da água encanada que as mantinham mais tempo no interior das residências; com a construção paulatina do sistema de rede de esgoto não havia mais necessidade de seu deslocamento externo para o descarte dos 'tigres' – túneis de excrementos –. Assim estas mulheres passaram a estar mais tempo em companhia de seus patrões, o que tornou essa atividade mais pessoal e mais tensa como demonstra Graham (1992).

As criadas [...] experimentavam muito agudamente profundas tensões que caracterizavam a relação senhor/criada como algo pessoal e próximo, talvez duradouro mais nunca uma relação entre iguais que confiavam um no outro. [...] Para eles – o patrões – os laços com as criadas eram necessariamente instáveis, pois a desconfiança (que chegava ao desprezo) contra aquelas com as quais contavam para a manutenção da família e do lar ressoava uma ambivalência, exigindo reiteradas confirmações de confiabilidade e lealdade das criadas (1992 p. 125).

Vemos assim que abolição não conseguiu romper completamente com a lógica exploratória do trabalho feminino negro que por intermédio da desvalorização do trabalho doméstico exercido sob estereótipos de gênero e raça vem ao longo dos séculos elegendo o lugar desprestigiado da mulher negra.

Em seu artigo sobre cor, trabalho e riqueza no pós-abolição na cidade de Salvador, Jeferson Bacelar sintetiza as condições de trabalho da população negra no final do século XIX. Nesse trabalho fica evidente a precarização das atividades exercidas pelos negros e negras que eram desqualificados para o exercício de determinadas profissões e impelidos a continuidade no desempenho de serviços mais manuais principalmente do setor primário. A respeito do trabalho doméstico o autor assinala que:

Como empregados do setor privado, tínhamos os trabalhadores domésticos, ocupação de significativa parcela da população feminina [...] atividade dos mais pobres, em grande parte dos pretos. Além da reduzida remuneração obinubilada pelo alojamento e alimentação, permanecem resquícios da tradição escravista, sentidos em muitos casos pela maneira prepotente, violenta e arbitrária como os patrões tratavam os empregados (Bacelar, 2008 p. 74)

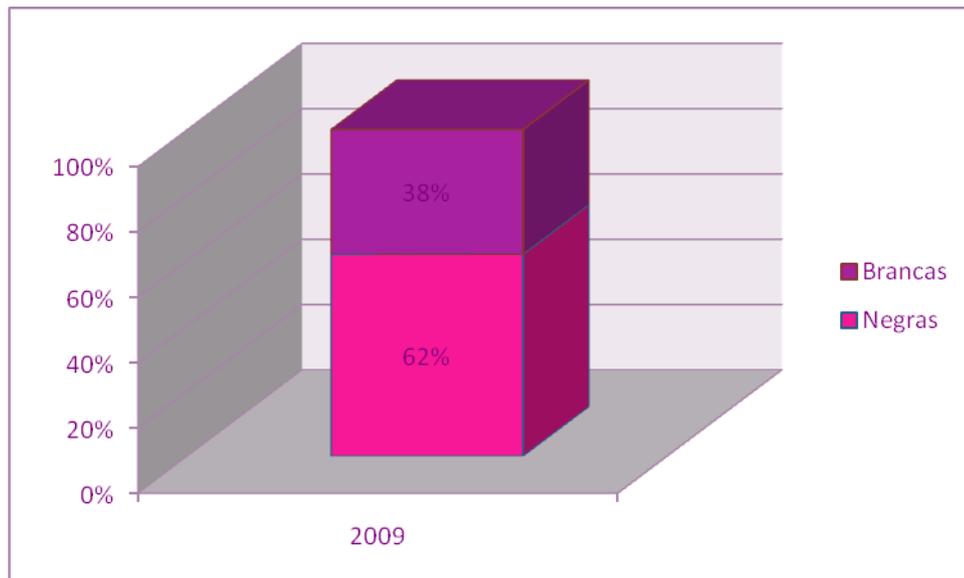
Como já evidenciamos, essa realidade permanece sustentada por certas atitudes culturais do passado colonial que mantém essa atividade sobre um forte espólio de servidão que se reflete nas características contemporâneas dessa atividade como veremos a seguir.

1.2.2 E no cenário atual, o que dizem os números

O objetivo deste tópico é trazer uma discussão sobre as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizado pelo IBGE no ano de 2009 e publicado pelo Ipea em 2011, com o intuito de traçar um perfil dessas trabalhadoras assim como apontar para as principais alterações no desenvolvimento dessa atividade.

Como já assinalamos anteriormente, o trabalho doméstico se constitui como a maior categoria ocupacional feminina em todo Brasil, que emprega uma expressiva parcela de mulheres – cerca de 7,2 milhões trabalhadores entre homens e mulheres –. Desse total 93% – 6,7 milhões – são mulheres em sua maioria negra como demonstra o gráfico 1.

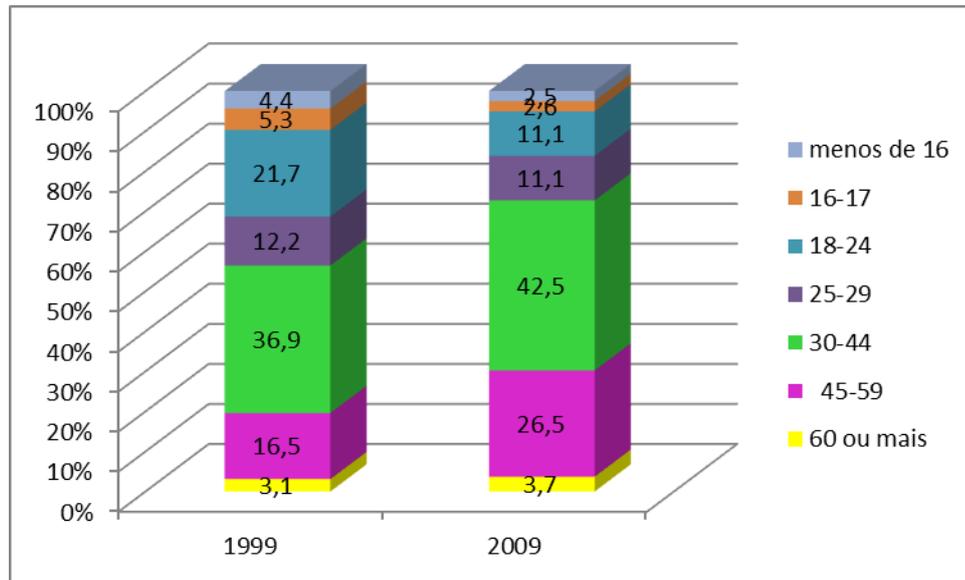
Gráfico 1: Distribuição das trabalhadoras domésticas por cor



Fonte: Dados do PNAD

Dados os elementos discutidos anteriormente a respeito do histórico desta atividade no Brasil e devido a significativa representação da população negra nos patamares mais rebaixados da sociedade, as mulheres desse grupo encontram nas atividades mais desqualificadas – como é o trabalho doméstico – uma possibilidade de empregar-se. Essa atividade ocupa como afirma Pinheiro (et.al. 2011) uma posição central nas possibilidades de incorporação das mulheres negras no mercado de trabalho. Representa para 21,8% das mulheres negras empregadas a principal fonte de renda, contra 12% das mulheres brancas.

Dentre as características das trabalhadoras domésticas temos a faixa etária que concentra expressiva parte deste no grupo que compreende dos 30 aos 44 anos como demonstra o gráfico 2. Essa faixa de idade vem sofrendo transformações ao longo dos anos: em 1999 490 mil trabalhadoras domésticas eram crianças ou adolescente – o trabalho infantil é proibido no Brasil –, em 2009 houve uma diminuição para cerca de 340 mil trabalhadoras na faixa dos 10 aos 17 anos. Ocorre também uma diminuição do número de jovens de 18 a 24 anos envolvidas na atividade. Do total de 22% de jovens em 1999 o índice caiu para 11% em 2009.

Gráfico 2: Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo a faixa etária

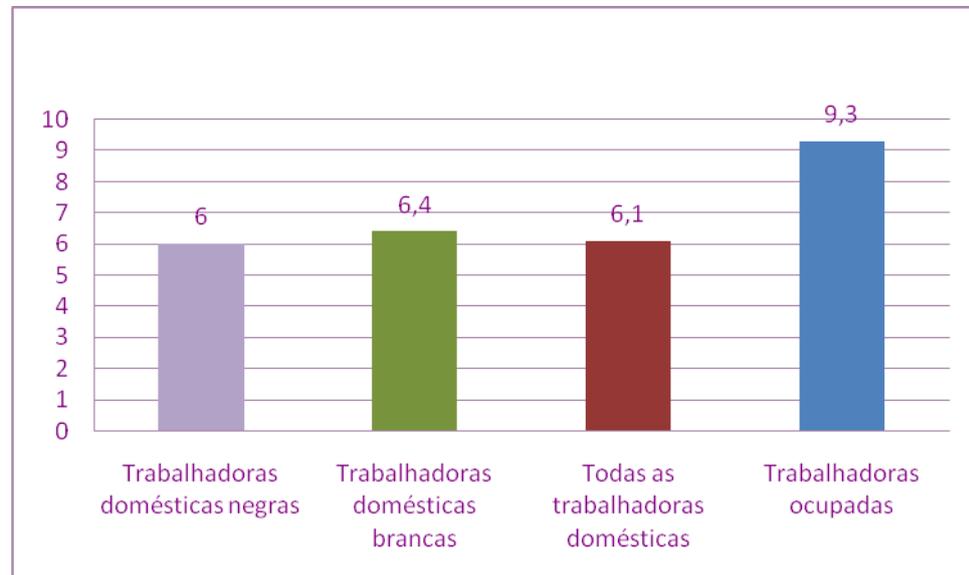
Fonte: Dados do PNAD

Segundo o PNAD (2009) com o declínio do trabalho doméstico infantil e a abertura de novas oportunidades de emprego para as jovens mulheres, as trabalhadoras com idade acima de 30 anos passam a ter cada vez mais importância neste grupo. Assim a maior parte das trabalhadoras domésticas segundo os dados da pesquisa nacional são maiores de 30 anos – cerca de 72% do total de trabalhadoras –.

Segundo a análise destes números é possível pensar como aponta Pinheiro (op. cit.) que, dado o gradual processo de envelhecimento da população e o surgimento de novas possibilidades ocupacionais para as jovens trabalhadoras, o trabalho doméstico, da forma como conhecemos hoje, tende a reduzir-se drasticamente. Entretanto ponderamos nessa afirmativa, pois, como afirma Bernardino-Costa (2007) principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, o trabalho doméstico ainda se constitui uma importante porta de entrada no mercado de trabalho para crianças e adolescente. Isso implica que para as regiões mais pobres do país essa tendência não se traduz na realidade – o que de igual forma nos leva a concluirmos que também não reflete a realidade dos municípios do interior dessas regiões.

Com relação a escolaridade, o grupo destas trabalhadoras acompanham um movimento geral de ampliação da escolaridade – segundo os dados censitários –. Entretanto essa categoria continua as margens do processo educacional, agregando-se significativamente a parcela menos alfabetizada da sociedade.

Gráfico 3: Média de anos de estudos das trabalhadoras domésticas por cor



Fonte: Dados do PNAD 2009.

Vemos no gráfico que as trabalhadoras domésticas negras tem em média 6 anos de estudos, enquanto a média das outras trabalhadoras é 9,3 anos. Essa categoria encontra-se abaixo também das trabalhadoras ocupadas quando na comparação das médias de escolaridade. Essa baixa escolarização dificulta o acesso dessa categoria a outras ocupações, condicionando-as ao trabalho doméstico.

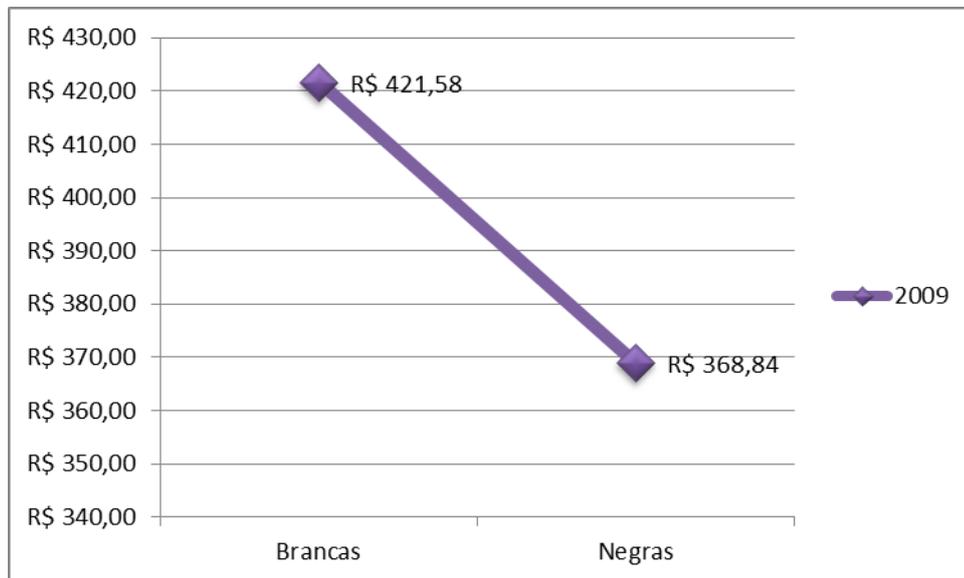
Com relação à contribuição com a previdência e a carteira assinada encontramos menos da metade do total de trabalhadoras com o emprego formalizado. Apenas 26% da categoria possuem a carteira assinada o que torna esse um aspecto de relevância central nas discussões sobre o direito no emprego doméstico, uma vez que o acesso a grande parte deles se dá por meio da formalização do vínculo de trabalho.

Além disso, a categoria apresenta baixo percentual de adesão ao sindicato, onde 2% das trabalhadoras estão vinculadas a algum tipo de sindicato ou associação reconhecido pelo Ministério do Trabalho. A maioria sindicalizada encontra-se na região Nordeste do país – devido a atuação de movimentos sociais em especial aos feministas e negro, como aponta Bernadino-Costa (2007) – e a minoria no Norte.

Por último e não menos importante é a remuneração desta atividade. Como previamente suscitamos, a baixa remuneração caracteriza essa atividade no Brasil. Essa categoria possui uma renda mensal abaixo do salário mínimo. Em 2009 a média mensal era de R\$ 386,45, sendo que na mesma época o salário mínimo – que é estipulado por lei – era de R\$ 465,00.

Os indicadores ainda comprovam que mesmo representando 62% do total de trabalhadoras domésticas no país, as negras recebiam, em 2009, uma remuneração média de R\$ 364,84, enquanto as domésticas brancas recebiam R\$ 421,58 como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 4: Renda média mensal das trabalhadoras domésticas



Fonte: Dados do PNAD.

Aqui, mais uma vez se revela a discriminação racial, que inter-relacionada a discriminação de gênero, deixa as trabalhadoras domésticas pretas e pardas numa posição de grande vulnerabilidade. Essas disparidades entre as rendas ocorrem também entre as regiões do país: enquanto que no Nordeste a trabalhadora recebe em média R\$254,46 no Sul esta recebe cerca R\$451,06 mensais.

Em síntese, ser uma trabalhadora doméstica no país não é tarefa das mais fáceis. Essa categoria agrega diversos elementos estruturadores das desigualdades no país. A baixa remuneração, a pequena escolarização, as amplas horas de trabalho, e a baixa sindicalização

somada a insípida formalização demonstram na prática que as construções sociais acerca dessa contribuem na opressão da mulher.

1.3 O Trabalho Doméstico Feminino Negro: De Que Forma Cabe Uma Discussão De Gênero E Raça

1.3.1. O Diálogo das Categorias Gênero e Raça

Os estudos acadêmicos de gênero surgiram estreitamente relacionados ao movimento político liderados por mulheres nos anos de 1970, como evidenciou Figueiredo (2008). Esses buscavam compreender melhor a relação entre o sexo biológico e o gênero enquanto constructo social e as implicações destes na condição feminina.

Não nos prenderemos nesse momento a uma reconstrução histórica conceitual da teoria de gênero, faremos, todavia uma discussão junto a algumas abordagens relevantes na definição e compreensão desse conceito que posteriormente nos auxiliará na análise dos dados empíricos.

Uma importante contribuição para as discussões de gênero é o texto de Joan Scott (2005) que recupera o uso dessa categoria em uma série de abordagens – a feminista marxista, a feminista radical e a pós-estruturalista/anglo-americana –. Podemos destacar dessa obra, importantes aspectos que norteiam as relações de gênero, pelas quais observa-se que as relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras de dominação e de desigualdades sociais.

Segundo a autora, a perspectiva de gênero permite entender a relações entre homens e mulheres, o que pressupõem mudanças e permanências, desconstruções e reconstruções de elementos simbólicos, práticas, comportamentos, normas, valores e representações; a categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.

A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens referenciais de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas. As relações de gênero, como relações de poder, são

marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presente conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta pela ampliação e busca do poder.

Nota-se a partir da análise dessa obra que o gênero diferencia-se do sexo, marcando então a dicotomia natureza e cultura. Enquanto que o primeiro se realiza culturalmente já que advêm de uma construção histórica, o segundo refere-se à condição biológica de combinação entre cromossomos, genitália e hormônios.

Outra importante contribuição encontramos em Bourdieu (1995) que acrescenta que culturalmente as diferenciações de gênero se apropriam das diferenças biológicas para hierarquizar a relações entre homens e mulheres. Em suas palavras:

Não é o falo (ou sua ausência) que é o princípio gerador dessa visão do mundo, mas é essa visão do mundo que, estando organizado (por razões sociais que seria necessário tentar descobrir) segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo [...] e basear na objetividade de uma diferença natural entre corpos biológicos a diferença social entre duas essências hierarquizadas (BOURDIEU 1995 p. 149).

Sendo assim, pode-se facilmente entender que ao se realizar culturalmente, as construções de gênero, ideologicamente estabelecidas, tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados.

Em concordância Saffioti (1992 p. 198) afirma que “o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo”. Para a autora, o preconceito das diferentes capacidades das mulheres e dos homens é acompanhado do uma concepção hierárquica de dominação do gênero masculino sobre o feminino e é perpetuado pelas crenças e valores, disseminados pela educação, religião e pelo imaginário popular. Nesse mesmo sentido Huntley e Guimarães (2000) apontam que na relação desigual entre homens e mulheres, os primeiros são superestimados e valorizados. O contrário acontece com a mulher e com tudo que relaciona-se ao feminino – afazeres, maternidade e etc. Em suas palavras:

As capacidades específicas das fêmeas têm a ver com atividades consideradas de segunda ordem para o funcionamento e desenvolvimento da

sociedade, precisamente à produção da vida. As atividades específicas dos machos, relativas à produção e administração das coisas consideram-se fundamentais e de primeira ordem (2000 p. 131)

Ao diferenciar homens e mulheres, a sociedade atribui-lhes papéis específicos, cada um ocupa uma determinada função, exerce certas atividades e se comporta de tal maneira. Em sua análise, Foucault (1996) é ainda mais enfático ao sinalizar para o dispositivo da sexualidade, que coage os sujeitos a certas normas e rege o sexo como lugar de interesse. O mesmo autor sinaliza para o poder disciplinar, que tem por fim tornar os corpos úteis e dóceis, normativamente obedientes e disciplinados as regras comuns. Butler (2003) acrescenta que a sexualidade enquanto um conjunto de regras e valores também é um constructo socialmente estabelecido para conformar os sujeitos em seus respectivos papéis. O sexo, para a autora, assim como o gênero, seria uma construção discursiva que produz efeito sobre a realidade.

Desse modo, evidencia-se que através do gênero a mulher encontra-se numa posição inferior a do homem, assim como as características essencializadas e as atividades exercidas por esta. É como Stolcke (1991) sinaliza, naturalizam-se as representações e as desigualdades também.

É válido assinalar, entretanto, que apesar de ser evidente que todas as sociedades utilizam o sexo biológico para atribuições de gênero, essas ocorrem de maneira diversa nessas sociedades, já que não existem culturas que estejam completamente de acordo sobre quais as diferenças entre um gênero e o outro.

O que vimos até o presente momento são reflexões gerais mais voltadas para a análise de gênero. Veremos a partir de agora a articulação da teoria de gênero com a racial usando principalmente como referência a obra de Verena Stolcke (1991) e Luiza Bairros (1995).

Em seu texto algo recorrente na análise de gênero e raça, Verena Stolcke (1991) ao articular sexo ao gênero e raça a etnicidade afirma que as discussões de gênero ao desafiar a máxima essencialista e universalista de que a biologia é o destino, justificando com isso as desigualdades entre homens e mulheres, aponta para outros constructos norteados pela diferença como é o caso da raça e da classe social.

Teorizar as relações de gênero como formulações culturais impõem pelo menos dois conjuntos de questões analíticas. A teoria do gênero, por desafiar essencialismos biológicos anteriores, problematiza e permite uma nova discussão sobre a maneira pela qual os fatos naturais das diferenças entre os sexos são relacionadas a formulações de gênero. Simultaneamente, o conceito de gênero como forma sócio-histórica da desigualdade entre

mulheres e homens chama a atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe, e coloca a questão de como elas se cruzam (STOLCKE 1991 p. 104).

A autora defende que socialmente as desigualdades entre os diversos grupos humanos são justificadas por naturalizações que asseguram a ordem “natural” das sociedades. As representações de gênero e raça que estruturam a sociedade são naturalizados para abonar a subalternização de certos grupos.

Somente a utilização da categoria gênero não daria conta de compreender a experiência de todas as mulheres. O debate formulado pelo feminismo sobre a situação da mulher até então, não reconhecia a especificidade sócio-histórica das mulheres negras, não sendo capaz de compreender o efeito das representações de gênero e raça sobre estas. Stolcke (op.cit) sinaliza para outras formas de opressão que foge a discussão unilateral do gênero. Para ela gênero, raça e classe se atravessam criando formas específicas de exploração que submetem as mulheres negras e pobres.

Stolcke (1991) e Bairros (1995) destacam que não se trata de um processo de soma ou adição/combinção de variadas formas de opressão que configuram a condição social dessas mulheres; se trata de um tipo específico de opressão. É o que afirma a teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*):

Segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista e dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação de raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, a mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista (BAIROS 1995 p. 461).

Percebemos assim que raça, gênero e classe configuram uma multidimensionalidade opressiva da experiência da mulher negra. De acordo com essa teoria não existe uma identidade única de ser mulher, essa experiência se dá por intermédio de elementos social e historicamente definidos.

Stolcke (1991) ainda defende que o gênero, raça e classe articulam-se para estruturar e perpetuar a sociedade de classes, sociedade profundamente desigual e contraditória que almeja através destes elementos econômicos e político-ideológicos conciliar o irreconciliável.

Figueiredo (2008) recupera as discussões de gênero e raça no Brasil apontando para as principais características desses estudos, dentre as quais torna-se evidente a ênfase na

denuncia a respeito dos elementos opressores das mulheres negras, que nesse país hierarquicamente estruturado, em determinadas situações ficam abaixo de qualquer outro grupo; a tendência a vitimização ou pessimismo acerca da situação dessas mulheres e a ausência de uma análise verdadeiramente relacional.

A importância desses estudos consiste – dentre outros – em apontar para as naturalizações que justificam a exploração da mulher negra. Collins (2005) afirma que desde a escravidão, esta tem visto o corpo e sexualidade da negra sendo construídos pelo discurso alheio, que sobrecarregados essencializações as inferiorizam, associando-as á aberrações.

Nesse mesmo princípio Bocayuva (2001) denuncia o excesso sexual nas obras de Gilberto Freyre que tiveram grande relevância na construção do discurso da igualdade racial no Brasil. Para a autora, Freyre entrelaça os atributos de negros e mulheres, caracterizados como destinos biológicos. O homem branco é o representante da totalidade do gênero masculino, revestido de qualidades inerentes ao seu sexo e à sua raça. Já a mulher independente de sua raça teria disposição – ao contrário do homem – para a passividade e para o conformismo similarmente à população negra (2001 p.103).

Em sua obra, Freyre apresenta uma imagem da mulher negra que foi sobremodo difundida enquanto inferior, passiva, e afeita aos trabalhos domésticos. Sendo estas características essenciais a toda mulher negra, fica-se evidente o motivo pelo qual é esta ainda hoje a responsável pelos trabalhos domésticos no Brasil.

O que várias estudiosas da temática propõem é justamente uma desconstrução desta imagem naturalizada da mulher negra, onde a própria negra se auto-defina sob um ponto de vista crítico numa investida anti-racista.

Em concordância com as assertivas teóricas aqui analisadas Carneiro (2004) afirma que ser mulher negra no Brasil opera uma síntese que agrega as contradições de raça e gênero e não menos importante, de classe. Essas estruturas de dominação históricas se atravessam mutuamente, determinando o lugar social desprestigiado da mulher negra, assim como o das suas atividades. A discriminação no mercado de trabalho, os salários desiguais, a quase exclusão política presentes no cotidiano da mulher negra são resultados disso.

1.3.2 Gênero e Raça no Trabalho Doméstico

A discussão de gênero e raça se insere neste debate, pois, o histórico do trabalho doméstico no Brasil assim como suas principais características e índices censitários assinalam para a existência de uma estreita relação entre esta atividade e as construções de gênero e raça problematizada em diversos estudos. Destarte, neste momento cabe uma discussão que evidencie de que forma essa relação compreende o trabalho doméstico.

Como foi visto até aqui, uma importante bibliografia relaciona o trabalho doméstico no Brasil ao passado colonial deste (GRAHAN 1992, BACELAR 2008, KOFES 2001). Pinho (2004) considera que a empregada doméstica é sem dúvida um dos ícones estereotípicos da negra brasileira onde o motivo é colonial e escravista. Vemos também em Bacelar (2008) que essa atividade possui resquícios da tradição escravista, sentidos em muitos casos, pela maneira prepotente, violenta e arbitrária como os patrões tratam as empregadas.

Da mesma forma Angela Daves (apud HOOKS, 1995) assinala para o grande espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras, pontuando que os papéis desempenhados por estas seguem contemporaneamente um padrão estabelecido na escravidão.

Os estereótipos e resquícios assinalados por esses autores estão intrinsecamente ligados a naturalização de elementos inferiorizantes da mulher negra. Historicamente o trabalho exercido por mulheres é desvalorizado socialmente sob a égide sexista que o considera como de segunda ordem - vide as díspares remunerações entre os gêneros. Quando essa lógica alcança as trabalhadoras negras soma-se a discriminação racial que as inferioriza, explora e subalterniza.

As atividades desenvolvidas pelos homens são vista numa classificação hierárquica como de primeira ordem numa escala de relevância social. Deste modo o que o homem produz é considerado muito mais importante para o desenvolvimento da sociedade do que o que produz as mulheres que quando negras continuam aprisionadas a trabalhos manuais considerados de última importância (HUNTLEY E GUIMARÃES, 2000 p.131). O trabalho doméstico se insere neste último, sendo por isso atividade dos mais pretos e pobres no Brasil.

Além disso, o trabalho doméstico é visto como uma atividade natural das mulheres, como se as mulheres carregassem consigo características essenciais para realizá-lo, como afirmam Mori, Bernadino-Costa e Fleischer (2011).

O trabalho doméstico tem uma longa relação com o trabalho das mulheres. Em nossas culturas patriarcais e capitalistas, esse trabalho foi destinado às

mulheres como exercício de atividades “naturais” do sexo feminino. Sendo assim, é um trabalho visto sem necessidade de ser remunerado (ou quando é pago, é muito mal pago) para aquelas pessoas que o exercem, ou ainda, um trabalho cuja sociedade, governos e famílias não conferem qualquer valor contributivo para as riquezas do país, mesmo havendo estimativas de que cerca de 12,7% do PIB brasileiro advém das atividades domésticas de reprodução social (p. 7).

Os autores acima ainda afirmam que as análises feminista e antirracista indicam a articulação entre patriarcado e a escravidão na construção social deste trabalho. Estes dois sistemas ideológicos perversos e fundadores da sociedade brasileira trazem decorrências até hoje operantes na constituição de uma divisão sexual e racial do trabalho extremamente excludente e desigual (p. 8).

Em consonância, para Suely Kofes (2001) e Bernadino-Costa (2007) a soma de todos esses fatores quando se pensa o trabalho doméstico, recai numa desvalorização e depreciação dessa atividade, numa exploração por meio de amplas jornadas de trabalho, má remuneração e contratações ilegais e a não cobertura integral pela legislação brasileira – ao contrário de outras categorias de trabalhadores. Até mesmo os seus saberes são silenciados e ignorados pela narrativa hegemônica da nação como pontua Bernadino-Costa.

A discussão de classe se insere nessa temática, pois como afirma Mary Castro (1992) à estrutura de classe que produz e onde se reproduzem os pobres não é uma dimensão paralela e sim palco das relações de gênero e raça no trabalho doméstico.

Assim, mulher negra executa como no passado, uma atividade desprestigiada socialmente, imbuída desses constructos inferiorizantes que se refletem de diversas formas: na remuneração que se emprega; na longa carga horária diária; no tratamento arbitrário e degradante; na violação dos direitos jurídicos e muito mais.

1.4 Importantes contribuições para o tema no Brasil

Os poucos estudos a respeito da atividade doméstica remunerada no Brasil³, surgiram principalmente a partir das iniciativas de específica corrente feminista na década de 1960.

³ Em 1989, Elsa Chaney e Mary Garcia Castro publicaram um volume seminal editado sobre os trabalhadores domésticos na América Latina, intitulado *Muchachas No More: household works in América Latina and the Caribe*. Na introdução, elas declararam que pouca atenção vinha sendo dada a este importante setor da sociedade, sendo surpreendente a pouca produção acerca dessa atividade (apud Blofield, 2007 p.3).

Como vemos em VilasBoas e Santos (2010), o grosso dessa perspectiva feminista denunciava que se muitas mulheres estavam conseguindo sua libertação, o faziam as custas da subordinação de outras. Assim, se de um lado o feminismo branco burguês estava preocupado em libertar e emancipar as donas de casa da classe média, subordinava para isso uma leva de mulheres trabalhadoras pobres.

Começaremos com um importante estudo do final da década de 1970 que analisa o serviço doméstico a partir da análise da participação da mulher no sistema de produção social. O estudo intitulado de *Emprego Doméstico e Capitalismo* (1978) sob a autoria de Heleieth Saffioti inicia-se a partir de uma discussão sobre a marginalização da mulher em relação à esfera pública da economia. No sistema de produção social foi detectado que a participação feminina no Brasil vem sofrendo acentuada redução ao longo dos anos, onde, da mesma forma a esfera privada vem se constituindo o campo por excelência da população feminina.

Saffioti (ibidem) observa a concentração de mulheres no setor terciário da economia, mais precisamente na categoria prestação de serviços. A maioria ocupada nesse setor é empregada doméstica, que desenvolve essa atividade como uma manobra de escape ao desemprego.

Para o desenvolvimento dessa análise foi feita uma pesquisa empírica na cidade de Araraquara – SP, onde foram entrevistadas mulheres de 5% dos domicílios da cidade sendo destas 208 trabalhadoras domésticas. Como resultado a autora observou a permanência do trabalho infantil na atividade doméstica, a grande presença de mulheres solteiras, de baixa escolarização e que recebia baixa remuneração pelo trabalho – cerca de um pouco mais que 50% do salário mínimo da época.

O trabalho doméstico como atividade do setor terciário serve como exercito de reserva para a atividade industrial já que o recrutamento faz-se pelo terciário locus privilegiado de formas não-capitalista de trabalho que o capitalismo não tem interesse em eliminar, visto que este pode dispor dessa mão- de - obra nos momentos de expansão. Esse setor serve também como recurso de sobrevivência nos períodos de retração da economia capitalista.

[...] Neste sentido, não é fortuito o ressurgimento do fenômeno empregada doméstica na Europa contemporânea. Trabalhadores portugueses, espanhóis, argelinos etc. executam as tarefas sujas que os franceses, ingleses, suíços, alemães etc. recusam-se a realizar. E suas mulheres empregam-se como domésticas. Até mesmo nos Estados Unidos o emprego doméstico está longe de ser eliminado, constituindo a quarta ocupação que mais absorve força de

trabalho feminina. Obviamente, o peso relativo desta categoria de emprego é bem menor que o encontrado no Brasil. Entretanto, o fenômeno continua a existir e até mesmo crescer (p. 25).

A resistência dessa atividade está desta forma vinculada ao beneficiamento do capitalismo que ocorre através da exploração do trabalho subordinado direta ou indiretamente ao capital. A autora salienta entretanto que a categoria que executa as atividades do terciário encontram-se as margens do capitalismo e do modo de produção capitalista.

Saffioti conclui que a libertação tão almejada por muitas mulheres ocorreu através do sacrifício de muitas outras, ou seja das trabalhadoras domésticas. Esse fenômeno ocorre principalmente nas regiões de capitalismo periférico onde emergem saídas diversas para a realização da sociedade de classe. A empregada doméstica também serve ao sistema capitalista ao criar condições para sua plena reprodução (p.43). Esta, não usufrui dos benefícios do sistema, fazendo parte do grupo dos ‘superexplorados’ dessa formação social. A injusta divisão sexual permanece, restringindo a mulher aos trabalhos secundários e ao setor privado da economia.

A autora finaliza destacando que o problema do trabalho doméstico se insere numa problemática mais ampla: a discriminação social contra a mulher. A solução segundo a autora estaria na conquista de uma sociedade justa onde essa atividade seja reduzida e distribuída de forma igualitária entre homens e mulheres.

Entendemos, no entanto que a redução do trabalho doméstico ou a maior distribuição entre os gêneros no desenvolvimento dessa atividade não implicará na mudança do quadro de precarização que incide sobre esta, já que as construções sociais acerca desta atividade que as inferiorizam não seriam alteradas.

Outra importante contribuição intitula-se *Mulher, mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas (2001)* sob a autoria de Suely Kofes. A autora analisa a relação e a interação entre patroas e empregadas na cidade de Campinas-SP através de um trabalho etnográfico denso, rico em depoimentos, observações, análises, depoimentos e experiências de vida.

A referida autora busca compreender de que forma os termos identidade, diferença, igualdade e desigualdade se combinam na relação entre as distintas mulheres envolvidas. Kofes acredita que o termo identidade deve ser combinado ao outros referidos termos para

não se tornar frágil e ser melhor apreendido. Para a autora identidade refere-se a um campo de reconhecimento sócio-cultural que esta disponível a todos os atores sociais.

Nesse estudo questiona-se a respeito da categoria mulher, se esta conseguiria abarcar todas as pessoas do sexo feminino. Segundo esta perspectiva de gênero a identidade mulher, única e unívoca não abrange um contingente de múltiplas realidades não conseguindo agrupar sob uma mesma categoria todas as mulheres.

Várias diferenças entrecruzam-se no doméstico: diferenças de classe, de relações familiares, de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensão do público e do privado. E finalmente de gênero, compartilhado mais diferentemente e desigualmente vivenciado (KOFES 2001 p.163).

Destarte, a diferença entre os gêneros na relação entre patroas e empregadas aparece sem a necessidade da presença masculina. A desigualdade não permite uma univocidade no ser mulher, sendo a patroa a figura que mais se enquadraria nessa categoria segundo a visão das trabalhadoras.

A distância social marca a relação e a interação entre essas mulheres. A patroa cabe ordenar, ser mulher, dona de casa, organizar o lar e a empregada cabe executar as tarefas a ela estipulada e respeitar os códigos e os termos das relações, adequando-se ao costumes da casa e da patroa. As demarcações de classe simbolizam uma separação entre essas múltiplas mulheres em suas realidades.

Em muitas situações, entretanto essa separação se confunde, e o proibido e o permitido também. Numa relação no âmago do privado, onde a trabalhadora participa – de certa forma - das intimidades do cotidiano, essa demarcação muitas vezes se perturba de diferentes maneiras – afetividades, incursões sexuais de maridos e filhos etc. O doméstico compreende uma dimensão ambígua e contraditória onde emergem diversas noções sobre amizade, limpeza, roubo e limites.

Esse estudo nos ajuda a perceber a distancia entre patroas e empregadas, onde as diferenças de classe separa veementemente ambas realidades sociais. A autora deixa, entretanto uma lacuna – de certo que identificada por esta no prefácio posterior ao trabalho original – ao não considerar as diferenças raciais nas relações entre essas mulheres. A diferença racial que marca severamente as relações sociais no Brasil não é percebida, ou

admitida nesse jogo de interações sendo que os indicadores e o próprio histórico desta atividade apontam para uma prevalência da mão-de-obra negra na excussão desse serviço.

Outra importante contribuição para os estudos sobre o trabalho doméstico foi desenvolvido por Jurema Brites e intitula-se Afeto desigualdade e rebeldia – bastidores dos serviços domésticos (2000) onde a autora busca através do estudo etnográfico realizado em Vitória no Espírito Santo, compreender as relações de poder travadas entre empregadas domésticas e seus empregadores.

A tese analisa essas relações nos termos do que a autora denomina de um sistema de *reprodução estratificada*, que leva em conta tanto a desigualdade política e a exploração, quanto a funcionalidade dessa relação para ambas as partes.

As empregadas nesse estudo identificam nessa atividade vantagens que fazem essa atividade em muitos momentos ser preferida a outras. Essas vantagens encontradas nessa atividade coadunam justamente com aqueles fatores que muitos pesquisadores denominam de relações personalistas e clientelistas estruturadas na organização da família patriarcal, consideradas como as raízes da subordinação que o serviço doméstico acarreta (p. 12). Vemos assim se descortinar um olhar diverso sobre essa relação de trabalho, de um lado muitos pesquisadores da temática encaram essas vantagens como algo negativo, subordinante e o que subordina pode explorar, acarretando algo pouco profissional na relação entre as partes. Já as trabalhadoras enxergam nessas vantagens benefícios outros que dificilmente seriam encontrados em atividades formais.

A afetividade presente nessas relações não impede, entretanto o estabelecimento de hierarquias, onde há claramente marcado o “lugar” de quem manda e de quem é mandado. Esse processo é característico quando se reproduz a desigualdade entre as partes. O encontro com o outro, o choque entre as classes desiguais numa sociedade marcada pela segregação social acaba por desvelar a distancia social entre patroas e empregadas.

A *complementariedade estratificada* justifica esta atividade no Brasil, onde as trabalhadoras desenvolvem formas diversas de participação no doméstico que extrapolam a discussão acerca da cidadania. Os mecanismos encontrados por essas mulheres buscam justamente reverter a condição de subordinação na relação de trabalho.

Essa relevante pesquisa nos indica que se considerarmos na relação entre empregadas e empregadoras, as práticas políticas que perpassam o desenvolvimento dessa atividade,

poderemos ver com outros olhos as práticas cotidianas resultantes do contato entre as partes. Muitas vezes o discurso acadêmico se afasta da realidade cotidiana, e as generalizações podem escamotear diversos meandros também relevantes na análise do social.

Joaze Bernadino-Costa busca em seu trabalho intitulado *Sindicato das Trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos*, analisar a narrativa produzida pelos sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Para isso foram feitas entrevistas com representantes dos principais sindicatos de trabalhadoras doméstica em todo o país.

Ao esforçar-se por falar a partir dessas narrativas, o autor recupera um pouco da história de lutas desses sindicatos por melhores condições de trabalho. Além disso, o que encontramos é uma sólida argumentação sobre o silenciamento dos saberes produzidos pelas trabalhadoras domésticas aferidos pela narrativa hegemônica dessa nação. O autor busca nesse sentido dar espaço a esses saberes relegados pelos mitos democráticos que ainda permeiam o imaginário social, a partir do pressuposto de que o conhecimento não se produz a partir de posições neutras e universais.

Baseado especialmente nas contribuições de Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo o autor utiliza-se da teoria da descolonização e subalternização, que se propõem a repensar as reminiscências da experiencial colonial nos tempos modernos.

Portanto, o projeto da descolonização será o de liberar aqueles (as) sujeitos que se encontram dominados, oprimidos e explorados pelo padrão de poder moderno/colonial e pela diferença colonial. Este projeto de descolonização consiste tanto em ações internas a cada estado-nação quanto em ações que envolvem o sistema inter-estatal de poder (BERNADINO-COSTA 2007 p.66).

É nesse sentido que o autor ao recuperar o histórico dessas organizações sindicais, busca caracterizar o ativismo político das trabalhadoras domésticas. Essas organizações enquanto movimento de enfrentamento e resistência frente à quase invisibilidade jurídica e a precarização laboral, elaboram plataformas políticas e de conhecimento que articulam classe, gênero e raça.

A leitura desse texto nos ajuda a compreender de que forma os saberes subalternizados por diversos aspectos e construções – gênero, raça, classe etc. – ajudam a estruturar os mitos nacionais de democracia e igualdade quando na verdade o saber que prevalece é o branco, dominador e de reminiscências colonial. Trazer a tona o conhecimento produzido pelas

trabalhadoras subalternizadas nos permite pensar em saberes múltiplos e a questionar a neutralidade e universalidades do conhecimento hegemônico.

Outro importante estudo acerca do trabalho doméstico intitula-se *Tensões e Experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*, lançado recentemente pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Trata-se, pois, de uma coletânea que reúne resultados de projetos e experiências de vida sobre o trabalho doméstico. Os artigos de diversos profissionais foram organizados por Natalia Mori, Soraya Fleischer, Ângela Figueiredo, Joaze Bernadino-Costa e Tânia Cruz em parceria com o Cfemea, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), o IPEA e a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

O trabalho foi estruturado em três partes, introduzindo o tema a partir da apresentação do quadro geral do trabalho doméstico no Brasil enfatizando a importância da pesquisa e do debate acerca do tema. Encontramos logo na introdução uma importante discussão acerca da desvalorização do trabalho doméstico, a qual inter-conexa o debate sobre a divisão racial do trabalho – onde a exploração do capitalismo colonial associa a noção de inferioridade aos trabalhos braçais realizados pelos negr@s – e a divisão sexual do trabalho – onde as mulheres são imbuídas ao trabalho doméstico e ao cuidado com o lar – destacando que a depreciação dessa atividade profissional está diretamente relacionada a quem a realiza e o tipo de trabalho que faz (pag. 17).

A situação atual das trabalhadoras domésticas no país é apresentada através de uma análise crítica das estatísticas oficiais e dados do IPEA onde afirma-se que as principais características dessa atividade – como baixa escolarização e remuneração, baixo grau de acesso a direitos, extensa carga horária de trabalho – faz com que o grande universo de trabalhadoras domésticas brasileiras não possam alcançar condições minimamente dignas de vida e trabalho. As pesquisas de campo realizadas no distrito federal e na cidade de Salvador comprovam as condições precárias dessa atividade pontuando, dentre outras coisas, da necessidade de desconstrução das representações subalternas de gênero, raça e faixa etária que naturalizam as desigualdades sociais. Além disso, a maior integração entre o sindicato e a categoria é indicada como uma estratégia eficiente para a reversão da situação precária na qual se encontram milhares de trabalhadoras domésticas.

As pesquisas empíricas realizadas por Figueiredo em Salvador e Bernadino-Costa em Brasília com 55 trabalhadoras domésticas destacam dentre outros elementos: a imensa lacuna jurídica para tornar o trabalho doméstico em um trabalho decente; a reprodução intergeracional do trabalho doméstico e conseqüentemente da pobreza; a prática precoce dessa atividade por adolescentes e crianças e os impactos negativos a formação emocional e afetiva dessas trabalhadoras. Além disso, as pesquisa ponderam que a experiência das trabalhadoras domésticas é interceptada por diversos eixos de subordinação, sendo estes muitas vezes invisibilizados ou até mesmo naturalizados – como também poderemos ver em nossa pesquisa.

Para os autores a auto-percepção negativa da profissão tem dificultado a formação de uma consciência coletiva, o que impõem barreiras à mobilização política e a reversão do atual quadro de precarização.

**CAPÍTULO 2 – UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS NEGRAS EM CRUZ DAS ALMAS – BA**

Das margens do Paraguaçu
em plena América do Sul
só remanescente ficará
só remanescente ficará
Das margens do Paraguaçu
em plena América do Sul
só remanescente ficará
só remanescente ficará

Nengo Vieira

Este capítulo busca analisar os dados empíricos coletados na pesquisa de campo. As discussões aqui colocadas norteiam-se pelas informações e falas das entrevistadas no intuito de compreendermos de que forma se dá o processo de inserção social das trabalhadoras negras no trabalho doméstico em Cruz das Almas.

Como foi explicitado anteriormente, a pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de questionários e entrevistas. Com objetivo de fazer uma discussão que contemplasse a dinâmica da atividade doméstica em todo o município, realizamos a pesquisa em aproximadamente 12 (doze) bairros da cidade que possuem realidades infraestruturas diversas devido à diversidade do poder aquisitivo de seus residentes.

Em cerca de 5 bairros encontramos trabalhadoras em seu espaço de trabalho. Nos outros 7 as encontramos em suas residências. Com o desenvolvimento da pesquisa foi constatado que estas ficavam mais ‘à vontade’ para falar sobre o trabalho ou em suas próprias residências – mais precisamente à noite ou fins de semana – ou durante o período da tarde quando geralmente estavam menos ocupadas.

Durante essa etapa encontramos diversos percalços como o medo de falar sob a mira de um gravador e a desconfiança sobre o destino da gravação, a falta de tempo para receber a pesquisadora e o desconforto em ser entrevistada na casa dos patrões. Por isso muitas vezes não conseguimos entrevista-las imediatamente. Somente após certa aproximação a entrevista era feita. Muitas vezes não nos receberam ou a entrevista era marcada e na hora marcada

diziam que era impossível. Devido a essas recusas para entrevistar 17 mulheres foram sondadas pelo menos 10 a mais.

Os dados abaixo evidenciam as complexidades de uma atividade precariamente desenvolvida por mulheres pobres e negras.

2.1 Perfis das trabalhadoras domésticas

Ao iniciarmos esse capítulo e ingressarmos no material empírico, é relevante fazermos uma discussão acerca dos perfis das trabalhadoras domésticas entrevistadas no intuito de percebermos as variáveis que perpassam a execução da atividade doméstica.

Tabela 1: Perfis das trabalhadoras domésticas entrevistadas.

<i>Trabalhadoras domésticas: perfil individual 1</i>							
	Nome fictício	Cor Auto-classificação	Cor Categori-as IBGE	Idade	Estado civil	Escolaridade	Filhos (quant.)
1	Magda	Negra	Preta	17	Solteira	Médio incompleto	0
2	Lécia	Negra	Preta	17	Solteira	Médio incompleto	0
3	Alice	Morena	Preta	20	Solteira	Fundamental incompleto	2
4	Vangerléia	Negra	Preta	24	Casada	Fundamental incompleto	2
5	Djanira	Negra	Preta	24	Solteira	Médio completo	0
6	Margarete	Morena	Preta	24	Solteira	Médio completo	2
7	Teresa	Morena	Preta	32	Solteira	Fundamental completo	2
8	Cássia	Morena	Preta	33	Casada	Médio completo	4
9	Andréa	Morena	Preta	34	Casada	Fundamental incompleto	3
10	Neide	Negra	Preta	36	Casada	Fundamental incompleto	3
11	Maria	Negra	Preta	38	Solteira	Fundamental incompleto	4
12	Ana	Negra	Preta	39	Solteira	Fundamental completo	6
13	Luzia	Morena	Preta	40	Solteira	Fundamental incompleto	8
14	Acácia	Morena	Preta	42	Solteira	Médio incompleto	2
15	Maria Lucia	Negra	Preta	56	Casada	Fundamental incompleto	4
16	Amélia	Negra	Preta	60	Viúva	Alfabetizada	6

17	Lurdes	Negra	Preta	60	Casada	Analfabeta	12
----	--------	-------	-------	----	--------	------------	----

Observando atentamente o quadro acima podemos perceber que a faixa etária das 17 trabalhadoras entrevistadas varia entre 17 e 60 anos de idade. Das 17 trabalhadoras entrevistadas, 10 se auto-classificaram como negras, 7 como morenas e todas se identificaram como pretas segundo as categorias utilizadas pelo IBGE.

Ressalta-se também que a maioria das entrevistadas são solteiras – 10 mulheres –. Essas mulheres possuem aproximadamente 4 filhos – numa média aproximada – e são como veremos mais adiante as grandes responsáveis pelo sustento da família. Além disso, podemos observar a predominância da baixa escolaridade, onde uma importante parcela não completou o ensino fundamental. Essa carência se acentua na faixa etária mais velha: encontramos duas trabalhadoras de 60 anos com baixíssima escolaridade, Amália sabe ler e escrever muito pouco – aprendeu no ensino não-formal⁴ – e D. Lurdes é analfabeta – nunca frequentou o ensino formal ou informal. Fazendo um paralelo com o gráfico 3 do capítulo anterior, vemos que de fato o trabalho doméstico emprega majoritariamente mulheres negras com baixa escolaridade

A maioria das entrevistadas mantém o regime de trabalho mensal⁵, trabalha em média de 5 a 6 dias por semana – de segunda a sábado – e de 6 à 10 horas por dia. Como mensalistas recebem uma média salarial de R\$ 217, 00, valor abaixo da média salarial da região nordeste do país que de uma maneira geral é determinado pelo empregador.

Exceto o caso de Maria que recebe um salário mínimo mensal, possui carteira assinada e recolhe o INSS, as outras 16 entrevistadas não possuem esses direitos. No caso específico dessa pesquisa o fato dessas mulheres não possuírem a carteira assinada significa uma absoluta ausência de direitos trabalhistas. Essas trabalhadoras não têm direito a férias anuais, a 13º salário, a fundo de garantia por tempo de serviço e não recebem nenhum tipo de auxílio – como o transporte por exemplo.

O caso específico de Maria deve ser esclarecido. A trabalhadora é a única dentre a entrevistadas a receber um salário mínimo e a possuir carteira assinada, fato esse que se deve

⁴ Aprendeu a ler e a escrever em uma antiga escolinha para meninas no bairro onde cresceu.

⁵ Segundo o pesquisa do Sistema PED/março de 2010 a maior parte das trabalhadoras domésticas registradas ou não no Brasil, exercem seu trabalho como mensalista embora nos últimos anos tenha ocorrido um aumento significativo de diaristas nas grandes regiões metropolitanas.

a sua dupla jornada de trabalho na residência dos patrões e em seu estabelecimento comercial – prática recorrente na cidade de Cruz das Almas como evidenciou a pesquisa. Mais de 3 entrevistadas trabalham não somente na residência dos patrões como também realizam serviços gerais em pequenos estabelecimentos pertencentes aos patrões.

Como assinalamos no início desse trabalho, essa prática que é bastante comum no Brasil em Cruz das Almas é extremamente recorrente. A contratação as margens da legalidade, o burlamento da lei, a negação de direitos trabalhistas conferem a essa atividade uma ampla instabilidade. Sem ter seus direitos assistidos, essas trabalhadoras ficam a mercê da autoridade dos patrões em diversas circunstâncias – caso fiquem doentes ou engravidem não recebem qualquer auxílio e facilmente perdem o emprego.

<i>Trabalhadoras domésticas: perfil individual 2</i>						
Nº	Nome fictício	Regime de trabalho	Renda mensal	Dias/horas de trabalho	Responsável pelo sustento familiar	Carteira assinada
1	Magda	Diário	180,00	3 dias 6-10 horas	A própria/pai	Não
2	Lécia	Mensal	120,00	5 dias 6-10 horas	Pai/mãe/a própria	Não
3	Alice	Mensal	250,00	5 dias 10-12 horas	Mãe/a própria	Não
4	Vangerléia	Mensal	230,00	6 dias 10-12 horas	Os conjugues	Não
5	Djanira	Mensal	180,00	5 dias 6-10 horas	A própria	Não
6	Margarete	Mensal	120,00	6 dias 6-10 horas	A própria	Não
7	Teresa	Mensal	150,00	5 dias 6-10 horas	A própria	Não
8	Cássia	Mensal	200,00	6 dias 10-12 horas	Os conjugues	Não
9	Andréa	Mensal	190,00	5 dias 10-12 horas	Os conjugues	Não
10	Neide	Mensal	190,00	5 dias 6-10 horas	Os conjugues	Não
11	Maria	Mensal	545,00 ⁶	6 dias 10-12 horas	A própria	Sim
12	Ana	Mensal	300,00	6 dias 6-10 horas	A própria	Não
13	Luzia	Mensal	250,00	5 dias 6-10 horas	A própria	Não
14	Acácia	Mensal	180,00	6 dias 6-10 horas	A própria	Não
15	Maria Lucia	Mensal	200,00	6 dias 6-10 horas	A própria	Não
16	Amélia	Mensal	200,00	6 dias 6-10 horas	A própria	Não

⁶ Salário mínimo mensal vigente à época da pesquisa.

17	Lurdes	Mensal	210,00	6 dias 6-10 horas	Os conjugues	Não
----	--------	--------	--------	----------------------	--------------	-----

2.1.1 As trajetórias e os caminhos percorridos

Acreditarmos assim como Kofes (2001 p.395) *que os relatos nos quais os sujeitos elaboram suas experiências remetem às condições, relações e interações que vivem*. Do mesmo modo, por intermédio da trajetória de vida das entrevistadas, podemos perceber indicadores tanto de aspectos mais gerais quanto singulares.

A maior parte das entrevistadas nascera no município de Cruz das Almas. Quando não nascidas no espaço urbano, são oriundas da zona rural principalmente das localidades Pumba, Boca da Mata, Araçá e Embira. Entretanto, foram também entrevistadas mulheres oriundas de outros municípios – Santo Amaro, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira, Cabeceiras do Paraguaçu e Cachoeira – pertencentes a região do Recôncavo baiano.

Essas mulheres são filhas de trabalhadores rurais, matadores de boi, trabalhadoras do fumo, pescadores, pedreiros, mecânicos e trabalhadoras. Dessas atividades o trabalho no campo devido à origem rural, a atividade fumageira devido esta ser ainda uma atividade bastante desenvolvida na região e o trabalho doméstico, foram às atividades mais citadas quando as entrevistadas falam sobre a profissão dos seus genitores.

A origem rural e a migração de muitas dessas mulheres para a zona urbana do município de Cruz das Almas levantam questões relevantes, pertinentes a atuação da mulher no campo. Segundo Siliprandi (2000) a queda da importância da mulher nas atividades agrícolas como fonte de emprego feminino é um dos principais motivadores ao êxodo rural feminino, que retira a mulher do campo para introduzi-la na cidade, como prestadora de serviços pouco qualificados. Podemos compreender dessa forma, os processos imbuídos na saída das mulheres do campo para a cidade de Cruz das Almas e porque elas parecem hoje mais propensas a ver seu futuro fora do campo.

As questões principais que levam a migração provem da insatisfação do camponês, a partir do momento em que não encontra motivos suficientes para continuar vivendo em uma determinada área rural. Lavoratti (2006) pontua que :

(...) as questões centrais da migração podem estar fundamentadas por vários elementos, mas sem dúvida o mais importante é o socioeconômico. O aspecto econômico tem muitas facetas que vão desde os aspectos econômicos tem muitas facetas que vão desde os atrativos do meio urbano até o desânimo de viver sempre a mesma situação sem ser recompensado por seu trabalho (LAVORATTI 2006, p. 223).

Devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres uma posição de subordinação na estrutura familiar, as mulheres segundo Brumer (2004), têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens.

2.1.2 Moradia

Segundo Pochmann (2005) morar é uma das necessidades básicas do cidadão, pois não é possível viver no mundo sem ocupar o espaço. Acrescentando Corrêa (1995) afirma que na sociedade de classes percebe-se as diferenças sociais quando analisado o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo. Nas palavras do autor: (...) *parcela enorme da população não tem acesso ou não possui renda para pagar aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel* (Corrêa 1995 p. 29).

Em concordância com o autor entendemos que a importância de falarmos dos bairros onde moram as trabalhadoras domésticas reside do fato destes em geral expressar dentre outros elementos o poder aquisitivo de seus ocupantes, a classe social ao qual pertencem, a presença ou ausência do investimento público direcionado a estes e o equipamento infra-estrutural presente.

Para Ornat e Silva (2007) assinalam as áreas residenciais expressam e, ao mesmo tempo, constituem as condições necessárias para a manutenção do sistema. A localização do homem no espaço é um elemento que influencia na qualidade de sua existência. Milton Santos (1987) afirma que “cada homem vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território”. Este argumento faz menção à idéia de que um individuo poderá transformar sua condição sócio-espacial, dependendo das possibilidades reais que o espaço oferece.

Neste sentido se um indivíduo residir em um espaço com pouca ou nenhuma infraestrutura que oferece pouca acessibilidade aos serviços do urbano, dificilmente este se ascenderá socialmente, pois se esbarrará nas dificuldades locacionais.

Na pesquisa encontramos trabalhadoras que já residiram em diversos bairros periféricos da cidade – Edla Costa, Itapícuro, Loteamaneto Vilarejo, Loteamento Matadouro, Fonte do Doutor, Areal dentre outros. Essa circulação deve-se em certa medida a busca do trabalho, ao custo do aluguel, ao casamento e ao crescimento da zona urbana como evidencia a fala da entrevistada a baixo.

Já morei em tanto canto de Cruz... na Cajá, no Areal, na Assembléia e de ultimo no Edla. Fui trabalhando, morando de favor, depois casei, fizemo um barraco no Edla e tamos aqui. Moro com três filho, tem duas netas... uma nora e o homem né. (Maria Lúcia, 56 anos).

Fotografia 1: Bairro Itapicuru



Fotografia 2: Bairro Edla Costa



Fotografia 3: Bairro Areal



Foi constatado também que grande parte dessas mulheres não possui casa própria, o que ratifica as palavras de Corrêa citado anteriormente. Estas, quando “dispõem” de recursos para alugar uma casa, alugam em locais mais afastados do centro como é o caso dos bairros fotografados acima que possuem infra-estrutura deficitária – má iluminação e ausência de calçamento das vias públicas, por exemplo –. O saneamento básico é bastante precário: não existe rede de coleta do esgoto e tratamento dos resíduos sólidos. Ao contrário dos bairros residenciais das classes médias majoritariamente brancos como o Inocoop ou Sumaúma, o serviço de limpeza pública das ruas, também bastante precário – além da presença dos resíduos nas ruas, verificamos também diversos terrenos baldios utilizados como depósitos de lixo elementos que não escampam às críticas das trabalhadoras entrevistadas.

Meu bairro é mais ou menos... minha rua até que é boa, mas tem rua aqui que faz vergonha... muito suja... Minha casa é pequena pra tanta gente... ai a gente nunca fica sozinho quando quer...mal dá para descansar...se pudesse aumentaria e daria um quarto pra cada um... ai que maravilha (Lécia, 17 anos, solteira, sem filhos)

Péssimas, barro puro, quando chove vem até aqui de água. Sem falar nas baratas... tem de quilo aqui... se eu pudesse moraria em outro lugar... não dá nem pra eles saírem pra brincar na rua. (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos)

Nesse sentido concordamos com Milton Santos (1989) que afirma a existência de duas ou mais cidades dentro de uma cidade. As realidades são distintas e o fator que operara essa distinção é o econômico. Para o autor: “Nas cidades dos países subdesenvolvidos, o zoneamento fragmentado corresponde a uma estrutura social contrastada, e a distribuição da população se realiza quase sempre segundo a hierarquia sócio-ocupacional (SANTOS 1989, p.207). O planejamento habitacional nas condições atuais reforça as tendências segregacionistas, destaca o autor, onde a segregação econômica converte-se facilmente em segregação racial.

Além das condições precárias em que se encontram os bairros em que as entrevistadas residem, a casa em que moram também é motivo de reclamações feitas por estas durante a pesquisa. Como vimos mais acima na fala da trabalhadora Lécia, as condições de moradia também são problematizadas onde o espaço é bastante limitado para um número elevado de moradores.

Não é boa... quer dizer... podia dá uma melhoradinha... é escuro aqui a noite, e tem muito terreno de entulho por ai... é perigoso. Mas gosto daqui, já faz tanto tempo né. Minha casa é pequena. Tem umas coisas pra consertar, você sabe né? O banheiro é ruim, sobe cheiro de fossa o tempo todo. Como só tem um quarto dividi ele com um lençol e meus meninos dormem um por cima do outro numa cama de casal velha. (D. Lurdes, 60 anos, casada, 12 filhos)

Eu até gosto do meu bairro, apesar de tudo (falta de asfalto e segurança, por exemplo). Como eu trabalho muito, tenho muito pouco tempo para conversar com meus vizinhos, tem vezes que passo um tempão sem ver algumas pessoas, a vida corrida não deixa. Mas minha casa com certeza eu mudaria. É muito pequena pra oito pessoas. Meus filhos dormem praticamente amontoados, me dói ver isso. Mas as condições não deixam. (Ana Lúcia, 39 anos, casada, 6 filhos)

Muito ruim. Tem muito mato ao redor e bichos também. Minha casa fica numa vilazinha, com várias casinhas, coladas uma na outra. Ai é muito barulho que a gente ouve. Não tem muita paz. Se eu recebesse mais mudaria de lugar. Mas no momento é o que posso pagar... aluguel esta muito caro nesses tempos. (Teresa, 32 anos, solteira, 2 filhos)

Minha casa é bem simples...bem pobrinha mesmo, não tem quase nada. A gente costuma se virar pra pagar as contas...como moramos nos fundos da casa da tia dele não pagamos aluguel...é o que salva se não o dinheiro que entra não daria não. (Van, 24 anos, casada e dois filhos).

Moradias simples e precárias, pequenas e abafadas, muitas vezes insalubres e com restritas possibilidades de descanso após um dia extenuante de trabalho. É essa a realidade recorrente no caso dessas mulheres negras que por deterem baixo poder aquisitivo estão submetidas a débeis condições de habitação. Podemos concluir que as desigualdades econômicas, implícitas às relações raciais se manifestam também no acesso à moradia, onde como no passado pós-colonial é negado a essas mulheres o direito a habitação digna e segura.

2.1.3 Família

Como foi dito anteriormente, boa parte das trabalhadoras entrevistadas são as maiores responsáveis pelo sustento familiar⁷, quando não são as únicas a sustentar filhos, filhas, netos

⁷ Segundo divulgado pelo IPEA entre 2001 e 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase 22 milhões de

e netas e marido. Como aponta Brites (2000), nestes núcleos familiares ocorre muitas vezes dos homens permanecerem muito mais tempo desempregados que suas mulheres. Às vezes, estes preferem o desemprego a determinadas condições de trabalho como péssimas remunerações aliadas a situações de subalternidade. Da mesma forma, para Saffioti (1978) isso ocorre devido a ideologia patriarcal induzir as mulheres a aceitarem facilmente empregos mal remunerados. Para Brites “As mulheres parecem menos incomodadas com a subalternidade que lhes é exigida no serviço, já que no interior de seu próprio grupo social desenvolveram táticas para lidar com esta posição presumida da condição feminina”(2000, 143).

Mendes (2002) acrescenta que o fato de estarem na condição de provedoras econômicas da família poderia levar a pensar tais mulheres de camadas populares como portadoras de poder e autonomia no âmbito familiar, todavia, esta heterogeneidade de fatores não proporcionar para as mulheres pobres – e, sobretudo negras – uma situação complexa e ambígua que acarreta no acúmulo de funções e responsabilidades – mantenedoras econômicas da família e responsáveis pela dimensão doméstica dos cuidados. Em suas palavras:

O crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios, indicado nas estatísticas nacionais, mais do que representar mudança de gênero na provisão econômica familiar ou autonomia feminina indica, em se tratando de camadas pobres, a condição de vulnerabilidade de tais mulheres (2002 p. 1).

Nesse sentido, se tratando da camada pobre da população a discussão sobre chefia feminina não deve ater-se somente a questão da autonomia e independência feminina. Questões mais contundentes como a sobrecarga de responsabilidade com o lar e a família e o sustento e o cuidado dos filhos devem ser problematizadas. No caso da nossa pesquisa esses aspectos da chefia feminina ecoaram por diversas vezes, onde a sobrecarga do trabalho doméstico remunerado soma-se a sobrecarga de responsabilidade com o sustento da família.

Quem paga as contas da minha casa sou eu. Como eu recebo pouco, eu vou dando um jeito. Recebo no começo do mês aí vou pagando as contas e

famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino. A investigação das causas desse fenômeno está no *Comunicado do Ipea n° 65: PNAD 2009 – Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de família* disponível na página do IPEA www.ipea.gov.br

compro o suprimento das crianças. Só que antes do meio do mês esse dinheiro acaba, aí eu me viro como posso. Faço uns bicos, minhas filhas me ajudam e tem também o bolsa que segura legal a onda aqui em casa, mas tem mês que é um sufoco. O home pouco ajuda, o melhor dizendo nada ajuda, gasta o pouco que ganha da oficina nos botecos, aí fica pra mim mesmo. (Ana Lúcia, 39 anos, casada, 6 filhos).

Concluimos assim que chefiar a família se traduz muitas vezes para este grupo o acúmulo e a sobrecarga de funções. Sobrecarregadas pelo trabalho fora de casa – como veremos mais adiante – estas mulheres trabalham durante a maior parte do dia, sendo freqüentemente obrigadas a deixarem os filhos com vizinhas, familiares ou sozinhos sob a responsabilidade do mais velho. A falta de creches públicas as obriga muitas vezes a desembolsar do pouco que recebem para que alguém os vigie como vemos na entrevista abaixo.

Moro com meu marido e meus filhos... tenho um menino e uma menina, eles são pequenos e tenho que dá um trocado pra minha irmã olhar eles enquanto to trabalhando. (Vangerléia, 24 anos, casada e dois filhos).

Um fato que nos chamou bastante atenção na fala da entrevistada acima diz respeito precarização das relações de trabalho vividos intra classe. A trabalhadora doméstica que desenvolve uma atividade precária, sobretudo pela baixa remuneração paga a outra trabalhadora da mesma categoria e classe para que esta execute uma atividade também bastante precarizada.

Fotografia 4: Filhos de uma trabalhadora doméstica⁸.



As crianças fotografadas acima, por exemplo, costumam ficar aos cuidados da vizinha, quando a maior deles – que tem 9 anos – não fica responsável por zelar dos irmãos na ausência da mãe que é solteira e recebe pouco auxílio dos pais das crianças .

Outro elemento relevante encontrado na pesquisa é a questão da reprodução da condição de gênero: geralmente – como no caso fotografado – e a filha maior que se responsabiliza pelos irmãos e pela casa. A menina desde cedo vai se conformando a condição de zeladora das crianças e do lar.

2.1.4 Trajetória escolar e profissional

Sobre a trajetória escolar, vimos na primeira tabela a situação de baixa escolarização dessas trabalhadoras. Essas encontram dificuldades no acesso a educação formal, algumas por falta de oportunidade de estudar enquanto jovens só puderam retomar aos estudos depois da idade adulta. Essa cruel realidade não se faz somente ao grupo em discussão – de mulheres negras – mas aos demais grupos excluídos da sociedade brasileira, já que o acesso à educação

⁸ Direitos da imagem cedido pela trabalhadora doméstica.

de qualidade no Brasil como aponta Pochmann (2005) está restrita a uma parcela limitada da população geralmente condicionada a uma elite branca do país. Desta forma com aponta Silva (2000) a educação para essas mulheres aparece como mais um elo na cadeia de desvantagens sociais as quais estas estão submetidas.

A trajetória escolar em geral é bastante conflituosa para estas; apesar de afirmarem a vontade de terem prosseguido com os estudos a necessidade do trabalho, a exaustão depois de um dia pesado de trabalho e ainda as obrigações dentro de casa as motivaram na desistência da educação formal. O ritmo cotidiano de trabalho e as demandas do ambiente privado – o cuidado do lar – apresentam-se como verdadeiras barreiras para a continuação dos estudos.

Completei a 8ª série com muita dificuldade. Como trabalho desde nova, ficava difícil trabalhar e estudar. Chegava no colégio cansada, mal entendia o que os professores explicavam. Quando casei ficou pior porque ai veio os meninos... acabei parando o ensino e hoje sinto a falta que me faz (Teresa, 32 anos, solteira e 2 filhos).

Estudei até a 7ª série. Nunca gostei muito de estudar, porque chegava no colégio cansada das coisas que fazia na casa da minha mãe – eu cuidava dos meus irmãos pra minha mãe trabalhar, cozinhava...fazia de tudo – ai eu nunca ia muito bem nas matérias. Sem falar que tive professores que pegavam no meu pé porque as vezes cuxilava na sala. Ai quando comecei a trabalhar, parei, desistir. Pra mim não dava (Van, 24 anos, casada e 2 filhos).

Novamente a responsabilidade com o trabalho doméstico apresenta-se desde cedo para essas mulheres. Desde muito cedo estas aprendem o ofício doméstico e a casa materna é o primeiro estágio de uma longa trajetória no cuidado do lar. A falta de tempo e a sobrecarga de trabalho dificultaram, para muitas dessas trabalhadoras, a continuidade nos estudos.

No caso de D. Lurdes, uma senhora de 60 anos que ainda trabalha, pois nunca teve carteira assinada, a relação com o estudo é muito mais conflituosa. O fato de ser analfabeta é tido como vergonha e derrota na medida em que diz nunca ter lutado por sua alfabetização. Durante a entrevista, pode-se perceber o quão doloroso é para esta não saber ler e escrever e depender da ajuda alheia para resolução de burocracias.

Nunca estudei. Não sei ler nem escreve.... que lê pra mim são meus filhos. Eles nunca vão sair da escola. Não vou permitir... não estudei porque meu

pai não deixou...depois meu marido também... quando ele morreu eu já tava velha demais pra essas coisas. Mas se voltasse no tempo batia o pé... sinto uma vergonha disso... um dia fui no fórum receber uns papéis pra levar no banco, quando disse que era analfabeta tudo mundo olhou pra mim... fui chorar no banheiro (D. Lurdes, 60 anos, casada, 12 filhos).

Vemos que em diversos casos como o de D. Lurdes que há uma responsabilização pessoal pela falta de estudos com aponta Figueiredo (2011). Para a autora as trabalhadoras introjetam em si a culpa pela pouca instrução formal, e não questionam a estrutura social que lhes nega o acesso a educação. Frequentemente afirmam que “não estudaram quando deveriam” ao invés de “não tivemos a oportunidade de estudar” (p.108)

A trajetória profissional é muito semelhante na maioria dos casos. Como o apontado na pesquisa de Brites (2000), inicia-se a vida no trabalho doméstico durante a infância e este se estabelece enquanto atividade profissional ao longo das trajetórias de vida. Por causa da baixa escolaridade e das dificuldades de se estabelecer em um trabalho formal seja no comércio, prefeitura ou nas fábricas existentes na cidade, o trabalho doméstico é tido como única opção de trabalho para a totalidade das entrevistadas.

Desde cedo cuido de casa... minha mãe me ensinou tudo, pra minhas irmãs também. Ai quando eu comecei a trabalhar fui fazer o que sabia mesmo. Quase sem estudo...fica difícil outra coisa por aqui. (Luzia, 40 anos, solteira, 8 filhos)

Só trabalhei disso mesmo. Num tenho ensino direito, como se diz, mal sei falar direito... Ai eu fui trabalhando, limpando mesmo (Andréia, 34 anos, casada, 3 filhos).

Eu já tentei trabalhar em quase tudo aqui na cidade. Nenhuma loja me chama. A bibi muito menos... fui em tudo quanto é canto. Ai desisti e fui pra casa de família. Uma vez eu me retei com minha patroa e pedi pra sair. Ela me chamou de volta e quando apertou eu voltei. Os povo pensa que é a gente que quer trabalhar nisso. É a necessidade mesmo (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos).

É importante ressaltar que o fumo, cultivado nessa região desde que foi implantada a primeira sociedade brasileira escravista, emprega hoje cerca de 22% da população, sendo que 85% desse total é do sexo feminino ⁹. Esse trabalho é executado tradicionalmente por mulheres negras devido a influencia de estereótipos de docilidade e delicadeza “essências” à fabricação do charuto como afirma Silva (2001). Além disso, destaca a autora, nas primeiras décadas do século XX, quando muitos estrangeiros começaram a abrir suas fábricas no Recôncavo Baiano, a mão de obra feminina era bem mais numerosa e barata que a masculina.

⁹ Dados vinculados pela prefeitura municipal de Cruz das Almas.

Paralelo ao trabalho doméstico, a atividade com o fumo é citada por algumas das entrevistadas quando se trata das atividades exercidas por estas em outros momentos da trajetória profissional. Essa atividade também é bastante recorrente quando se trata das atividades exercidas pelas genitoras das trabalhadoras domésticas.

No começo eu só faxinava. Era em várias casas... mas me pagavam pouco demais e nem sempre tinha o serviço. Então passei a ficar numa casa só. ainda ganho pouco, mas é mais garantido. Também já trabalhei com o fumo. Mas hoje em dia tá difícil, você fica sem ter o que fazer metade do ano. Ai é complicado. Por isso prefiro a casa de família mesmo (Teresa, 32 anos, solteira e 2 filhos).

Comecei ajudando minha mãe em casa e depois fui fazendo faxina. Trabalho com o fumo também, de 6 em 6 meses a Danco chama, ai eu vou. O problema é que ficar 6 meses parada não dá. Então trabalho também de doméstica (Neide, 36, casada, 3 filhos).

Embora essa atividade se desenvolva num ritmo menos acelerado que fora em outros tempos devido à falência de algumas fábricas de charutos da região, esta permanece enquanto atividade tipicamente feminina empregando uma importante parcela de trabalhadoras do município. Devido a uma desaceleração da produção para o mercado fumageiro, esta atividade vem sendo regida num intervalo de 6 meses para a maior parte das trabalhadoras da região.

2.2 O trabalho doméstico: as relações de trabalho e o cotidiano

Quando inquiridas acerca da escolha do trabalho doméstico enquanto meio de sobrevivência, grande parte das entrevistadas apontou para a inexistência de outros meios para garantir o sustento familiar. Como vemos em Brites (2000) o serviço doméstico não é bem a ocupação profissional preferida das trabalhadoras. Todavia, como aponta também Saffioti (1978), quando outras opções de adentrar no mercado de trabalho formal se mostram inalcançáveis, o serviço doméstico aparece como um trabalho com possibilidades reais e imediatas. Muitas vezes como uma válvula de escape ponderável mediante a situação de necessidade de sobrevivência.

Foi o que pude fazer pra ganhar dinheiro. Já até tentei trabalhar no comércio, mas nunca deu certo, nunca nem me chamaram. Como estudei pouco me restou pouca coisa pra fazer por aqui... emprego não tá fácil... mas a gente vai se virando... vendo geladinho no sábado e domingo e

quando tem festa no Larangeiras¹⁰ ajudo minha cunhada a vender cerveja. Também já vendi mingau na feira... mas dava muito trabalho e nem sempre entrava dinheiro. Sei lá a vezes fico chateada por não ter o que oferecer as crianças... com pouco dinheiro não dá pra fazer muita coisa... se me dessem uma chance pra trabalhar em outro lugar eu iria. O problema é que não rola... ai só posso fazer isso. Sei que muita gente tem preconceito sabe, quando falo que sou doméstica. Mas acho uma besteira, não to robando nem fazendo nada que não deveria... é melhor limpar casa do que mindinga... as pessoas as vezes acham que a gente é ignorante e por isso só serve pra limpar... mas isso é besteira (Van, 24 anos, casada e 2 filhos).

Expressões como: não tive opção; não arranjei outra coisa pra fazer; não me chamaram em outro lugar; foi o que pude fazer para ganhar dinheiro, são recorrentes nas falas das entrevistadas. Entretanto, podemos perceber que as mulheres mais velhas – acima dos 32 anos – são as que apontam se identificar com a profissão e não encontrar problemas em desenvolvê-la e nem ter vergonha de se afirmar enquanto trabalhadora doméstica.

Sempre gostei de ser empregada. Não vejo porque achar ruim. É claro que paga mal. Mas fico feliz quando vejo tudo arrumado... só me preocupa o fato de ser muita coisa pra fazer em um dia e receber tão pouco por isso... isso é que angustia a pessoa. Mas eu gosto de fazer e por enquanto não penso em para. Penso em procurar uma casa que me paga mais, mais parar não. Enquanto eu tiver força vou levando (Teresa, 32 anos, solteira e 2 filhos).

Trabalhar em casa de família foi uma opção que eu quis, eu gosto de trabalho de casa. Não pretendo continuar trabalhando não, por enquanto eu to nessa atividade mas não pretendo acabar meus dias de vida nessa atividade... porque é muito desgastante... mas eu tenho um sonho (risos) se eu tivesse condições eu botaria um restaurante pra mim (Ana, 39, solteira, 6 filhos).

Todavia, podemos perceber na fala da entrevistada Ana e outras mais, o desejo por não continuar na profissão. Atividade extenuante, desvalorizada socialmente – o que é percebido também por essas agentes como pode-se observar na fala de Ana mais acima – não desenvolve na maioria das trabalhadoras o desejo de permanecer a desenvolvê-la.

As trabalhadoras mais novas são as mais incomodadas com a situação de trabalho como podemos perceber nas falas abaixo. A baixa remuneração, a sobrecarga de afazeres e a ausência completa de direitos fazem dessa uma atividade bastante angustiante para a maioria

¹⁰ Clube de eventos local.

delas. O desejo por um trabalho melhor, é encontrado em diversas falas e aparece enquanto solução imediata para diversos problemas.

*Acho humilhante. Paga pouco e explora a gente. Venho acabada pra casa. Minha patroa quer que eu limpe até os cantinho que não existem... ela me paga pouco pra isso... sem falar que todo mundo olha você diferente só porque limpa a casa dos outros... tenho amiga que dizem que nunca vão fazer o que eu faço, preferem trabalhar na feira, fazer unha, passar ferro, vender calcinha mas não vai ser doméstica... porque os povo não tem dinheiro e te contrata pra pagar mixaria... é *** (Alice, 20 anos, solteira, 2 filhos)*

Como tinha dito, não tive escolha... você acha que se eu pudesse estaria limpando a casa de ninguém! Estaria é em outra. Se eu não consegui sair desse trabalho vou pra Salvador, tentar melhorar de vida... aqui é que não dá... É uma humilhação. Paga miséria e ainda tiram onda com sua cara. Sinto um desgosto tão grande... desgosto...desgosto é isso que eu sinto...tem dias que até choro... é muita humilhação (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos).

Salienta-se nesse processo também o choque de gerações; muitas vezes as trabalhadoras não compreendem a atividade da mesma forma. Para a geração mais velha o trabalho doméstico agrega outras significações, como zelo e cuidado que para as gerações mais novas não tem a mesma representação. Todavia, a insatisfação em geral deve-se aos vários elementos apontados anteriormente: baixa remuneração, extensa jornada de trabalho, ausência de direitos, desvalorização social dentre outros. Soma-se a isso o fato não aceitam determinados trabalhos manuais através dos quais seus pais tinham sido inseridos no mercado de trabalho como apontou Sansone apud Figueiredo (2004). Conhecer a rotina de trabalho extensa e enfadonha dessas mulheres, com um desses elementos de insatisfação é importante para conhecermos de que forma essa atividade explora e em certa medida isola essas mulheres do convívio familiar.

Vixe... meu dia é uma correria minha filha. Acordo cedo pra fazer a comida de Ney e dos mininos... ai eu separo umas roupas pras crianças usar durante o dia. Se sabe que criança fica imunda durante o dia né... ai eu mando umas roupas com eles que ai quando eu passo na casa da Dinha pra buscar eles, eles já vem de banho tomado. Corro pro trabalho. De manhã limpo logo a cozinha que eles deixa toda bagunçada e faço um café, limpo os quartos e o banheiro. Começo a cozinhar umas 10:00 e ao mesmo tempo vou colocando na máquina as roupas sujas que juntei. Quando eles aparecem pra almoçar eu continuo a limpar a casa. Geralmente eu fico mais lavando e pendurando roupa, fica difícil limpar a casa com muita gente

passando pra lá e pra cá, eles me incomoda e eu a eles. Quando termina o almoço eu limpo de novo a cozinha almoço e volto a limpar a casa. No fim da tarde quando o trabalho já está quase pronto eu volto pra cozinha, dependendo do dia faço uma sopa, um café ou algo mais simples. Vejo o que tem pro almoço do outro dia, e se faltar alguma coisa peço pra minha patroa. Ela as vezes pede, faça isso ou aquilo amanhã, mas geralmente eu é que decido. As vezes vou pro mercado com ela também, mas não é sempre. Vou embora no comecinho da noite. Corro pra pegar as crianças e ageitar a janta lá de casa. Geralmente essa é a única hora pra ficar com eles. Minha valença é que meu marido é companheiro, sabe, é difícil ele sair de noite e me deixar sozinha com as crianças, porque depois de um dia desses nada melhor que ficar em casa e descansar um pouco(Van, 24 anos, casada e 2 filhos).

Acordo cedo e preparo o café dos meninos. Vou pro trabalho porque cuido de um bebe e tenho que chegar antes da minha patroa sair. Em quanto ele dorme começo a arrumar a casa... tem uma menina que lava as roupas... mas ela só vem 3 dias na semana. Então eu dou atenção a ele, limpo a casa e cozinho. Depois do almoço, o bebe geralmente dorme um pouco, ai aproveito pra termina o serviço. Quando dá o meio da tarde dou banho no menino e a minha patroa chega. Ai eu ajeito o que faltou fazer e vou me embora. Chego em casa vou cozinhar. Deixo o almoço do outro dia na geladeira, pra facilitar quando meus filhos chegam da escola. As vezes faço unha também... vou me virando como posso. Mas vou dormir cansada de correr pra todos os lados. Se só fosse a criança seria bom. Mas cuidar dele e ainda limpar a casa fica puxado (Teresa, 32 anos, solteira e 2 filhos).

Como passam muito tempo no ambiente de trabalho, para esse grupo o trabalho é muito central. Como foi constatado por Kofes (2001), muitas trabalhadoras queixam-se pelo pouco tempo livre. A centralidade do trabalho devido ao longo tempo que passam trabalhando pode ser percebida nessas falas mais acima. O ambiente familiar é pouco assistido por estas mulheres, que usam de diversas estratégias para manter também suas casas limpas e organizadas – utilizando para isso os momentos de folga do trabalho como vemos nas fotografias abaixo.

Fotografia 4: Trabalhadora doméstica no momento de folga do trabalho



Fotografia 5: Trabalhadora doméstica no momento de folga do trabalho



Também foi constatado na pesquisa que é comum as trabalhadoras desenvolverem várias funções nas residências onde trabalham. A jornada de trabalho inclui arrumar a casa, cozinhar, lavar e passar as roupas, cuidar de criança dentre outras especificidades de cada lar. Como foi assinalado por Brites (2000) as trabalhadoras fazem de tudo, desde atividades mais pesadas como a faxina até as mais corriqueiras como desembulhar as compras, lavar bicicletas, pegar objetos e mais. Para a autora essa desvalorização radical do trabalho doméstico, sem dúvida herdada da época escravocrata, resiste até os dias de hoje sendo comum a utilização da frase: não sou sua escrava, quando se solicita algo á alguma pessoa.

Outra questão interessante a nossa discussão diz respeito ao tempo que essas mulheres trabalham na mesma residência. A maior parte das entrevistadas – 13 mulheres – confirmaram que trabalham a menos de 3 anos na residência atual. Elas, assim como demonstrou Bernadino-Costa (2011) em sua pesquisa, não costumam permanecerem muitos anos em uma mesma residência quando descontentes com as condições de trabalho. Para o referido autor o pedido de demissão é o ato que permite à trabalhadora doméstica adulta não somente exercer sua liberdade, mas também resistir a práticas percebidas como injustas (p. 144).

2.2.1 A relação com a patroa

A estrutura familiar geral dos empregadores é o seguinte: casados, com poucos filhos, exercendo a profissão de servidor publico municipal ou comerciante. Residem nos diversos bairros de classe de Cruz das Almas e quando comerciante possuem estabelecimentos ou no centro da cidade ou no bairro em que reside.

A respeito da relação com os patrões, a totalidade das entrevistadas aponta para o fato de negociarem exclusivamente com as patroas. Como todas trabalham em casa de família com poucos filhos, o contrato e as instruções de trabalho ficam sob a responsabilidade da patroa. A relação é entre as mulheres de classes diferentes e ai é onde ocorrem os conflitos indicados por Kofes¹¹ (2001).

Minha patroa é quem me diz o que fazer. Ela que me fala as coisas e me reclama também... falo muito pouco com os outros... só pra responder onde deixei tal coisa, se vi um negocio que estão procurando... é com ela que falo

¹¹ Mais aprofundada no capítulo 1.

mais. As vezes eles nem me perguntam direto, pedem a ela que me fale (...). Não digo que sou mal tratada porque não sou. Ela até me trata bem, conversa comigo, e me conta muita coisa da vida dela. Muitas vezes tenta até ser carinhosa, só que o problema é que recebo muito pouco... gosto dela, e as vezes quando penso em procurar outra casa fico pensando na próxima patroa que pode não ser boa. Eles me chamam de empregada, não gosto muito, acho chato quando vem gente entregar coisa e me pergunta: você é a empregada? Chamo eles pelo nome mesmo... ela que me disse pra fazer assim (Alice, 20 anos, solteira, 2 filhos).

Ruim. Ela é muito perversa. Já me fez trabalhar doente e tudo mais...quando fui dizer a ela que tava mal, muito gripada ela me disse que não tinha problema, que não teria ninguém em casa e que ninguém entraria em contato comigo... veja só. Mas ela é assim... eu sempre estou por último... nunca sou considerada. Não vejo a hora de sair de lá. (...) é engraçado. Ela diz que nunca tem dinheiro, vive reclamando. Quando falo de aumento ela até corre...mas sempre tem coisa nova dentro de casa...não tem dinheiro pra me pagar mais e só anda no salão. Quando chega um móvel novo me dá vontade de quebrar... é muito desaforo não é?! (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos).

As várias disparidades discutidas por Kofes (ibidem) emanam na relação entre estas mulheres socialmente distintas. O doméstico propicia um encontro entre essas mulheres, mulheres de cor e classe diferentes. Desse contato surgem conflitos e afetividades, permitindo a essas perceberem as distancias sociais que as separam e as distingue.

Não gosto nem desgosto dela. Não me acho parecida em nada com ela... veja só...para ela ser mulher é mais fácil... ela é madame... diz que trabalha mais o (trabalho) dela é leve... ser mulher pra ela é ir pro salão arrumar o cabelo, fazer unha, comprar coisa pra dentro de casa, me vigiar...essas coisa. Pra mim o negócio é mais embaixo minha filha... eu tenho é 8 filho pra dá de come (Luzia, 40 anos, solteira, 8 filhos).

De igual forma, vemos em Brites (2000) que nessa atividade, no convívio diário com outra mulher, há uma troca e remodelagem de saberes. Cumplicidades e antagonismos emanam desse encontro e as desigualdades são muitas vezes transparecidas. O convívio da trabalhadora com outra mulher que é muitas vezes socialmente diferente dela a faz perceber as diferenças entre elas. Os embates de cor e de classe ficam mais evidentes numa relação onde uma ordena é a outra cumpre, onde uma paga e a outra recebe.

Corroborando com os achados dessas outras pesquisas (KOFES 2001, BRITES 2000) vemos que uma patroa é considerada como boa quando mantém uma relação “mais próxima”

da trabalhadora. Nesse processo, mais do que a remuneração mais justa o que conta é a forma como a patroa trata sua empregada como visto em Figueiredo (2011). O cuidado, os presentes são muitas vezes vistos como manifestação de afetividade e fazem com que essa atividade seja um pouco mais vantajosa.

Eu tenho minha patroa como uma boa amiga. Só me acho parecida com ela nas coisas que a gente já viveu, coisas com marido e filho...a gente tem um pouco de coisa parecida, casamos na mesma condições, quer dizer na mesma faixa de idade (Ana, 39, solteira, 6 filhos)

Boa. As vezes até que boa (a patroa). Só não gosto quando ela me chama a atenção por besteira... acho que quando ta estressada tem que descontar em alguém... mais muitas vezes quem dá mais atenção pra ela lá sou eu. Não sei se sou parecida com ela em nada...acho que não... eu sou muito diferente dela, em tudo(Alice, 20 anos, solteira, 2 filhos).

Brinco bastante com ela, conto coisas minhas. Ela é parecida comigo em algumas coisas. É brincalhona como eu. E bem humorada. Só que ela é mais educada e paciente... coisa que não sou muito. Me acho amiga dela... as vezes no fim de semana ela me liga pra gente sair junto com as meninas... é legal (Lécia, 17 anos, solteira, sem filhos)

As contradições entre o que é ser uma boa patroa que, no entanto, não paga o considerado por estas como um salário mais justo emergem nas falas dessas mulheres. A exploração do seu trabalho pode até ser superado ou atenuado - em função da necessidade do dinheiro - na interpretação dessas trabalhadoras, mas um tratamento mais humanizado, onde as patroas procurem tratar-las com o mínimo de cuidado – com a alimentação e saúde por exemplo – e se mostrem um pouco mais atenciosas para com as trabalhadoras é imprescindível para um bom relacionamento entre estas mulheres.

2.2.2 Estratégias de sobrevivência: desenvolvendo outras atividades

Outra característica que as entrevistadas guardam em comum é o desenvolvimento de outras atividades para auxiliar no sustento familiar. Dentre outras atividades encontramos manicure, vendedora de alimentos – geladinho, mingau, doce –, feirante, vendedora de langerie, costureira.

Moro com meus dois filhos. Eu sustento minha família. Meu ex-marido nem sempre ajuda, ai quem paga tudo sou eu sozinha. Como não ganho muito e pago aluguel, faço qualquer coisa pra ganhar mais dinheiro, lavo roupa, cozinho, faço conserto em roupa... faço de um tudo. Meus filhos já são grandes, eles vão pra o colégio e depois ficam em casa enquanto eu trabalho (Teresa, 32 anos, solteira e 2 filhos).

Assim, mesmo sobrecarregadas devido à jornada extensa e dupla de trabalho, muitas mulheres ainda encontram tempo para complementar a baixa renda familiar trabalhando autonomamente pelos espaços da cidade. A sobrevivência é arduamente almejada na luta diária dessas trabalhadoras envoltas a condições precárias de trabalho.

A gente costuma se virar pra pagar as contas...como moramos nos fundos da casa da tia dele não pagamos aluguel...é o que salva se não o dinheiro que entra não daria não...quando a gente se aperta dou uns pulo, faço uns bico e Ney também e ai a gente vi se virando (Van, 24 anos, casada e dois filhos).

Os chamados “bicos” são essas atividades temporárias, utilizadas como uma forma de ‘se virar’ e complementar – como mencionamos acima – a baixa renda conferida pela atividade regular. Antunes (2010) acrescenta a esse respeito que o baixo rendimento alcançado por essas atividades soma-se a sua instabilidade e a não seguridade dos direitos sociais e de trabalho. Para o autor:

Há casos que (os trabalhadores) combinam o trabalho *regular* com o *ocasional*, praticando os chamados *bicos*. Nesses casos obtém-se um baixo rendimento com essas atividades, como os “vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupas), digitador, salgadeiras, faxineiras e confecção de artesanato nas horas de folga”. Ainda neste espectro de atividades informais tradicionais encontram-se as pequenas oficinas de reparação e concertos, estruturadas e mantidas pela clientela do *bairro* ou relações pessoais. (...) A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. (Antunes 2010: 13-14)

A necessidade real de sobrevivência não permite a muitas dessas mulheres desfrutarem dos momentos de folga do trabalho regular. Principalmente as chefes de família que são as maiores – quando não únicas – responsáveis pela manutenção da família frequentemente

fazem os “bicos” buscando com isso garantir minimamente melhores condições de vida. Assim, os poucos momentos que seriam de folga para o descanso e o lazer são utilizados para a realização dessas atividades que complementam o pouco que recebem no trabalho doméstico.

Não tenho tempo pra isso não (folga). Raramente vou a igreja dos crentes com minha irmã. Mas geralmente... nunca saio...só vou a festa quando é na pracinha porque não paga...fico em casa mesmo, faço crochê, faço fuxico também...vendo para conseguir mais dinheiro (Cássia, 33 anos, casa, 4 filhos).

Destarte, entre as obrigações com a família e o trabalho doméstico insere-se os bicos que esgotam as já exaltas trabalhadoras e impedem o descanso merecido após uma longa jornada diária de trabalho.

O que nos chama a atenção é o fato de que os bicos que complementam a renda de boa parte da população que os executam enquanto estão desempregados são encarados por essas trabalhadoras como uma estratégia constante e não itinerante como freqüentemente são executados em outros grupos.

É justamente nesse contexto de sobrecarga de trabalho e de instabilidade financeira que se insere a discussão sobre a precarização do trabalho no Brasil. O trabalho doméstico desenvolvido em Cruz das Almas se insere na ‘categoria’ de trabalho precário refletido principalmente ausência total de direitos trabalhistas, pela baixíssima remuneração e pela extensa jornada de trabalho. Entretanto, o trabalho precário é caracterizado por uma totalidade de dimensões inadequadas de trabalho com prejuízos imensos ao trabalhador como podemos ver mais abaixo:

A precarização do trabalho está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho às quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores (PARENZA, 2008, p. 35).

Cabe assinalar que essa precarização nas relações de trabalho contemporâneas conforma, na verdade, uma intensificação da precarização inerente à essência do modo de produção capitalista e as mudanças nos processos produtivos ocorridos em escala global principalmente nas décadas posteriores as décadas de 1980 e 1990.

O tema da precarização do trabalho ganhou destaque no Brasil, especialmente a partir da década de 90, associado às transformações do sistema capitalista em nível internacional e à maior inserção do país na economia globalizada, tendo em vista os impactos advindos de tais processos sobre a população trabalhadora. As mutações em curso adquirem relevância à medida que vêm remodelando as formas de produzir e os modos de organizar o trabalho, reordenando as relações sociais constituídas nesse âmbito, cujas conseqüências têm conduzido, preponderantemente, a situações desfavoráveis para os trabalhadores (TONI 2007, p.4).

Assim, a inserção do Brasil na economia global em associação às transformações na economia e a reestruturação produtiva onde a forte volatilidade do mercado, o aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, alteraram o padrão de incorporação da força de trabalho – aumento do desemprego, incentivo a informalidade, redução de direitos trabalhistas, aumento das terceirizações e mais –. Portanto, como afirmam Cavalcante e Predes (2010), globalização e reestruturação produtiva são fenômenos imbricados que, com o apoio da contrarreforma do Estado, provocaram mudanças drásticas na vida da população trabalhadora, acentuando o processo de precarização do trabalho e conseqüentemente induzindo uma grande parte da sociedade ao nível da vulnerabilidade social.

Podemos afirmar dessa forma que a inserção do Brasil no processo de mundialização do capital se deu de forma subalterna, onde a adoção de políticas neoliberais principalmente na década de 1990 submeteu o país à lógica financeira de empréstimos vigente no capitalismo global. Esse processo de financeirização para o desenvolvimento econômico do país obedece à ordem de estabilização monetária onde o Estado fica subordinado ao mercado perdendo uma considerável autonomia, pois, passa a ser orientado pela lógica da acumulação financeira, na qual predomina a renda dos juros e não o desenvolvimento social (LIRA 2008). Os impactos incidem sobre mercado de trabalho e no modo de organizar o mercado de trabalho que passou a ser mais instável e vulnerável expandindo as contratações precárias e reduzindo os direitos trabalhistas como foi dito mais acima.

É válido assinalar que não defendemos que o processo de reestruturação produtiva incorre diretamente no processo de precarização do trabalho doméstico, este, em conjunto com outras atividades do setor de prestação de serviços – como os trabalhos autônomos [de sapateiro, jardineiro, costureiro e vendedores de alimentos em feiras livres dentre outros] – são trabalhos ditos ‘informais tradicionais’ nas palavras de Antunes (2010), pois são de forma geral, executados de maneira precária antes dos processos de reestruturação da economia.

Doravante, esse contexto de precarização, de subcontratação, de queda do padrão salarial, da ampliação de contratos de trabalho temporários e do desemprego trouxe implicações a todos os trabalhadores, em vista à adoção de políticas de cunho neoliberal pelo Estado e a conseqüente desproteção social e ausência da intervenção estatal nos problemas vividos em sociedade – com prejuízos aos direitos sociais e trabalhistas –.

Destarte, afirmam Cavalcante e Predes (2010) as balizas de uma sociedade salarial vêm sofrendo as conseqüências de um modelo altamente excludente em relação ao mercado de trabalho, com mudanças nas modalidades de emprego, na estrutura industrial e na organização do trabalho. Acrescenta-se nesse cenário as políticas macroeconômicas que impõem às economias mundiais periféricas – como a brasileira – taxas de crescimento econômico que por não cumprirem um papel social acaba agravando o quadro de desemprego, além da convivência de relações duais e ambíguas em que o espaço econômico ocupado pela informalidade e o setor de serviços encontram-se em franca expansão.

A informalidade, neste contexto, insere-se como mais um elemento que reforça os índices de precarização do trabalho no Brasil. Mais do que o desemprego a reestruturação produtiva capitalista gerou uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho, etc. como afirmam Gonçalves e Thomaz Júnior (2002). As trabalhadoras domésticas ao desenvolverem o trabalho doméstico aliados aos chamados ‘bicos’ – os trabalhos informais – acumulam funções em atividades informais bastantes precarizadas que não garantem sua inserção digna no mercado de trabalho.

Para Antunes (2010) esse processo de flexibilização e de informalização da força de trabalho são caminhos utilizados pela engenharia do capital, para ampliar e intensificar a exploração da mão-de-obra e estruturar a precarização do trabalho em escala global. Nesse sentido, o trabalho precário ampliado na atual fase do sistema capitalista cumpre o papel de ocupar uma massa de trabalhadores que vivem em situação de pobreza e miséria. Esse contexto de precarização, desvalorização e pobreza trás conseqüências objetivas e subjetivas para forma como as trabalhadoras domésticas em análise constroem suas identidades como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CRUZ DAS ALMAS E A DISCUSSÃO ACERCA DA SUA EXCLUSÃO/INSERÇÃO SOCIAL

O que nos interessa neste capítulo é a discussão acerca da construção social das identidades das trabalhadoras domésticas em Cruz das Almas entendendo nesse sentido as múltiplas dimensões que compreende essas identidades. Entram em cena as representações de gênero, raça e classe que trazem de igual forma implicações sobre a maneira como estas mulheres se enxergam e interagem com o mundo em sua volta. Deste modo compreendemos que o conceito que vai dar conta de observar essas múltiplas formas de opressão é o da interseccionalidade que propõem observar as várias dimensões que se cruzam no processo de identificação vivenciado pelas mulheres negras.

Para isso não nos ateremos ao longo debate sobre a trajetória dos conceitos de identidade e suas raízes filosóficas e psicanalíticas ou sobre as contribuições da antropologia e da sociologia na busca pelo esvaziamento dos excessos e essencializações. Antes, parece-nos mais objetivo discutir de que forma algumas reflexões sobre identidade e diferença e interseccionalidade nos ajudam a compreender como estas mulheres se percebem e qual é a importância dessa auto-percepção; de que forma se opera a construção da identidade e quais são seus reflexos mais sensíveis. Faremos a seguir uma breve discussão acerca da produção da identidade e da diferença para em seguida lançarmos um olhar mais específico sobre os dados empíricos.

3.1 Identidade e diferença: uma breve discussão conceitual

Entendemos como identidade como fonte de sentido aos indivíduos como assinala Munanga (2003). No processo de identificação, o conhecimento de si – sempre uma construção e não uma descoberta – nunca é totalmente separável da pretensão de ser percebido pelos outros. Castells (2000) acrescenta que identidade pode ser entendida enquanto um processo de construção de significados, onde o atributo social serve como base de significação e identificação.

Existem nesse sentido, múltiplas formas de identidade que variam conforme a posição dos indivíduos na sociedade, visto que estas não são naturais ou essenciais nem tampouco definitivas. Antes, são construídas socialmente e mudam ou transformam-se ao longo da trajetória de vida dos agentes sociais. Destarte, o processo de construção da identidade como assinala Munanga (2003) não se dá no isoladamente, sendo esta negociada a partir do contato com o exterior, com a sociedade que interfere e doa a esta sentidos. Assim, a identidade de uma agente social depende de suas relações dialógicas com os outros e do contexto histórico em que ela se constrói, se consolida e se transforma.

Podemos afirmar nesse sentido, que para existência de uma identidade é necessário uma outra identidade, uma identidade diferente, que ela não é e que lhe forneça condições para sua existência. Identidade nesse sentido é relacional como indica Fredrik Barth (2000). Para o autor, o caráter relacional da identidade resulta da ação dos atores que se utilizam da identidade para caracterizarem a si e aos outros. Estabelece-se uma fronteira étnica que define os grupos em detrimento do conteúdo cultural. A diferença assim, marca a identidade sendo ambas inseparáveis, pois, só é necessário afirmar o que somos ou no que nos tornamos em vista a heterogeneidade do mundo – afirmamos o que somos em vista do que não somos.

Desta forma, identidade e diferença são relacionais como acrescenta Woodward (2007), onde a diferença se estabelece por uma marcação simbólica relativa a outras identidades. Marcamos o lugar da diferença no processo de afirmação identitária – ao definir o que somos ou o que nos tornamos, deixamos em evidencia o que nos difere do outro numa relação de interdependência.

Para Woodward (2007) essa fronteira apresenta uma problemática, pois de um lado há um processo de negação – já que a diferença se sustenta pela afirmativa do que somos e do que não somos – e de outro um processo na qual se admiti a existência de grande similaridade – quando, por exemplo, se afirma: somos todos brasileiros –. As contradições aparecem nos discursos, entretanto, as diferenças em muitos casos pesam mais que as similaridades.

A identidade nesse contexto se apresenta enquanto atos de criação lingüística, e como identidade e diferença não são elementos naturais ou a essência dos seres humanos como assinalamos mais acima, são produzidos pela sociedade e pela cultura.

A linguagem, nesse sentido, é fundamentalmente um sistema de diferenciação; precisamos nomear as diferenças e as similaridades. Para Silva (ibidem) um conceito só faz sentido numa extensa cadeia de outros conceitos com os quais este se relaciona; um conceito

não possui sentido se for considerado no isolamento, necessitando do contato com outros para adquirir significados.

Segundo essa perspectiva, a linguagem é, entretanto, instável visto que utilizamos um signo para nos referirmos a um objeto concreto. Esse signo pode sofrer re-significações ao longo do tempo, além disso, não coincide exatamente com o objeto ao qual se refere. Sendo a linguagem instável e a identidade e a diferença oriundas de atos lingüísticos, estão também submetidas a esta instabilidade e, por conseguinte, a uma mutabilidade. Conforme a sociedade se desenvolve a linguagem se transforma, transformando por sua vez como nos identificamos e identificamos as outras pessoas.

A linguagem, nesta feita, pode sofrer a intervenção de outro elemento que permite que entendamos que os atos discursivos que originam a identidade e a diferença podem deixar de ser uma mera descrição: o conceito de performatividade. Para isso, recorremos a Butler (2003) que discorre acerca desse conceito, deslocando a ênfase descritiva da identidade e destacando a importância desse conceito na dinâmica social.

Segundo a autora a performatividade é a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. Esse conceito enfatiza a identidade enquanto um tornar-se; através da repetição de preposições que o sujeito, o "eu" falante, é formado, em virtude de ter passado por esse processo de assumir o que carrega o discurso, que nesse processo de repetição torna-se normativo. Um exemplo desse processo de performatividade é descrito por Silva (2007 p.95):

Quando utilizo a expressão “negrão” para me referir a um homem negro, não estou simplesmente manifestando uma opinião que tem origem plena e exclusiva em minha intenção, em minha consciência ou minha mente. Ela não é a simples expressão singular e única de minha soberana e livre opinião. Em um certo sentido, estou efetuando uma operação de “recorte e colagem”. Recorte: retiro a expressão do contexto em que ela reaparece sob o disfarce de minha exclusiva opinião, como o resultado de minha exclusiva operação mental. Na verdade, estou apenas “citando”. É essa citação que recoloca em ação o enunciado performativo que reforça o aspecto negativo atribuído à identidade negra de nosso exemplo. Minha frase é apenas mais uma ocorrência de uma citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações de citação, de performatividade e, finalmente, de definição, produção e reforço da identidade cultural.

Em sua leitura acerca do poder coercitivo do ato de performatividade Butler (2003) afirma que ao repetirmos um discurso, reforçamos seus aspectos que incidem no processo de construção identitária, já que como vimos anteriormente é através da linguagem que resulta a

identificação e a diferenciação. Assim, as repetições, as reiteraões acabam por reforçar um discurso que se tem sobre algo agindo como uma força coercitiva. Se o discurso que se tem sobre o indivíduo ou sobre seu trabalho for negativo, sua reiteração pode incidir em uma performatividade, conformando o sujeito a assumir o ônus desse discurso negativo.

Nesse processo, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, sendo a marcação simbólica o meio através do qual damos sentidos as práticas e as relações sociais. Os símbolos e a associação entre a identidade da pessoa e as coisas que esta usa vinculam-se a condições sociais e materiais, pois, se um grupo é marcado simbolicamente como inimigo ou tabu sofrerá os efeitos reais dessa marca e será socialmente excluído e sofrerá desvantagens materiais (WOODWORD 2007 p. 14). É o que ocorre com os grupos mais marginalizados e preteridos como o composto pelas trabalhadoras em foco nessa pesquisa que sofrem com as desvantagens materiais e sociais de serem exclusas dos grupos de prestígio – hegemonicamente brancos –.

A construção social da identidade está assim sujeita a vetores de força; às relações de poder. Daí sua relação com as hierarquias e as disputas entre os grupos sociais pelos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Destarte, é válido ressaltar que a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder, pois, a identidade e a diferença não são nunca inocentes (SILVA 2007 p.81).

O poder presente no processo de produção da identidade mantém conexão com várias marcas que visam diferenciar: incluir/excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar. A identidade e a diferença se traduzem assim em declarações sobre quem pertence e está incluso ou a quem não pertence e não está incluso, estando sempre ligada a uma separação entre “nós” e “eles”.

Essa separação implica em classificar, que por sua vez se tornou central no mundo social: dividimos a sociedade em classes que obedecem a uma hierarquia bem demarcada entre os grupos - como vimos em Barth (2000). Essa classificação e hierarquização relacionadas à ordem social são mantidas por meio de oposições binárias que como aponta Hall (2007) são essenciais na produção dos significados.

A crítica elucidada por Woodward (2007) acerca desse binarismo é que esse recai em dualismos onde um dos termos é sempre mais valorizado que o outro. Assim os dois termos não recebem pesos iguais – é o que foi evidenciado pelas teorias feministas que argumentam que por meio desses dualismos as mulheres são construídas como as “outras” em oposição aos homens. A desigualdade de gênero se manifesta nesse dualismo de maneira a desvalorizar e subordinar as mulheres. Assim, numa sociedade extremamente desigual como a brasileira, onde os referenciais positivos hegemônicos sempre fizeram menção ao homem branco, a sua capacidade intelectual, a sua beleza e ‘superioridade’, os referenciais ligados ao feminino e ao negro serão constantemente desvalorizados. A identidade tida como referencia, como o ‘nós’ do processo classificatório e hierárquico é masculina e branca, sendo esta supervalorizada em função das demais.

Continuando, algumas diferenças são marcadas nesse processo dual, outras, entretanto podem ser obscurecidas. Em se tratando das mulheres negras as diferenças com relação às mulheres brancas sobrepõem-se a similaridade de gênero – fato protestado pelas teorias feministas negras que levantaram questionamento acerca a categoria unitária da mulher. A identidade é vista como um contingente, como um produto de uma intersecção de diferentes componentes, discursos políticos e culturais e de histórias particulares (WOODWARD, 2007). Assim, identidade e diferença não podem ser entendidas fora do sistema de significados nos quais adquirir sentido, já que são o saldo de um processo de produção simbólica, histórica e discursiva.

Isso indica que para analisarmos os processos de construção das identidades das trabalhadoras domésticas em Cruz das Almas, não devemos desprezar o contexto no qual este se desenvolve – e as características sócio-econômicas descritas na apresentação do trabalho – nem tampouco o histórico desta atividade na Brasil, pois como podemos observar em Hall (2007) as identidades invocam um passado histórico:

Precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas (...) os processos de migração forçada que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial. As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nos somos, mas daquilo que nos tornamos. Tem a ver não tanto com questões “quem somos nós” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido

representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar nós próprios” (HALL 2007 p. 109).

Para o autor, a identidade se relaciona tanto com a criação da tradição quanto com a própria tradição, sendo nós obrigados a fazermos uma leitura não necessariamente reiterada do passado, mas, sobretudo, como uma transformação onde ocorre um processo de negociação com as nossas rotas. As identidades assim são construídas em locais históricos e institucionais específicos, sendo mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, comum a todos e sem diferenciações internas.

Por fim, cabe-nos assinalar que o conceito de identidade que aqui se buscou desenvolver é estratégico, posicional e relacional, visto que esta é tida como mutável e transformativa, indicando sempre aquilo que tornou-se e não aquilo que se é.

3.1. As trabalhadoras domésticas em foco: identidade e diferença entrecruzam-se

Como evidenciamos acima, é extremamente relevante para a pesquisa que se compreenda as implicações do passado colonial sobre o trabalho doméstico no Brasil. Reiteramos aqui que o processo de produção das identidades das trabalhadoras domésticas em discussão mantém uma estreita relação com o seu passado colonial, que como pudemos observar no capítulo 1, foi um período que trouxe implicações não só ao trabalho doméstico, como também a imagem social das mulheres negras no Brasil. Imagens depreciativas e subordinantes que acabaram por impregnar todo imaginário social e estruturar as relações sociais. A bibliografia que utilizamos evidencia as reminiscências da escravidão colonial por meio da exploração e desvalorização da mulher negra e do trabalho doméstico por elas desde então executado. Dessa forma, ao analisarmos as identidades das trabalhadoras domésticas negras de Cruz das Almas, temos que atentarmos para a realidade histórica de exploração e desigualdade em que ela sobrevive.

Cruz das Almas, uma cidade pequena do recôncavo baiano, carrega consigo as contradições de uma sociedade marcada pela desigualdade social, pelo racismo e o acesso diferenciado aos bens e serviços. Desigualdade facilmente identificada quando circulamos pelas ruas e avenidas do município, onde os bairros hierarquicamente situados ao centro possuem uma infra-estrutura, iluminação, pavimentação, rede de tratamento de resíduos

sólidos e líquidos, segurança particular e pública –, com grandes e suntuosas residências, calçadas limpas e arborizadas e pequenas praças e jardins. Ao nos deslocarmos por esses bairros mais elitizados como é o caso do Lauro Passos, percebemos na pouca circulação e movimentação de seus residentes uma população hegemonicamente branca, onde essa elite de cor clara circula no silêncio de seus automóveis para diversas direções da cidade.

Em uma “outra” Cruz das Almas, representada pelos becos e vielas das periferias, aonde como vimos anteriormente não se tem qualquer tipo de investimento em saneamento e infraestrutura, onde o chão de barro vira lama ao descer das águas das chuvas e escoar para verdadeiras “piscinas” naturais, formadas pelos buracos e pelas imperfeições e assoreamento dos solos; aonde o lixo espalhado pelas ruas fornece abrigo e alimento para animais de rua, pequenos roedores e diversos tipos de pragas e insetos; aonde a escuridão da noite amparada pela ausente iluminação pública confere um ar de insegurança a esses espaços marginais da cidade que se iluminam em determinados pontos onde estão situados pequenos bares e botecos que movimentam e sonorizam as noites. Esse cenário que oferece aos seus residentes predominantemente negros condições insalubres de sobrevivência ‘aprisiona’ a maior parte das trabalhadoras domésticas que fizeram parte dessa pesquisa. As condições econômicas desfavoráveis em decorrência de uma precária remuneração como vimos anteriormente não permitem a essas mulheres que residam em outros bairros com melhores estruturas e serviços públicos.

Essas contradições e desigualdades sociais também são identificadas pelas trabalhadoras domésticas analisadas aqui, que circulam por esses espaços distintos e desiguais da cidade e constroem com isso sua percepção das hierarquias impostas pelo sistema econômico vigente e pelas reminiscências de passado colonial e escravagista.

O centro comercial da cidade é também destacado em algumas entrevistas como *locos* no qual as distinções de classe e raça são facilmente identificadas. Isso ocorre justamente pela dinâmica do comércio que atrai a população das cidades vizinhas como Cachoeira, São Felix, Muritiba, Mangabeira, Sapeaçu e Conceição do Almeida, e pelo fato do centro concentrar estabelecimentos – principalmente lojas de vestuário e móveis – que focalizam uma parcela mais abastada dessa população. Os preços, a forma de atendimento e o status comercial desses estabelecimentos fogem ao modelo dos demais, trazendo como consequência para as trabalhadoras um sentimento de não-pertencimento a esses espaços; desconforto e até insegurança caso estas por ventura freqüentem os mesmos. Nesse sentido, o preconceito ou a

discriminação é percebida por estas quando circulam por estes espaços, como indica o depoimento abaixo:

Acho que é preconceito quando ficam reparando muito em você... e faz aquela cara, sabe de quem comeu e não gostou... quando vou pro centro com minha patroa todo mundo atende ela bem... quando vou sozinha quase que não existo. Ela é branca e tem dinheiro e eu não. (Vangerléia, 24 anos, casada, 2 filhos)

Uma vez fui comprar uma calça no centro com minha irmã e a vendedora me deu uma montinho de calças...disse pra eu procurar ali o que eu queria. Quando eu estava experimentando, chegou uma moça e pediu a mesma numeração. A mesma moça deu um montão de calça pra ela... fiquei sem entender nada... ai quando tirei pergunta, ela me disse que eram mais caras e eu não teria condições de pagar... sai de lá muito triste, me sentindo humilhada... e olha que eu nem tava largada, tava até arrumadinha...acho que porque sou negra né... nego não tem vez mesmo. Se ela soubesse que sou doméstica nem me deixava entrar (Alice, 20 anos, solteira, 2 filhos)

Podemos perceber nessas falas que estes espaços expressam as desigualdades de cor e classe social. A posição social em intersecção com os elementos fenotípicos que estas mulheres carregam acabam por determinar os espaços nos quais estas devem e não devem circular. Nesse sentido, as trabalhadoras tornam-se ‘invisíveis’ nos espaços que lhes são vetados, não-pertencentes a determinados espaços tidos como mais requintados da cidade e isso ocorre não só com determinados estabelecimentos comerciais como também com os clubes, bares, restaurantes e espaços de lazer existentes em Cruz das Almas. Parece-nos nesse sentido que a desigualdade possui dimensões outras que fogem a lógica puramente econômica, já que em suas falas aparecem elementos que nos remetem as desigualdades econômicas e raciais os quais permitem diversas construções acerca do seu poder de compra e aquisição. Desta maneira, estes espaços são os mais identificados por estas trabalhadoras como locais onde são menosprezadas, quase que destratas, pois, segundo as mesmas, estas carregam na pele e no ofício os elementos das distinções e desigualdades sociais. Muitas, jamais sequer ousaram adentrá-los, pois estes representam uma barreira social muito bem delimitada.

Viver em uma cidade, onde determinados lugares lhes são bem quistos e outros não, onde se pode circular livremente apenas quem possui determinados bens e ocupa determinada posição social representa um aspecto demasiadamente negativo no processo de construção identitária dessas trabalhadoras. O outro – diferente – delas pode circular facilmente por

diversos espaços sendo estes mais requintados ou não, tendo com isso acesso a diversas estruturas que a barreira da pele e da posição social aprisiona.

O ‘*lugar*’ de consumo, vivência e circulação para estas mulheres negras, trabalhadoras doméstica em Cruz das Almas parece um tanto restrito as feiras livres, onde podem circular e/ou desenvolver outras atividades; ao comércio mais informal e popular as margens dessa mesma feira; aos bairros periféricos onde residem precariamente com sua prole numerosa; as longas e intermináveis filas do SUS que nesse caso é representado pela figura do Hospital Santa Casa de Misericórdia que a alguns anos abriu falência e sobrevive de doações. Toda essa configuração social associados as representações raciais e de gênero vistos anteriormente fortalecem a idéia de naturalização do trabalho doméstico enquanto trabalho das mulheres pretas e muito pobres da cidade.

Os bairros mais marginalizados da cidade acabam por serem redutos de uma expressiva quantia de trabalhadoras domésticas que vendem a sua força de trabalho por uma baixíssima remuneração – cerca de R\$ 217,00 – e sob as condições precárias que descrevemos anteriormente. O não-acesso a determinados espaços da cidade, as péssimas condições de infra-estrutura de seus bairros negligenciados pelo poder público em consonância com as representações de gênero e raça trazem implicações à percepção que as trabalhadoras domésticas entrevistadas possuem acerca do desenvolvimento dessa atividade.

3.2 Naturalização do trabalho doméstico

Quando questionadas sobre os elementos que constituem o trabalho doméstico enquanto um trabalho feminino, exercido majoritariamente por mulheres negras cerca de 13 das 17 entrevistadas apontaram para o histórico dessa atividade, para as marcas do período colonial em consonância com as construções sociais acerca do trabalho feminino, que ao mesmo tempo que é relevante para o organização e limpeza dos espaços privados é menos importante ou menos relevante ao desenvolvimento da sociedade – sendo com isso desvalorizado.

Fica evidente que é justamente pela força dessa tradição sexista, que é pelo peso desse passado colonial e escravista que para muitas das trabalhadoras entrevistadas é quase que

“natural” que elas próprias desenvolvam esse tipo de atividade, como se essencialmente enquanto mulheres carregassem consigo os elementos que a permitem executá-lo.

Sei lá... de repente é porque temos mais, como é que se diz, jeito com isso... Há minha filha isso vem de muito tempo. Do tempo do chicote, dos açoite... mas no fim de tudo acho que a gente é boa mesmo nisso. (Lurdes, 60 anos, casada 12 filhos).

A gente tem mais jeito pra isso né... sei lá... homem se alguém ensina também pode fazer... mas fica feio homem de doméstico (risos). Isso é trabalho de mulher mesmo. Já pensou o Ney todo desengonçado, limpando, cozinhando e lavando... ai ai ai. Não dá não, é melhor assim, cada qual no seu cada qual. (Vangerléia, 24 anos, casada, 2 filhos).

Nossa natureza.... os homens são moles... esse trabalho cansa até a cabeça da gente...saiu as vezes azuada...vejo mais as negras mesmo...deve ser porque somos mais pobres e sempre fizemos isso... Se fosse homem tava numa fabrica. Seria melhor (Andréia, 34 anos, casada, 3 filhos).

Podemos ver por meio dessas falas o peso do discurso colonial articulado com as estratificações sociais contemporâneas e as representações sociais de gênero, que em muitos casos são reiterados cotidianamente para e por essas mulheres, sendo internalizados e naturalizados por essas trabalhadoras domésticas. As expressões “temos jeito”, “tempo do chicote, dos açoites”, “a gente é boa mesmo nisso”, “nossa natureza” reiteradas nas falas da entrevistadas Lurdes, Andréia e Vangerléia, demonstram de que forma ainda mantêm-se na reprodução dessa atividade uma ligação com o passado escravista, que de um modo perverso introjetou em muitas dessas identidades a ideologia de que enquanto mulheres negras, estas “naturalmente” são preparadas para o trabalho doméstico.

Além das representações raciais, as demarcações de gêneros também são internalizadas em seus discursos; “trabalho de mulher” e “feio homem de doméstico” expressão como estas trabalhadoras iteram a premissa de que o trabalho privado, no interior do lar é um trabalho feminino e - no caso da entrevistada mais idosa - negro. Reis, Barreto e Sanches (2002), demonstram como as trabalhadoras domésticas carregam o estigma de que elas só servem para trabalhos manuais, pesados e desqualificados, podendo, assim, serem submetidas a quaisquer condições de trabalho, por mais precárias que sejam como afirmam. Vemos como assinalamos de antemão que as discriminações e as construções discursiva sobre o gênero produzem efeito sobre a realidade como vimos em Butler (2003).

Pelas falas das trabalhadoras domésticas Lurdes, Andréia e Vangerléia, é como se carregassem no corpo – na pele negra e no sexo feminino – as ferramentas essenciais para a

execução dos trabalhos domésticos, de modo que para falarmos sobre como estas se percebem, não podemos deixar de frisar que o as construções, as representações e imagens feitas da mulher negra em sociedade são perpetuadas pelo trabalho doméstico precarizado e atuam na coerção dessas agentes sociais. O racismo e o sexismo, ideologicamente posicionados justificam as subalternidades como afirma Nascimento (2003):

"[...] um processo que vai além de tornar 'naturais' as desigualdades sociais. Identifica os grupos discriminados com a própria natureza, em oposição ao ser 'humano', e representa como subumanas ou animaisas as pessoas cujos corpos trazem as marcas identificáveis". (Nascimento, 2003: 67)

Fazendo um paralelo com o que assinalamos anteriormente¹², socialmente as desigualdades entre os diversos grupos humanos são justificadas por naturalizações que asseguram a ordem “natural” das sociedades, as hierarquias e as distinções sociais. As construções de gênero e raça que estruturam a sociedade são naturalizados para afiançar a subalternização de certos grupos onde naturalizam-se as representações sociais e as desigualdades também, como afirma Stolcke (1991).

Vemos nesse sentido, que no processo de naturalização do trabalho doméstico como trabalho feminino e negro articulam-se diversas dinâmicas de dominação e de desigualdades como afirmamos anteriormente¹³. Vimos também em Butler (2003) que a sexualidade enquanto um conjunto de regras e valores também é um constructo socialmente estabelecido para conformar os sujeitos em seus respectivos papéis. O sexo, para a autora, assim como o gênero, seria uma construção discursiva que produz efeito sobre a realidade, o que no caso da nossa pesquisa pode ser identificado.

Reafirmamos também que raça, gênero e classe configuram uma multidimensionalidade opressiva da experiência da mulher negra. De acordo com essa teoria (Bairros 1995) não existe uma identidade única de ser mulher, essa experiência se dá por intermédio de elementos sociais e historicamente definidos. Por isso, em nossa pesquisa essas múltiplas dimensões aparecem juntas: o ser mulher negra trabalhadora doméstica embarca essas diversas esferas ocorrendo o que assinalamos anteriormente; gênero, raça e classe se atravessam criando formas específicas de exploração que submetem as mulheres negras e pobres.

¹² Ver 1º cap. página 32.

¹³ Ver 1º cap. página 35.

È justamente o conceito de interseccionalidade que nos permite compreender como essas dimensões operam em conjunto, se combinando e eclodindo juntas. Nos diversos depoimentos anteriores e os que ainda veremos podemos perceber que essas dimensões da subordinação se interconectando. Sendo nesse sentido válido assinalarmos que *“a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da inteiração entre dois ou mais eixos da subordinação.”* O conceito debate especificamente a forma pela qual o diversos sistemas discriminatórios como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW 2002, p.177)

No processo de construção das identidades em suas diversas dimensões como a de gênero, a de raça e classe pesam as representações sociais sobre cada um desses eixos de dominação, onde o outro, o diferente insere-se numa posição inferior nas hierarquias sociais. Nesse sentido, é necessário compreender que muitas vezes a diferença é produzida de maneira negativa, no intuito de privilegiar determinados termos, categorias e, até mesmo, grupos em detrimento de outros. Para Zanetti e Sacramento (2011) a exaltação da diferença na construção das identidades teve impactos sociais práticos, os quais configuraram diferentes “posições de sujeitos” em meio às divisões e antagonismos sociais. *A construção de narrativas a respeito do "outro" (orientais, negros(as), bárbaros(as), mulheres, jovens) se coloca como estratégia para o reforço do "nós", estabelecendo-se rupturas temporais, políticas e geográficas. Trata-se do reconhecimento do "outro" pela negação* (ZANETTI E SACRAMENTO 2011 p. 26).

Entretanto, é válido pontuarmos que nesse processo de construção da identidade cada mulher ou cada grupo pode experienciar as conseqüências históricas do trabalho doméstico de forma diferente, pois as diferenciações internas existem. Nesse sentido, encontramos em alguns discursos feitos pelas entrevistadas, outra forma de avaliar os elementos que constituem o trabalho doméstico enquanto trabalho feminino negro.

Nunca pensei nisso, mas acho que é a nossa criação porque minha mãe ensinou as mesmas coisas pra nós três... meu irmão sabe cozinhar, lavar, passar, como ela sempre trabalhou a gente tinha que se virar sozinhos...se ele sabe qualquer um pode né...homem também pode fazer o que a gente faz sim, só que não quer...não quer porque tem outras opções...se eu tivesse também não ia querer. (Lécia, 17 anos, solteira, sem filhos).

Dizem que é porque somos mais delicadas, mais atentas... que combinamos com isso... mas acho que é besteira... qualquer pessoa que for ensinada pode

fazer... seja homem ou mulher, branco ou preto. Só que no fim das contas é a gente mesmo que faz muitas vezes porque não temos outra escolha. Sem estudar não dá pra fazer muita coisa não além disso a gente é negra né... ai pra gente é mais difícil. (Djanira, 24 anos, solteira, sem filhos).

Apesar de uma grande maioria das entrevistadas reproduzirem os constructos de gênero e raça que as subalternizam como pudemos ver mais acima nas falas de Lurdes, Andréia e Vangerléia, encontramos alguns depoimentos – a saber, das entrevistadas mais novas – que apresentam elementos que divergem destes primeiros em alguns aspectos, tais quais “é a nossa criação”, “homem também pode fazer”, “qualquer pessoa que for ensinada pode fazer”, “seja homem ou mulher, branco ou preto” e “pra gente é mais difícil” que divergem dos citados anteriormente por apresentar elementos que contestam o desenvolvimento da atividade doméstica enquanto essencialmente feminino e negro.

Podemos, entretanto, afirmar que para a grande maioria dessas trabalhadoras a atividade doméstica não se apresenta enquanto escolha, como uma atividade vantajosa em face a outros serviços menos desvalorizados como apontou Brites (2000). Como afirmamos no capítulo anterior o trabalho doméstico apresenta-se como uma única e exclusiva forma de se inserir no mercado de trabalho e por deter uma remuneração muito baixa quase que exige as suas executoras que desenvolvam outras atividades – das mais diversas – para o complemento da renda.

No caso da nossa pesquisa, podemos identificar que o peso dos aspectos negativos impregnados e reiterados pelo discurso social sobre o trabalho doméstico, que o identifica como serviço desqualificado e desprestigiado, ou ainda como assinala Fauci (2006) como uma coisa suja realizada essencialmente por mulheres negras, incidem – em muitos casos diretamente no processo de construção da identidade da trabalhadora doméstica, na maneira como esta percebe o ofício doméstico e se percebe como trabalhadora doméstica.

Um sacrifício. Ninguém valoriza... todo mundo paga mal...e fala mal de quem faz. Eu evito sair dizendo...evito mesmo porque tem muito preconceito por ai e sei que vão me olhar de canto de olho...diminuem a gente sabe, como se a gente que é doméstica fosse menos, menos inteligente, menos tudo, entendeu?! Isso é idiotice. Uma babaquice tratar os outros diferente porque faz isso ou aquilo...acho que ninguém faz porque quer...mas porque precisa né! (Djanira, 24 anos, solteira, sem filhos).

É uma humilhação. Paga miséria e ainda tiram onda com sua cara. Sinto um desgosto tão grande... desgosto...desgosto é isso que eu sinto...tem dias que até choro... é muita humilhação, muita vergonha, tratam a gente como

lixo e a gente nem pode fazer nada porque se der as costas tem outra pra ocupar o mesmo lugar. (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos).

Assim, o processo de construção da identidade dessas trabalhadoras está envolto a termos como os evidenciados nas falas mais acima: preconceito, diminuição, humilhação, lixo e muito mais. Podemos perceber nessas falas, que mesmo identificando que esses elementos que desqualificam o trabalho exercido por elas são preconceituosos, o peso de um discurso, construído socialmente, enraizado e constantemente reiterados, as fazem internalizarem sentimentos como vergonha e desgosto pelo trabalho de executam.

Nesse sentido, entendemos que falar sobre a identidade dessas trabalhadoras domésticas é falar também sobre uma construção influenciada por várias representações negativas que as depreciam em função do trabalho exercido. Suas capacidades são tão diminuídas pelo discurso hegemônico que faz com que estas não percebam seu trabalho como profissão, e em muitos casos incorporem a idéia de que para o que fazem não é necessário estudo, qualificação ou profissionalização – o trabalho doméstico prescindiria esses elementos.

A mesma teoria de performatividade que nos faz acreditar que por meio do discurso, do ato lingüístico repetitivo e performativo que reforçam alguns elementos presentes no processo de construção da identidade (BUTLER 2003), nos permite compreender que essa lógica pode ser interrompida. Quando se interrompe a repetição, quando se agregam outros elementos e outros termos que visem desconstruir uma imagem depreciativa, por exemplo, surge a possibilidade de instauração de identidades que não mais representem a simples reprodução das relações de poder existentes.

É essa possibilidade de rompimento com o processo de repetitividade que caracteriza os atos performativos que visam reforçar as diferenças instauradas, permite pensarmos na produção de novas e renovadas identidades. Vemos um exemplo bem objetivo desse processo nas três imagens que o CEAFFRO¹⁴ troca pelas imagens de controle social da mulher negra. Identidade, Ancestralidade, e Resistência em lugar de Ama-de-Leite, Empregada Doméstica, e Mulata.

É justamente nessa lógica de mudança, de agregação de elementos positivos acerca do trabalho doméstico que reside à importância dos sindicatos como mencionam Bernardino-Costa, Figueiredo, Cruz (2011). Os sindicatos são espaços de consciência política e profissional e a sua inexistência em Cruz das Almas acaba por não colaborar com o processo

¹⁴ Centro de Estudos Afro-Orientais.

de alteração do quadro de extrema exploração da trabalhadora doméstica e posituação do trabalho exercido e da trabalhadora que o exerce. A maior integração entre o sindicato e a categoria é indicada pelos autores supracitados como uma estratégia competente para a reversão da situação de extrema precariedade na qual se encontram milhares de trabalhadoras domésticas em todo o país. As conquistas com relação aos direitos dessa classe provem principalmente pela luta e articulação sindical sendo este espaço uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de melhores relações de trabalho.

3.3 Trabalhadora e patroa: A relação com o outro

Como vimos nos textos anteriores, a identidade da trabalhadora doméstica se constrói na relação com o outro; com a sociedade como um todo e com a patroa na sua relação de trabalho. Como afirmamos no capítulo anterior, as trabalhadoras domésticas de uma forma geral costumam manter na relação de trabalho uma proximidade maior com a figura da patroa que geralmente é quem as contrata e as orienta ficando muitas vezes o patrão as margens dessa relação – a grande maioria das entrevistadas afirma que dificilmente se comunica com o progenitor da residência em que trabalha –.

Pensando na relação com a patroa em ambiente de serviço perguntamos a trabalhadoras domésticas se elas encontravam semelhanças entre elas e as patroas sendo estas mulheres. Identificamos assim, que para a maioria das trabalhadoras entrevistadas pensar em uma única categoria de mulher não traduz o que está socialmente posto, onde as relações de gênero, raça e classe demarcadas socialmente enquanto relações de poder definem objetivamente as diferenças entre elas e as patroas, como podemos perceber no depoimento abaixo:

Como posso ser parecida com ela [a patroa]?! Na nasci na roça, pobre quase pedinte viemos para a cidade, me casei e comecei a trabalhar limpando, cozinhando, passando, lavando e fazendo de tudo dentro da casa alheia. Eu nunca estudei, não sei fazer nem meu nome porque nem meu pai nem meu marido deixaram...depois que comecei a pari ai que ficou impossível. Meu dia sempre foi cansativo, quando saia do trabalho toda cansada de tanta labuta, chegava em casa pra cuidar de doze meninos minha filha...nunca tive casa minha mesmo, já morei até em barraco de lona. Já fui muito maltratada nessa vida, por causa de tudo....sendo pobre e preto as coisas não são mole não. Como posso ser parecida com ela em alguma coisa?! Para mim ela é rica, sempre deve ter tido

de tudo, se não tudo quase isso... ela ainda é nova, bonita...não tenho nada parecido, nada. (Lurdes, 60 anos, casada, 12 filhos)

Desta forma, como vimos em Kofes (2001), várias diferenças entrecruzam-se no doméstico. Entretanto, se para a autora o elemento racial não obteve destaque em sua análise, aqui este tem se mostrado proeminente. Deste modo, o fato de patroa e trabalhadora serem mulheres não se sobrepõem as implicações de classe e de raça onde o gênero compartilhado é desigualmente vivenciado. Vemos no relato de Lurdes que as diferenças intra-gênero são constantemente invocadas para a demarcação da diferença. A pobreza, a discriminação e o trabalho árduo vividos pela entrevistada são trazidos a cena no intuito de definir as fronteiras sociais e raciais que as distanciam. Vemos, assim como em Woodward (2007), que a marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por intermédio de formas concretas de exclusão social.

Nesse sentido, somos levados a pensar que enquanto elas trabalham para garantir a sobrevivência de sua família, num mundo onde ser mulher para muitas não é tarefas das mais fáceis, a experiência de ser uma mulher, negra, e pobre – de viver nesta intersecção como assinalamos mais acima – é o que mais informa a experiência, a auto-estima e a identidade destas.

3.1.5 Identidade, negritude, beleza e classe social

Retornando a questão da reprodução das representações de gênero e de raça pelas trabalhadoras domésticas entrevistadas, a reiteração dessas representações ideologicamente hegemônicas incide também sobre a percepção que estas têm da própria aparência e das características fenotípicas que possuem. Assim, o discurso hegemônico sobre beleza que estabelece um padrão estético branco em detrimento do negro incide de uma forma perversa sobre o processo de construção da identidade dessas mulheres como assinalam as autoras abaixo:

Os estigmas que carregam as pessoas negras nas sociedades formadas a partir de matrizes construídas com base na hierarquia racial, como a brasileira, são muito fortes. Nesse contexto, mulheres e jovens negras são as que sofrem, mais diretamente, os danos decorrentes desse processo, quer do ponto de vista físico, quer psicológico. As imagens construídas na sociedade brasileira sobre a população negro-feminina são carregadas de preconceito e discriminação, desde a noção de que mulher negra é sinônimo de feia, até ao

questionamento da condição humana dessas pessoas (REIS, BARRETO E SANCHES 2002).

Essas representações marcam – de maneira geral – a auto-percepção destas sobre beleza, sobre o belo que enxergam ou não em si mesmas, sobre a beleza negra feminina e sobre as características fenotípicas da população negra que possuem – cabelo crespo, nariz *negróide* “achatado” e lábios grossos –. Quando questionadas sobre beleza, se estas se achavam bonitas e o que faziam para valorizar essa beleza, o que mais gostavam em seu corpo e o que não gostavam e por isso mudaria, obtivemos as seguintes respostas:

Beleza... beleza não é pra mim. Não tenho tempo pra essas coisas. Malmente mecho no cabelo... dou um ferro as vezes, mas é só... uso mais lenço [nos cabelos]... assim ó... pra esconder... não fica no ar... não assustar ninguém...se não fica um ninho (pequeno riso) (Teresa 32 anos, solteira e 2 filhos).

Não muito... não me acho muito bonita não. Mudaria um bocado de coisa. Meu cabelo é horrível, minha boca, meu nariz, minha perna... sei lá, me acho meio desengonçada, largada... quando vou pra festa me arrumo pra caramba... maquiagem, cabelo, unha e tudo mais pra não parecer uma doida... mas como não é sempre, fico assim mesmo como eu to agora... sem graça (Alice, 20 anos, solteira, 2 filhos).

Não muito... mudaria quase tudo... minha boca é muito grande e sou muito seca. O nariz que o boi pisou também é triste...como não tenho tempo e muito menos dinheiro pra me ajeitar fico assim mesmo... como me acabo de trabalhar fiquei assim mesmo, seca, magra demais. Mas se eu pudesse minha filha, daria um jeito nisso tudo. Ficaria menos feia.(Djanira, 24 anos, solteira, sem filhos) .

Não me acho bonita. Já to cansada. Minha pele, minha mão, meu cabelo... tá tudo cansado. Fazer o que? Sem dinheiro para tratar o cabelo, me cuidar um pouquinho não tem como ficar bonita. (Andréia, 34 anos, casada, 3 filhos).

Quando era mais nova todo mundo elogiava. Hoje em dia tá difícil (risos). Não faço nada não [para valorizar a beleza]... só o cabelo por que não tem jeito, aí eu dou uma melhorada, mas de resto nada. (Cássia, 33 anos, casada, 4 filhos).

Lendo esses depoimentos lembro-me de Santos (2000 p. 63) para o qual “*não faz sentido o país não gostar da sua própria cara. É o que ocorre quando a sociedade constrói uma imagem negativa do negro. Trata-se de alguém que não se anima, quando vê sua própria imagem refletida no espelho*”. Fanon (2008) também nos é útil para analisarmos esses relatos, pois acrescenta que esse espelho reflete uma imagem construída socialmente,

que pode causar insegurança já que o mundo não foi construído ou pensado para o negro. O negro, visto como ser inferior carrega no corpo as marcas indeléveis dessa inferioridade e isso interfere no processo de construção da sua subjetividade.

Nesse sentido, sendo a identidade construída socialmente, as representações hegemônicas de um padrão estético branco certamente influenciam nos processos de identificação vivenciados por essas mulheres negras. Vivendo e trabalhando imersas a agressões constantes contra os elementos fenotípicos da população negra, estas vivenciam também um processo de rebaixamento da auto-estima, já que não se percebem enquanto mulher bonita por se verem exclusas de uma norma socialmente imposta de beleza.

Vale assinalar que a norma ou padrão na nossa cultura ocidental corresponde ao homem branco, heterossexual, classe média alta, cristão. Para Silva (2007 p. 83), *“A normalização é um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença”*. A normalização consiste em colocar uma identidade como a referência, e as outras como a diferença onde o discurso enquanto ato lingüístico detém um papel fundamental.

Em meio a norma estética socialmente imposta, há uma rejeição à alguns elementos que fenotípicos que constituem o corpo da mulher negra; o cabelo que “não tem jeito” precisa ser “escondido” ou “melhorado” “para não assustar ninguém” e o “nariz que o boi pisou”, são desagradáveis a estas mulheres que se vêem como feias, estranhas e inferiores, assumindo estas, as mensagens que recebiam cotidianamente através de palavras e ações nas quais negritude e beleza não correlacionavam-se. Assim, num contexto social hegemonicamente racista, a combinação de mensagens negativas com relação à estética e fenótipos negros que reforçam os estereótipos e as representações negativas sobre esse segmento étnico/racial como afirma Gomes (2002), o tratamento social referente à negritude, a exclusão social e a falta de informação causam uma situação onde estas manipulações e padronizações determinaram a visão que elas têm de si mesmas. Os sinais diacríticos nesse caso operam como demarcadores da diferença.

O corpo dessa mulher, nesse contexto, surge como suporte da identidade, e o cabelo crespo como um forte ícone identitário como vemos em Gomes (2002). Para a autora, na sociedade nos comunicamos por meio do corpo. Um corpo que é construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história. O corpo fala sobre o nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo. Estamos diante

de uma realidade dupla e dialética: ao mesmo tempo em que é natural, o corpo é igualmente simbólico. As distintas crenças e sentimentos, que constituem o fundamento da vida social, são concentrados ao corpo. Temos, então, no corpo, a junção e a justaposição do mundo das representações ao da natureza. Ambos coexistem de maneira simultânea.

A rejeição ao cabelo como vemos nessas entrevistas, pode levar a uma sensação de inferioridade e de rebaixamento da auto-estima contra a qual se faz necessária a construção de outras estratégias como aponta Gomes (2002).

Não podemos, nesse ínterim, negligenciar os discursos que divergem destes que se seguiram, reiterando a existência de diferenciação interna ao grupo de trabalhadoras entrevistadas – mesmo estes sendo minoritários –. Nesses relatos, as mulheres afirmam há necessidade de construir uma imagem positiva da beleza negra, onde o cabelo, a pele e os demais elementos fenotípicos representem uma elevação da auto-estima e uma contestação ao padrão imposto.

Me acho muito bonita. Com um cuidado minha filha, só ia dar eu (risos). Sou mal tratada né... mas tento me cuidar. Não fico largada. Adora cuidar do cabelo, faço trança, passo creme, coloco fibra e acho que tudo isso me deixa ainda mais bonita. Não mudaria nada em mim, a gente tem que se achar, sabe...se achar bonita, se valorizar, se cuidar. Se alguém me achar feia por que tenho cabelo duro, tenho beição [lábios grossos] o problema é dele... eu sei o que eu sou, eu sou bonita e não preciso que ninguém me diga que não...já cantaram nega do cabelo duro pra mim...fiquei puta...isso é coisa de gente pequena, baixo-astrol, a gente tem que se sentir bonita do jeito que é, branca, preta, gorda, magra (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos).

Muito. Não mudaria nada. Adoro minha pele, minha boca... me acho bonita. Minha mãe sempre disse isso...pra eu me achar bonita, porque quando eu era pequena me xingaram no colégio. Mas isso passou. Tenho um espelho grandão no meu quarto...fico me arrumando lá...cantando (risos) nem ligo pra os outros (Lécia, 17 anos, solteira, sem filhos).

Fazendo um paralelo entre esses depoimentos e os que os antecederam, vemos novamente a importância do cabelo no processo de afirmação – no caso de Lécia e de Margarete - e de negação da beleza – como vimos anteriormente. Para Gomes (2002), mesmo que reconheçamos que a manipulação do cabelo seja uma técnica corporal e um comportamento social presente nas mais diversas culturas, no contexto nacional o negro brasileiro vivencia esse processo imerso a diversos conflitos. As múltiplas representações construídas sobre o cabelo do negro na conjuntura de uma sociedade racista influenciam o

comportamento subjetivo e individual da população negra. “*Existem, em nossa sociedade, espaços sociais nos quais o negro transita desde criança, em que tais representações reforçam estereótipos e intensificam as experiências do negro com o seu cabelo e o seu corpo* (Gomes *ibidem* p. 44).

Vemos nesse sentido, pela análise comparativa entre os depoimentos supracitados – Teresa, Alice, Andréia, Djanira e Cássia – aos de Margarete e de Lécia que cada indivíduo internaliza os discursos e as representações estéticas hegemônicas de forma diferente, desenvolvendo nesse sentido, estratégias particulares diante das situações de discriminação. Para Zanetti e Sacramento (2011), estes muitos jeitos de lidar e reagir ao preconceito racial e de gênero estão diretamente ligados a dois aspectos: à construção de identificação positiva pelo indivíduo e às suas possibilidades de socialização, informação e inserção na sociedade. Entretanto, não podemos deixar de observar que as distinções entre esses dois grupos de depoimentos podem obedecer a uma lógica geracional, já que as entrevistadas que afirmaram se sentirem belas e a importância dessa atitude para o cotidiano são novamente mais novas em idade.

A identificação positiva encontrada nesses depoimentos refere-se à construção de uma imagem de si onde se insere a beleza, item fundamental no fortalecimento da auto-estima negra, valorização de si mesma e, sobretudo, o processo de contestação de uma imagem negativa transmitida socialmente. Salientamos, entretanto, que essa construção positiva da identidade mostra-se como um desafio enfrentado pelas trabalhadoras domésticas – e pelas mulheres negras em geral – no Brasil, em vista que desde muito cedo, estas são socializadas a conformarem-se representações hegemônicas que as submetem a modelos brancos e masculinos.

No movimento dialético das relações sociais, a ação do racismo sobre os negros resulta em formas variadas, sutis e explícitas de reação e resistência. Nesse contexto, o cabelo e a cor da pele podem sair do lugar da inferioridade e ocupar o lugar da beleza negra, assumindo uma significação política (Gomes 2002 p. 49). O tornar-se uma mulher negra se insere nessa discussão enquanto reivindicação da identidade positiva negra, como um processo de disputa de posições de poder. A identidade negra nesse sentido é entendida como um processo de conscientização sobre si, sobre a estrutura social na qual se está inserido, e sobre as construções sociais que visam justificar as desigualdades.

Ser negro e tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SOUZA,1983, p. 77)

Ser negro e afirmar-se negro, no Brasil, não se limita à cor da pele como acrescenta Gomes (2011 p.2). É uma postura política e por isso, ela não pode ser vista de forma idealizada ou romantizada. Em prática significa que, no contexto das relações de poder e dominação vividas historicamente pelos negros, no Brasil, a construção de elos simbólicos vinculados a uma matriz cultural africana tornou-se um imperativo na trajetória de vida e política dos(as) negros(as) brasileiros(as).

Em primeira vista, podemos identificar um processo análogo em relação ao "*tornar-se mulher*", preconizado por Simone de Beauvoir (1986). Entretanto, o *tornar-se*, neste caso, significa que não é a biologia que define o ser mulher na sociedade, tornar-se mulher nesse sentido é um processo de socialização, uma construção social assim como a desigualdade entre os gêneros.

Torna-se negro, ou ainda, tornar-se mulher negra, por outro lado, implica em assumir-se mulher negra e valorizar-se enquanto tal, numa postura de contestação a ideologia hegemônica e adotando uma "*identidade de projeto*" observada em Castells (1994), que seja capaz de reformular sua inserção na sociedade com o objetivo de interferir na estrutura social. Woodward (2007 p.28) esclarece que:

Ao ver a identidade como uma questão de "tornar-se" aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas herdadas de um suposto passado em comum.

Nesse processo de reconstrução da identidade, algumas mulheres entrevistadas reconhecem o peso do passado histórico colonial sobre as mentes de outras mulheres negras que fazem parte do seu ciclo social. Ao serem questionadas sobre a reprodução do racismo em seus cotidianos e sobre o processo de auto-afirmação destas enquanto negras, obtivemos algumas respostas que nos possibilita acreditar que mesmo não sendo um discurso que em certa medida fosse partilhado por todas, a questão do racismo é identificada como um

processo de alienação compartilhado por muitos negros que introjetam os estereótipos discriminatórios socialmente produzidos.

Muitas pessoas são ignorantes e não assumem sua cor, não dizem que são pretas mesmo tendo quando a maior parte de sua família tem a pele escura (...). Alguns quando não negam afirmam no máximo serem morenos, mais preto que é bom ninguém quer ser (...). Mas isso é o racismo também... porque a gente sabe que no mundão ai a fora tem gente que ainda acredita que uns são melhores que os outros por causa da cor da pele. E tem muito preto que se sente até ofendido quando é chamado de preto, veja só. Cristina mesmo insistia em dizer que era amarela... meu deus tanta ignorância, ainda bem que Kleiton estava junto para me ajudar a explicar a ela que amarelo é o povo de longe... os japoneses, e olha que a mãe dela é da minha cor, negona (...) por causa da mistura ela ficou mais clara. Mas tem muita gente que é negra igual a ela e não admite, e até foge quando perguntam e fica com... como se diz... complexo, se diminui e não gosta de si..tem vergonha. Tem gente minha filha que se pudesse tomava banho de tinta (Margarete, 24 anos, solteira, 2 filhos).

Percebe-se por intermédio da fala da entrevistada que a autopercepção que muitas mulheres negras tem a respeito de sua cor difere, podendo até entrar em confronto com a percepção que as outras pessoas fazem delas. Daí ocorre a problemática levantada por Ferreira (1999), o brasileiro é vítima da ideologia do branqueamento, e por isso muitas pessoas assim com essas mulheres apesar de apresentarem características fenotípicas dos negros, negam tais características.

A negação aparece como um esforço para se embranquecer, sair da população excluída, subir de status e não ser um alvo em potencial para as investidas da discriminação. Numa sociedade racista e de hegemonia branca, é compreensível que parte dessas mulheres sofram com o referencial negativo à população negra. Nesse sentido para Munanga (2008) a ideologia hegemônica baseada no ideal de branqueamento é perseguida pelos descendentes mestiços de negros para escapar dos efeitos da discriminação racial, sendo, por conseguinte, suas identidades inibidas.

O trecho da musica *H ponto Aço* que diz “*A preta linda que não olha no espelho tem vergonha do nariz da boca e do cabelo*” do grupo de Rap D.M.N, em concordância com o depoimento de Margarete demonstram que o processo de negação da identidade negra assim como a sua não aceitação viabilizada pela sociedade, influencia diretamente na construção de uma auto-imagem negativa da mulher negra, que corrobora para o medo e para a vergonha.

Outro eixo constituinte da identidade e da diferença destacado pelas trabalhadoras na pesquisa refere-se à estratificação social. A percepção de classe, enquanto o acesso diferenciado aos bens e serviços as quais – em nosso contexto – influencia-se pelas diferenciações de raça e por interesses político se dá maneira unânime entre essas mulheres. Todas entrevistadas se auto-classificaram enquanto pertencentes à classe baixa ou a classe “pobre” em suas palavras, destacando em suas falas o acesso aos bens – principalmente moradia própria –, o trabalho doméstico desenvolvido por elas e a baixa escolarização. Identificaram, por outro lado, a classe social dos seus patrões de maneiras diversas: classe alta, classe média, ricos, com “condições”; deixando, entretanto, bem demarcado as distinções existentes entre “os outros” – os empregadores – e elas. Para as entrevistas a representação de classe considera a propriedade da casa, dos bens, do grau de instrução e mais.

Classe baixa e meus patrões classe alta. Eles têm dinheiro, casa grande, carro... eles estudaram, falam bem...nós não temos nada disso... a gente mora num bairro ruim, esquecido por Deus...a gente mal estudou e minha família dorme amontoada. (Andréia, 34 anos, casada, 3 filhos)

Sou classe baixa. Porque a gente é pobre, malmente temos o de comer. Os outros sabem que somos pobres, dá pra ver pelo que a gente usa. Minha patroa é classe alta. Anda de carro, compra roupa chique, vai em restaurante, no clube... lógico que faz diferença [a classe social]... ter dinheiro é tudo hoje em dia... você compra até respeito (Ana, 39 anos, solteira, 6 filhos).

Sou da classe baixa... quer dizer você tá falando de quem tem dinheiro né?! Porque tem gente que xinga os outros de classe baixa quando quer esculhambar...mas se é de dinheiro eu sou sim. Sou pobre, pago R\$ 70,00 nesse quartinho, recebo R\$150,00. Ale disso não tenho muita instrução e nem posso sair por ai gastando em bar, em 'besteiras'... Por isso que não fico parada... sempre to fazendo algo pra juntar dinheiro. Tem o bolsa família também que tira mais do sufoco (Teresa, 32 anos, solteira e 2 filhos).

Fica-se claro que na opinião dessas agentes a renda, o acesso aos bens de consumo e de cultura, aliados a escolarização e ao “estilo de vida” demarcam as diferenças que constituem ao que podemos nomear de identidade de classe. No depoimento de Teresa como um demarcador de classe, a mesma acrescenta o programa de transferência de renda bolsa família, o qual tem por alvo as famílias de pobres ou extremamente pobres. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua

composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos¹⁵. Outro elemento que destacamos no processo de diferenciação de classes feito pelas trabalhadoras é expresso na afirmação “*você compra até respeito*”, feita por Ana que com isso demonstra a importância dada socialmente as demarcações de classe; demonstra como as condições materiais dos indivíduos interferem em suas relações suas sociais, em como os outros indivíduos os percebe e dão com isso um determinado tratamento.

Sou classe pobre, baixa. Não tenho dinheiro, não tenho nada. Veja bem, a casa onde eu moro não é minha, meu filhos mal tem o que vestir, a gente não sai de casa porque nunca tem dinheiro pra isso. Eles... eles são classe media, mas tiram uma onde de classe alta (risos), querem ser o que não são. E o pior é que a gente quando consegue juntar uma grana para comprar alguma coisa no comércio é destrutado...olham pra gente como se não fosse pra gente está ali sabe...por que a gente é preto e pobre...nem querem atender a gente direito. Eu vejo muito isso...uma vez fui comprar uma calça na rua com minha irmã e a vendedora me deu uma montinho de calças...disse pra eu procurar ali o que eu queria... de má vontade sabe?! Quando eu estava experimentando, chegou uma moça e pediu a mesma numeração da minha. A mesma moça deu um montão de calça pra ela... fiquei sem entender nada... ai quando tirei pergunta, ela me disse que eram mais caras e eu não teria condições de pagar...ai eu não disse nada e sai de lá muito triste, me sentindo humilhada... e olha que eu nem tava largada, tava até arrumadinha...acho que porque sou negra né... negro não tem vez mesmo. Se ela soubesse que sou doméstica então nem me deixava entrar. (Vangerléia, 24 anos, casada, 2 filhos).

A gente vê o tratamento das pessoas, sabe...por quem a gente é, pobre, negra, sem estudo. Quando saio com minha patroa pra fazer compras no mercado eu vejo como os outros tratam ela... é muito diferente de quando eu vou sozinha...com elas é ‘posso te ajudar senhora?’ pra cá, um ‘quer que eu coloque as sacolas no carro senhora?’... só falta colocar ela no colo. Sem falar que ela é sempre é bem atendida, e é muito mais rápido viu, porque ela não gosta de ficar esperando muito não. Eu só queria ser tratada como ‘senhora’ uma vez...nem é pra tirar uma de rica não...era só pra me tratarem com um pouco mais de respeito. (Neide, 36 anos, casada, 3 filhos).

Nessas reflexões vemos que no processo de socialização, estas sofrem algumas conseqüências negativas com a posição social que ocupam e o fato de residirem em uma cidade média do interior, onde as relações sociais acabam se tornando mais próximas onde estas são mais facilmente identificadas pela origem social agrava essa situação. O tratamento diferenciado dado a estas trabalhadoras sob as prerrogativas de serem negras e pobres são

¹⁵ Segundo dados da Caixa Econômica Federal.

http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferecia/bolsa_familia/index.asp

identificadas por estas no processo de socialização e notadamente demarcam uma distinção entre estas e suas empregadoras. O pertencimento a classe pobre incorre não somente a um déficit no acesso aos bens e serviços como também a maneira como estas são vistas e tratadas no contexto social.

Nesse sentido, essa desigualdade no tratamento dado a essas mulheres distintas – trabalhadora doméstica e patroa –, interfere também no processo de construção da identidade das trabalhadoras domésticas na medida em que pode interferir na forma como esta se posiciona em determinadas situações. No depoimento de Vangerléia vemos, por exemplo, que em uma situação de preconceito, de discriminação e descaso, esta ao ouvir uma justificativa que imprimia uma construção social que a menospreza não esboça nenhum tipo de reação, apenas “sai triste” e provavelmente não voltará a esse estabelecimento. Essa falta de reação, de indignação, não a mobiliza e reitera as representações que visam subordinar a mulher negra e em certa medida os torna norma, como se estas representações fossem naturais.

Desta forma podemos afirmar que a experiência das trabalhadoras domésticas em cidades médias do interior é muito pior e muito mais precária; coadunam uma péssima remuneração, uma extensa carga horária de serviço e de afazeres acrescida dos ‘bicos’ que complementam a renda, a inexistência de sindicatos e/ou organização profissional e uma estigmatização bastante perversa. Além disso, essas trabalhadoras como vimos, inserem-se nessa atividade desde muito cedo, quando ainda crianças onde recebem as primeiras instruções pela sua progenitora – que na maioria das vezes é ou foi também trabalhadora doméstica.

Nesses depoimentos, ouvimos como as classificações, as hierarquias, as representações de gênero, raça e classe são acionados no processo de construção das identidades das trabalhadoras domésticas de Cruz das Almas. Identidades (re)construídas sobre a força da intersecção dessas construções e normas sociais que em determinadas circunstâncias coagem essas mulheres a se acomodarem em normalizações hegemônicas opressivas.

Contudo, em determinados depoimentos pode-se identificar que um novo movimento em relação a essa coerção, como foi dito as diferenciações intra-grupo existem e nesse caso pode ser percebida nas falas de uma pequena parcela das entrevistadas que reconhecem e que contestam os elementos estruturantes da sociedade – as construções de gênero, raça e classe. Nesse sentido, essas identidades são re-construídas em um processo conflituoso onde os estereótipos, as desigualdades e os preconceitos são re-significados e enfrentados

cotidianamente, onde o orgulho se processa também como orgulho de raça, do gênero e de si. Assim, ao reconstruir uma identidade nova, fortalecida e orgulhosa, que reconhece a raça, o gênero, a história e ascendência delas, essas trabalhadoras revelaram o papel de identidade – nos termos do CEAFFRO – para populações excluídas. Ao transformar a própria identidade, elas criam uma nova visão por parte da sociedade e adquirem ferramentas necessárias para defender os seus direitos e humanidade em detrimento da exclusão que as acometem.

Nesse sentido, torna-se necessário pensarmos em que consiste esta exclusão/inserção social? Como ela se processa? E de maneira ela é reconstruída e reiterada pela sociedade? É o que tentaremos evidenciar a seguir.

3.5 Uma análise da exclusão/inserção social das trabalhadoras domésticas de Cruz das Almas

O Brasil, como espaço de análise dos processos de exclusão/ inserção que compreendem as das trabalhadoras domésticas de Cruz das Almas, está inserido na dinâmica da globalização, da integração econômica da nova dinâmica capitalista. Embora com características específicas, já que em nosso país coexistem diferentes elementos constituintes da pobreza e da exclusão social, o neoliberalismo se torna bem-sucedido, e em decorrência as desigualdades aumentam e permanecem.

Nesse sentido, destacam Schwartzman e Reis (2011), qualquer análise que se faça da sociedade brasileira atual mostra que, ao lado de uma economia “moderna” pela qual ocupamos a 6ª posição no ranking das economias globais e produzimos anualmente um PIB de 2,5 trilhões de dólares¹⁶, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo para seus cidadãos. Os autores, entretanto, defendem que:

Isto pode ser uma consequência de processos de exclusão, pelos quais setores que antes eram incluídos foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais o acesso a emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico ficam restritos e determinados segmentos da sociedade. O resultado, em

¹⁶ Dados vinculados pelo Conselho Federal de Economia www.cofecon.org.br

ambos os casos, é o mesmo, mas as implicações políticas e sociais podem ser muito distintas. Processos de exclusão social e econômica tendem a ser muito mais violentos e traumáticos do que situações de inclusão limitada. (SCHWARTZMAN E REIS 2011, p.1)

A exclusão social é vista nessa perspectiva como uma consequência da expulsão e marginalização de determinados setores da sociedade das mudanças vividas pela ‘nação’. Chamamos atenção para um elemento contraditório: a exclusão é consequência da marginalização, ou da não inserção das camadas populares sendo que estas duas últimas constituem o processo excludente? Nesse sentido defendemos, assim como Sawaia (2001) que há uma necessidade real de se conceituar em que consiste a exclusão social, senão tautologismos como o visto mais acima podem ocorrer sem evidenciar, contudo, o que se quer afirmar.

Todavia, não citamos os autores supracitados para simplesmente rechaçá-los e sim para em contraposição, defender que a exclusão/inclusão precária que incide sobre determinados setores sociais no Brasil, se deve em grande medida ao histórico de desenvolvimento econômico e social do país e as iniciativas neoliberais mais atuais que atuam em legitimação da estrutura social vigente – onde uma pequena parcela da população usufrui da riqueza e do desenvolvimento econômico do país.

A esse respeito, Leal (2004) afirma que o pensamento neoliberal no Brasil, difundido pela grande imprensa e trazido para as políticas públicas na década de 90 defende que a única igualdade à qual todos os indivíduos devem ter direito é a igualdade de oportunidades, dependendo a sua ascensão, a partir daí de sua própria capacidade e esforço. A autora questiona se segundo este raciocínio, não seriam os próprios excluídos os responsáveis pela sua situação? A ausência por parte do Estado na resolução das desigualdades reitera os processos exclusivos.

Defendemos como Theodoro (2008) que para compreendermos os processos de inclusão e exclusão, no caso brasileiro, há de se contextualizar nossa trajetória, nosso passado colonial. A matriz escravista brasileira, além de perpassar nosso passado, está presente no cotidiano de nossa sociedade, em manifestações das mais variadas. Através de ideologias racistas e sexistas criou-se os excluídos pela padronização que assegura uma ordem social que privilegia uns em detrimento de outros – os outros engloba também as trabalhadoras domésticas negras que como foi dito anteriormente, vivenciam cotidianamente as desvantagens sociais convertidas principalmente em desvalorização de seu trabalho –.

Nesse mesmo sentido, afirma Theodoro (ibidem), no Brasil, o novo, na verdade, recria o arcaico, numa recontextualização e, ao mesmo tempo, concebe uma dinâmica na qual a modernidade incorpora a desigualdade. Para o autor, esses processos de reiteração e recontextualização explica nossa “*idiossincrasia e nossos contrastes*”. “*Dito de outro modo, a precarização do trabalho e a falta de acesso à terra são fenômenos intrinsecamente ligados à questão racial, que respondem, em última análise, pela continuidade de um perfil social desigual e pouco instado a mudanças*” (ibidem p. 81).

Assim o trabalho doméstico, que como foi dito anteriormente, foi historicamente construído sob estereótipos racista e sexista trouxe implicações à construção contemporânea da imagem da mulher negra subordinada e “essencialmente” preparada para realização de trabalhos mais precarizados. Pelo processo histórico, as atividades mais desprestigiadas – como o trabalho doméstico – e que não representam grande peso na economia foram relegadas a milhares de mulheres negras em todo território nacional. O período colonial produziu nesse sentido, hierarquias sociais baseadas na raça, que impreterivelmente trouxe conseqüências para estrutura social vigente onde o acesso ao emprego, renda, benefícios do desenvolvimento econômico e a circulação da riqueza nacional ficam basicamente restritos a população branca.

Herdamos assim do período colonial as práticas segregacionistas posto que as posições e os papéis sociais persistem. Os marginalizados continuam sendo fortemente identificados pela origem racial e de acordo esta, excluídos dos direitos básicos da cidadania atual e em diversos casos inseridos precariamente. A persistência dos estigmas raciais se deve as forças de coerção social, a transmissão das construções sociais que inferiorizam o negro pela cultura hegemônica e as naturalizações da desigualdade econômica entre brancos e negros e da exclusão social deste último, por exemplo. Assim, cumpre a essa naturalização o papel de garantir a reprodução da exclusão social dos negros e negras.

A naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicitar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto ao nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como "isso é assim e não há nada para fazer. (Wanderley 2001, p. 23)

Destarte, a inserção precária das trabalhadoras domésticas negras de Cruz das Almas tem uma forte ligação com o nosso passado e, por conseguinte, com o histórico dessa atividade. Essa inserção, ao mesmo tempo em que inclui estas mulheres a uma classe

trabalhadora que recebe um salário pelo trabalho que realiza, as inclui de uma forma subordinada, precária no sentido de que exerce uma atividade desprestigiada, mal remunerada e extenuante. A baixa renda mensal garantida pela execução do trabalho doméstico não permite a essas trabalhadoras se inserirem com dignidade na sociedade, pois, interfere diretamente na sua subsistência, limita seu poder de compra, as isola em um círculo vicioso de vulnerabilidade e intervém até mesmo na forma como estas mulheres se percebem e/ou percebem seu trabalho. A esse respeito acrescenta Theodoro (2008):

A horda de pessoas que sobrevivem como prestadores de serviços pessoais, serviços domésticos, informais e ambulantes é, em última análise, inserida no contexto social e dentro dele subsiste. Oferece muitas vezes serviços indispensáveis, sobretudo à nossa classe média em seu cotidiano apressado. No Brasil, a modernidade reinventa o serviço e dele mantém-se dependente. A estrutura social segmentada organiza-se basicamente em função da origem étnica, perpetuando desigualdades sociais e raciais. (THEODORO *ibidem*, p.82)

Por tudo isso é que nos parece razoável falar de uma inserção desigual por parte dessas mulheres, pois, é pelo acesso ao trabalho precário que as trabalhadoras domésticas em questão assumem uma posição social mais vulnerável e muito mais perversa. A mesma sociedade que reconstrói cotidianamente sua exclusão ao negar a elas o direito a moradia digna, a saúde, a educação e ao trabalho legalizado as insere precariamente por meio do desempenho de um sub-trabalho, que não permite a estas uma melhora nas condições de vida – as aprisionando na pobreza – , malmente garante a sua subsistência e de sua prole, além de não permitir a estas uma construção positiva da sua imagem. Em suma, defendemos que essas mulheres cumprem uma função precária na estrutura social que reitera uma lógica de exploração da mão-de-obra tida como desqualificada e reafirma por relações de poder a segregação dessas a classe inferiorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho doméstico no Brasil se caracteriza ainda hoje por uma atividade bastante precária. Os entraves e a invisibilidade jurídica, a inexistência de diversos benefícios que visem incluir socialmente a categoria no universo do trabalho legalizado e que permitam a desconstrução de uma imagem inferiorizante da trabalhadora e do trabalhador doméstico faz parte do universo de trabalho da categoria. Imagem fortemente influenciada pelos referenciais negativos sobre a população negra do Brasil.

Além disso, temos as reminiscências do passado colonial já que este período marcou de maneira perversa a população negra brasileira. O pensamento colonial produziu a imagem da mulher negra e do homem negro intrinsecamente ligados a trabalhos manuais, de força e servis, naturalizando a idéia de que estes nasceram sobretudo para executar estas funções. Durante esse período a equação social e racial indicava equivalência entre o desenvolver de determinadas tarefas e as linhas de cor. O elemento fenotípico é utilizado para demarcar poder sobre os corpos racializados, justificando opressões, subjugações e dominações.

Em se tratando das mulheres negras, estas antes mucamas, amas de leite, cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, costureiras dentre outros, “possuíam” para isso dotes inatos para o desenvolvimento da atividade doméstica e essa representação trouxe conseqüências danosas a essa parcela da população. A transformação de escravas em criadas não alterou significativamente a rotina de trabalho da mulher negra. Esta continuava submetida a um longo período de trabalho exaustivo e mal remunerado, realidade essa que permanece.

Nesse sentido entendemos que as relações de gênero, raça e classe entrecruzam-se não como um processo de soma ou adição/cominação de variadas formas de opressão que conformam a condição social dessas mulheres; se trata de um tipo específico de opressão como aponta Bairros (1995), Stolcke (1991) e Crenshal (2002).

Os estereótipos e resquícios balizados pelas relações de gênero e raça estão intrinsecamente ligados a naturalização de elementos inferiorizantes da mulher negra. Historicamente o trabalho exercido por mulheres é desvalorizado socialmente sob a égide sexista que o considera como de segunda ordem. Quando essa lógica impetra as trabalhadoras negras soma-se a discriminação racial que as inferioriza, explora e subalterniza.

Os dados empíricos da nossa pesquisa apontam para extrema precarização do trabalho doméstico desenvolvido na cidade de Cruz das Almas. A baixíssima remuneração acrescida

da elevada carga horária de serviço e o acúmulo de afazeres e funções são algumas das características dessa atividade nessa cidade do interior. O que, entretanto, nos chamou atenção foi a constatação de que mesmo envoltas a essa jornada de trabalho exaustiva, as trabalhadoras domésticas entrevistadas desenvolvem outras atividades para o complemento da renda familiar. Executam assim várias atividades informais para o sustento da família utilizando para isso os escassos horários fora do ambiente residencial onde trabalham.

Assim, essas mulheres se sobrecarregam de sub-trabalhos extremamente precarizados, não conseguindo com isso alterar sua condição de vida e de sobrevivência: residem em bairros periféricos com deficiente infra-estrutura, em casas pequenas e com um número elevado de moradores e possuem pouca escolaridade por motivos diversos dentre os quais se destaca a sobrecarga de trabalho já que todas entrevistadas executam o trabalho doméstico desde a infância.

A soma de todos esses fatores traz diversas implicações para o processo de construção identitária: viver a intersecção de ser mulher, trabalhadora doméstica, negra de uma cidade do interior onde as relações são muito mais próximas e os estigmas são maiores é o que mais informa a experiência, a auto-estima e a identidade destas mulheres. Nesse sentido, muitas dessas trabalhadoras experimentam o rebaixamento da auto-estima devido ao impacto negativo das representações sociais acerca do trabalho doméstico, do negro e do feminino.

Evidenciou-se também na pesquisa o processo de naturalização do trabalho doméstico negro enquanto trabalho exercido preferencialmente por mulheres negras. Os eixos de subordinações interconectados acabam por impor naturalizações acerca do papel desempenhado pelas mulheres negras na sociedade. Falas como “tempo do chicote e do açoite”, “temos mais jeito”, “a gente é boa mesmo nisso”, “isso é trabalho de mulher mesmo” e “é da nossa natureza” emitidas pelas entrevistadas evidenciam o peso das representações de gênero e raça presentes nas estratificações sociais contemporâneas.

A ausência do sindicato que possibilite a essas mulheres desenvolver uma consciência política e profissional, que desperte a consciência acerca dos direitos já conquistados, que fortaleça e as auxilie na construção da imagem positiva de si e de seu trabalho é extremamente danosa como aponta Figueiredo (2011). Nesse sentido, ao deslocarmos o nosso olhar para as relações de trabalho que circunscreve o trabalho doméstico numa cidade do interior deparamo-nos com uma realidade duramente perversa; a realidade de trabalho e vida

dessas mulheres é muito mais precária que as descritas e assinaladas pelos estudos pautados nos grandes centros.

Concluindo podemos assegurar que a experiência das trabalhadoras domésticas em cidades médias do interior é muito pior e muito mais precária; coadunam diversos elementos que tornam essa atividade bastante precária - péssima remuneração, uma extensa carga horária de serviço e de afazeres acrescida dos 'bicos' que complementam a renda, a inexistência de sindicatos e/ou organização profissional e uma estigmatização bastante perversa. Além disso, essas trabalhadoras como vimos, inserem-se nessa atividade desde muito cedo, quando ainda crianças onde recebem as primeiras instruções pela sua progenitora – que na maioria das vezes é ou foi também trabalhadora doméstica – o que encerra numa constante cadeia de reprodução do trabalho doméstico precário.

A necessidade de um poder público que de fato se ocupe em minorizar e reverter esse quadro e busque assegurar e ampliar os direitos dessa categoria é urgente como questionam os sindicatos dessa classe trabalhadora. Os resquícios colônias devem ser desconstruídos, assim como as representações negativas e as naturalizações acerca da mulher negra e conseqüentemente do seu trabalho. Da mesma forma que a criação de espaços de educação formal que visem uma formação mais qualificada e politizada para vivência em sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Boitempo Editorial, São Paulo: 1999.

BACELAR, Jefersom. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador** – Rio de Janeiro: Pallas 2008.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, p. 458-478.1995.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BERNADINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. (Tese de doutorado), Brasília, UnB,2007.

BERNADINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. (Tese de doutorado), Brasília, UnB,2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. FIGUEIREDO, Angela. CRUZ, Tânia. (org.) **A Realidade do Trabalho Doméstico na Atualidade**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília: 2011. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/realidade_do_trabalho_domestico_na_atualidade.pdf

BOCAYUVA, Helena. **Erotismo à Brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. São Paulo: Brasiliense 1995.

BRITES, Jurema. **Afeto, Desigualdade E Rebelião: Bastidores Do Serviço Doméstico. Tese de Doutorado**. Porto Alegre, 2000.

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura** : A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas: Janeiro 2004. Disponível em < <http://www.ipece.ce.gov.br> > Acesso em de Dezembro de 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos Que Pesam: Sobre Os Limites Discursivos Do “Sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (organizadora). **O corpo educado** : pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos : Tomaz Tadeu da Silva . Belo Horizonte : Autêntica, 2003.

BUTLER, Judith. **Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a Questão Do “Pós-Modernismo”**. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.11-42

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUN, Sandra. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Editora 34, Fundação Carlo Chaga, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Mary. **Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos.** Revista Estudos Feministas, v.10,p. 57-74, 1992

CASTRO, Rocio Kustner (org). **Participação Cidadã no Meio Rural: análise dos conselhos municipais no âmbito do Projeto Prorenda/BA.** SSA: GT2/CIAGS/UFBA, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Black sexual Politics.** New York, London: Routledge, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero.** In: Estudos Feministas, V.10. UFSC. 2002-1, p.171-188

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social.** Campinas: Autores Associados, 1998.

DIEESE. **A mulher negra na mercado de trabalho metropolitano:** inserção marcada pela dupla discriminação. Estudos e Pesquisas ano II nº 14 2005. Disponível em < <http://www.dieese.org.br>>.

FANON, Fantz. **Pele Negra Mascara Branca.** Salvador, EDUFBA; 2008.

FAUCI, Jenny. **“Sou Doméstica”:** Construções de Identidade e Saúde das Trabalhadoras Domésticas de Salvador, Bahia Brasil. (2006). *ISP Collection.* Paper 277. http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/277

FERREIRA, Ricardo Franklin. **A construção da identidade afro-descendente: A psicologia brasileira e a questão racial.** IN: Bacelar, Jeferson & Caroso, Carlos. Brasil, um país de negros?. Salvador, BA: CEAO, 1999.

FIGUEIREDO, Ângela. **Fora do jogo:** a experiência dos negros na classe média brasileira. Cadernos pagu (23), julho-dezembro de 2004, pp.199-228.

FIGUEIREDO, Ângela. **Gênero:** dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. IN Sanone, Lívio & Pinho, Osmundo (orgs). **Raça:** novas perspectivas antropológicas. 2ed ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER; M; GASKELL, G (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Um Manual Prático.** Ed Vozes, Petrópolis, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Trajatórias Escolares, Corpo Negro e Cabelo Crespo:** reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural. Revista Brasileira de Educação. UFMG. Belo Horizonte; 2002.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**. Companhia das Letras: 1992.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, p. 464-478.1995.

HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.); **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IPEA. Comunicados do IPEA n. 9090. **“Situação atual das trabalhadoras domésticas no país”**.Brasília: Ipea, 2011.

KOCHE, J.C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

KOFES, Suely. **Mulheres, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 2001.

LAVORATTI, Janes. **Alternativas sócio-econômicas no desenvolvimento regional: aspectos relativos ao espaço rural**. IN; Assis, Nancy Rita Sento Sé de. Magalhães, Felipe Santos (org). Seminário Cultura memória e Sociedade –Salvador: EDUNEB,2006.

LEAL, Giuliana Franco. **A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática**. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930**. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Carlos Chagas: Editora Marco Zero. 1994.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA,Rio de Janeiro:1998.

MENDES, M.A. **Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão**. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasília: Associação Brasileira de estudos Populacionais – ABEP, 2002.

MORI, Natalia. Bernardino-Costa, JOAZE. FLEISCHER, Soraya. Apresentação. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. FIGUEIREDO, Angela. CRUZ, Tânia. (org.) **A Realidade do Trabalho Doméstico na Atualidade**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília: 2011.
Disponível em:
http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/realidade_do_trabalho_domestico_na_atualidade.pdf

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**. In: RAMOS, Marise Nogueira. ADÃO, Jorge M. BAIROS, Graciete Maria

N. **Diversidade na educação: reflexos e experiências.** Brasília: Secretaria De Educação Média e Tecnológica: 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor.** São Paulo. Selo Negro: 2003.

ORNAT, Marcio e SILVA, Joseli Maria. **Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa –Paraná.** Revista de História Regional vol. 12 (1): 2007. Disponível em <<http://www.revistas.uepg.br>>. Acesso em 23 de Janeiro de 2009, p. 175-195.

PAULILO, Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida.** In: Revista UEL v2 nº1 ano 2010 disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm acessado em julho de 2010.

PINHO, Osmundo. **O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação.** Cadernos Pagu. n.23 p. 89-120. 2004. **Cadernos Pagu** (23), julho-dezembro de 2004, págs. 199-228. Do site <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a07.pdf>, acessado no dia 14 de Janeiro de 2012.

POCHMANN, Marcio [et. al.]. **Atlas da Exclusão social v.5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil.**; São Paulo: Cortez, 2005.

POUPART, J. **A entrevista do tipo qualitativo.** In: POUPART et all. A Pesquisa Qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2008.

REIS, Vilma. BARRETO, Vanda Sá. SANCHES, Isabele. **Sistematização da proposta pedagógica de para re/construção de identidade racial e de gênero voltada para as adolescentes trabalhadoras domésticas.** SALVADOR: UFBA, CEAFFRO, 2002.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidades.** Petrópolis, Vozes 1992.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo.** Avanir Editora; Rio de Janeiro:RJ; 1979.

SANTOS, Gislene Aparecida. **A invenção do ser negro.** Fapesp, São Paulo: 2002.

SANTOS, Hélio. **Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil.** IN: Hunthey, Lynn e Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil; São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo, 1987. p. 81-94

SAWAIA, Bader. **Introdução: exclusão ou inclusão perversa?.** In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis, RJ, Vozes 2001.

SCHWATZMAN, Simom & REIS, Elisa Pereira. **Pobreza e exclusão social: Aspectos Sócio Político.** Disponível www.sbeps.com.br acessado Em 14 de Dezembro De 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. 2005 Disponível em <http://www.dhnet.org.br>

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento**: considerações a partir da extensão rural: EMATER/RS, Brasil.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Sistema PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –. As Características Do Trabalho Doméstico Remunerado Nos Mercados De Trabalho Metropolitanos. Março de 2010. Disponível em dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitanaMulher2010.pdf acesso em Julho de 2010.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STOLCKE, Verena. **Sexo está para gênero assim como raça para a etnicidade?** Estudos Afro-Asiáticos, 20, p. 101-119, Rio de Janeiro: 1991.

TAIT, Tânia. **Políticas Públicas para Mulheres**. Conselho Municipal de Maringá: 2010.

THEODORO, Mario Lisbôa. **Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira**. Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-82, out. 2007/mar. 2008

Trabalhadoras Domésticas no Brasil. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD – O perfil das trabalhadoras domésticas. Disponível em training.iticilo.org/.../Trabalhadoras_Domésticas_no_Brasil.ppt. acesso em Julho de 2010

Trabalho Doméstico: Direitos e Deveres. Ministérios do Trabalho e Emprego 2007. Disponível em <www.mte.org.br>

VIANNA-FILHO, Luis. **O Negro na Bahia**. EDuFba, Salvador:1988.

VILASBOAS E SANTOS, Neville Julio de. **Desigualdade e identidade no serviço doméstico: intersecções entre classe, raça e gênero**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: 2010.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ, Vozes 2001.

WILSON, Thomas .P. **Qualitative Versus Quantitative Methods** in Iocial Research. Bulletin de methologie sociologique, nº10, avril, 1986.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZANETTI, Julia e SACRAMENATO, Mônica. **Jovens Negras**: Ressignificando pertencimentos, construindo práticas. *In*: WERNECK, Jurema. **Mulheres negras**: um olhar

sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Fundação Crioula, 2011. Disponível em <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm>

Endereços eletrônicos:

IBGE: www.ibge.gov.br

MTE: www.mte.gov.br

PREFEITURA DE CRUZ DAS ALMAS: www.cruzasalmas.ba.gov.br/

SEPPIR: www.portaldaigualdade.gov.br

Anexo

Memorial

1. Minha infância e meu primeiro contato com o trabalho doméstico

Filha caçula e única de quatro irmãos nasci em São Paulo, capital – mais precisamente na periferia da zona sul, no Grajaú – onde vivi toda minha infância e adolescência. Minha mãe, filha de um trabalhador do já extinto DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens) e de uma dona de casa, migrou da cidade de Cruz das Almas – Ba para a cidade de São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida. A primeira porta que se abriu para ela – uma retirante nordestina – foi o trabalho doméstico, com o qual esta se manteve durante muito tempo. Às primeiras experiências da minha mãe com a profissão foram muitos marcantes; as arbitrariedades com relação aos seus direitos trabalhistas foram se manifestando – longas jornadas de trabalho, remuneração precária, a ausência de registro em carteira e mais –.

Após seu casamento e o nascimento dos filhos, a permanência da minha mãe no trabalho doméstico ficou comprometida pela dificuldade nos matricular em creches públicas já que ela e nem meu pai – que trabalhava como operário em uma fábrica – podiam ficar conosco. Nesse período ela mudou algumas vezes de emprego até que encontra-se uma residência na qual pudesse levar os caçulas quando necessário – costumávamos ficar sobre os cuidados da vizinha –. Foi nesse momento em que tive meu primeiro contato com o trabalho doméstico, onde a circulação da progenitora por espaços até então estranhos para mim marcaram profundamente a maneira como eu via o mundo.

As diferenças sócias foram assustadoras, conheci outra São Paulo, outra realidade e os questionamentos sobre o porquê vivíamos diante de tantas limitações foram rondando meus pensamentos. Conheci os parques e quando possível visitava o play-ground do condomínio em que minha mãe trabalhava. Conheci também o que era permitido e o que não era para uma filha de ‘empregada’: não podia simplesmente circular pelos espaços que pertenciam aos abastados moradores; subir para o apartamento no qual minha mãe trabalhava pelo elevador social; sair correndo pelo estacionamento e brincar entre os carros; descer até o parque e me divertir com as poucas crianças que ocasionalmente circulavam por ali. Para mim, que vinha da periferia da cidade, acostumada a correr pelas ruas de chão batido pela falta de calçamento, ficar parada, quieta, num esforço para me tornar quase ‘invisível’ e com isso não perturbar o

sosego e a ordem local era muito difícil. Assim quando tinha que ir ao trabalho com minha mãe ficava a maior parte do tempo trancada no apartamento, observando e aprendendo um ofício que algum dia eu poderia exercer.

2. A escola da vida: a trajetória escolar e a percepção racial

Quando comecei a frequentar o ensino fundamental, aos 7 anos de idade, ganhei uma certa autonomia. Em nosso bairro não tínhamos escolas e assim éramos obrigados a circular pelos bairros vizinhos, muitas vezes sozinhos devido à jornada de trabalho dos nossos pais. Foi na escola que a questão racial, o fato de eu ser negra começou a ter outro significado para mim.

No ensino infantil, quando entrei em contato com crianças menores, tive pouco conflito com estas, as diferenças – raciais, de altura, peso e etc – pouco importavam nas relações entre a gente. Mais na escola, onde um maior número de crianças estava condicionada a uma convivência, as diferenças começaram a ter novos significados e representações. Foi quando pela primeira vez me chamaram de asfalto, boneco de vudu, mama África e neguinha do beirão, marcando com isso a minha forma de me relacionar com os outros alunos – minhas melhores amigas eram uma descendente de japonês gordinha e uma ruiva que também sofriam ofensas e xingamentos.

Foi nesse processo que aprendi que as diferenças fenotípicas entre as pessoas, para muitos eram motivos de desprezo e inferiorização. Minha mãe foi muito importante nesse momento, pois fez perceber as construções sociais envoltas nessas diferenças. Infelizmente, me disse ela, “para muitos o fato de termos a pele escura representa algo ruim, negativo, e por isso elas acham que podem nos ofender. Mais isso é errado e você não deve tratar ninguém com ofensas por ser diferente de você”, me disse ela.

Passei por todo ensino fundamental e médio tendo que lidar com essas diferenças e os conflitos inerentes a essas relações e, além disso, com o fato de em muitos anos letivos serem poucos os negros na minha classe – alguns deles fui a única –, pois o colégio no qual eu estudava separava os alunos por notas e idade – como nunca perdi um ano letivo sempre ficava nas primeiras turmas compostas hegemonicamente por alunos brancos–.

Durante o último ano do ensino médio, minha família decidiu retornar para o Cruz das Almas, pois meu padrasto – meu pai faleceu quando eu ainda era criança – sofria de algumas enfermidades e necessitava por recomendações médicas morar em uma cidade mais tranquila.

Essa mudança de Estado foi fundamental para minha inserção na universidade, pois quando morava em São Paulo a possibilidade de frequentar um curso superior gratuito, nem sequer era cogitada por mim.

3. A entrada na Universidade: as definições e opções pessoais

Quando cheguei à Bahia tive que me adaptar a um ritmo diferente de vida, a uma nova cultura. Nesse momento difícil passei por diversos problemas – desde a dificuldade de fazer novas amizades até com o fato de ser uma vista como a nova moradora paulista que falava com sotaque –. Mas o que destaco de mais relevante nesse período foram os primeiros contatos que tive com minha família materna onde recebi o incentivo de continuar os estudos e tentar uma vaga na universidade.

Dos 12 filhos vivos de minha avó materna, somente uma tia obteve o nível superior em licenciatura, incentivando por isso seus filhos e sobrinhos a prosseguirem os estudos. Assim, ao terminar o ensino médio, fiz um cursinho pré-vestibular e no final do ano de 2004 prestei vestibular para a Universidade do estado da Bahia e passei para o curso de geografia. O fato de eu, filha de uma ex-trabalhadora doméstica – minha mãe deixou o ofício na minha adolescência – oriunda de uma humilde família foi bastante comemorado entre os meus parentes. Via no sorriso de minha mãe e em seus olhos cheios de o orgulho, a satisfação em me ver traçando um novo e muitas vezes impensado caminho. Minha mãe que sempre compartilho comigo a importância de uma formação acadêmica para que eu com isso pudesse trilhar caminhos diferentes aos dela se sentiu realizada ao ver ao menos um de seus filho dentre de uma instituição de ensino superior.

A escolha da graduação em geografia se deu devido a minha curiosidade com relação a diversos temas pautados nas relações dos seres humanos com o meio físico, nas transformações sociais e ambientais. Achei que esse curso me proporcionaria um amplo leque de discussões e por isso optei por esse campo de estudo. Além disso a licenciatura me interessava muito, e um dos meus referências era a minha tia que citei anteriormente.

No começo fiquei bastante entusiasmada com as discussões proporcionadas pelo curso. Passei por altos e baixos, me apaixonando e me desencantando diversas vezes por algumas áreas como a geopolítica e a geomorfologia. Foi em um desses momentos de descontentamento com o curso em que tive contato com um grupo de estudo que alterou significativamente minha formação. Os estudos sobre negritude e gênero com os quais eu

passei a me relacionar me fizeram enxergar com mais nitidez as contradições e os conflitos vivenciados em minha trajetória. Passar a enxergar as influencias dos constructos de raça e gênero me fizeram perceber a importância desse debate não só na universidade, foi onde me engajei em projeto pessoal de levar essas discussão para outros espaços – familiar e escolar por exemplo – e com isso militar pela desconstrução dos mesmos.

Assumi essa iniciativa enquanto um projeto político, de luta pela transformação da nossa sociedade e o trabalho junto ao grupo me possibilitou os primeiros contatos com o ensino formal quando realizávamos oficinas em algumas comunidades de Santo Antonio de Jesus – BA, onde está situado o campus da UNEB no qual eu estudava. Foi nesse mesmo período que decidi em fazer um esforço para que o meu trabalho de conclusão de curso apresentasse essas discussões.

Passei a então conversar com alguns professores na tentativa de formular um projeto de pesquisa que dentro da geografia incorporasse as discussões de gênero e raça. Inicialmente entrou certa dificuldade: se os componentes curriculares de uma forma geral não contemplavam essa discussão, de forma levantar um debate desses dentro da geografia; qual categoria de análise geográfica a utilizar nessa abordagem, foram os primeiros questionamentos. Fui atrás de uma bibliografia que me desse um suporte teórico e encontrei uma discussão sobre a incorporação das discussões de gênero na geografia, a denominada Geografia do Gênero.

Essa nova corrente de análise geográfica tece críticas a tradição geográfica afirmando que esta ao privilegiar apenas os aspectos visíveis do espaço e manter um apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina. Para considerar as relações entre gênero, raça e espaço, deveria em minha pesquisa articular a ciência geográfica a outras ciências preocupadas em investigar as relações sociais e suas manifestações no espaço.

Elaborei nesse momento, um projeto de pesquisa que tinha como objetivo analisar a inserção e exclusão das mulheres negras oriundas da zona rural nos diversos aspectos da vida social, econômica e política do município de Cruz das Almas – BA, considerando também as percepções, experiências e vivências destas mulheres. Meu projeto tinha como enfoque o espaço social produzido por esse grupo, firmando-se, sob a definição de espaço vivido

enquanto um campo de representações simbólicas imbuídas de sentimentos e afetividades lançadas pelos grupos sociais.

Para concretizar meu estudo recebi orientação do professor Miguel Cerqueira Santos, que apesar de sinalizar sua pouca leitura acerca das relações de gênero, vinha se aproximando das discussões raciais em função do Grupo Recôncavo o qual ele coordenava. O projeto desse grupo constituía-se na elaboração de material didático sobre a realidade socioeconômica e cultural do Recôncavo Baiano.

Ao longo da pesquisa encontrei uma realidade bastante perversa, um círculo vicioso onde a maior parte das entrevistadas possuíam dificuldades econômicas e educacionais, baixa capacitação conseguindo os piores empregos o que as mantinham sobre a pobreza. Como consequência desse processo excludente a segregação sócio-espacial ficou evidente, onde o racismo e as construções de gênero funcionavam como barreira de mobilidade social. Foi nesse momento que me re-encontrei com o trabalho doméstico, pois grande parte das mulheres entrevistadas exerciam essa atividade.

4. O Mestrado em Ciências Sociais: novas possibilidades e perspectivas

Conclui a graduação em outubro de 2009, quando soube que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia lançou um edital para novo programa de pós-graduação em ciências sociais. Interessei-me pela possibilidade de aprofundar a discussão acerca das relações de gênero e raça. Formulei um projeto de pesquisa, voltado para a situação das trabalhadoras domésticas em Cruz das Almas e fui selecionada.

Essa nova conquista foi também muito comemorada pelos meus familiares; para minha mãe, pessoalmente representava a reafirmação de um sonho de me ver formada, e com novas possibilidades de construir uma trajetória profissional muito menos precarizada que a percorrida por ela e muito de nossos familiares.

Assim, enquanto mestranda estou construindo um trabalho que discuti muito do vivenciei quando na infância convivi com a labuta diária de minha mãe que ainda inserida nessa atividade foi durante muitos anos a única provedora do sustento da nossa família. Em contato com os estudos específicos acerca do trabalho doméstico, encontrei nas discussões muito do que minha mãe vivenciou outrora, a baixa remuneração, as longas jornadas, o não cumprimento das leis trabalhistas, a baixa escolarização – na época minha mãe possuía apenas

a 4ª série do ensino fundamental – e diversas outras precariedades que envolvem essa atividade.

Nesse processo algumas disciplinas foram importantes para o desenvolvimento do meu trabalho. Destaco a disciplina Estudos Interdisciplinares do Gênero, na qual pude aprofundar meu conhecimento acerca do gênero enquanto teoria analítica do social e reconhecer a contribuição dos debates da Antropologia acerca das relações e interações sociais, sobre as distintas conceituações da diferença sexual inscritas nos mitos. Outra disciplina que me deu suporte para as discussões teóricas que compõem minha pesquisa foi a Gênero e Raça oferecida pelo programa Pós-Graduação em estudos Étnicos e Africanos no Centro de Estudos Afro-Orientais. Pude conhecer mais afincado as diversas correntes analíticas do gênero, o surgimento dessas discussões, a inserção do enfoque racial e a crítica das afro-americanas em relação a concepção de uma teoria de gênero que pensasse uma categoria de mulher universal.

Ressalto, todavia, a importância e o significado que este trabalho possui para minha formação. Sou militante do Movimento Sem Teto da Bahia, e em minha recente trajetória nesse movimento social e o contato direto com as ocupações – principalmente com o Quilombo Lucas da Feira em Feira de Santana/BA – e com as mulheres que vivem nelas, pude associar o que as teorias de gênero e raça postulam a respeito das desigualdades sociais, enxergando no cotidiano dessas agentes a opressão e a condição de miserabilidade nas quais estão submetidas. Mulheres negras, pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, mal empregadas e que ainda assumem o trabalho de militar no movimento. O trabalho doméstico tão precário, profissão de muitas delas, se insere numa realidade já bastante precarizada. Assim novamente o que leio, escrevo e estudo se manifesta sobremaneira em meu cotidiano.